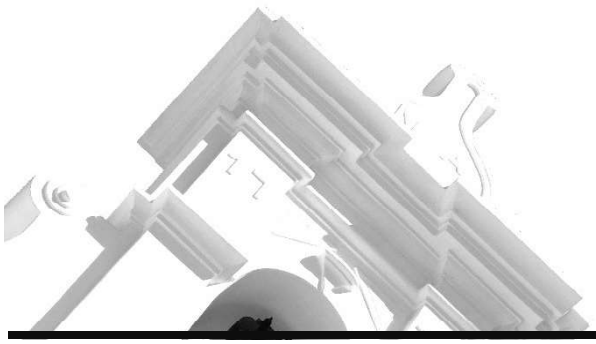
# Intervenção no Lago do Jardim do Coreto

**2022/300.10.001/31**



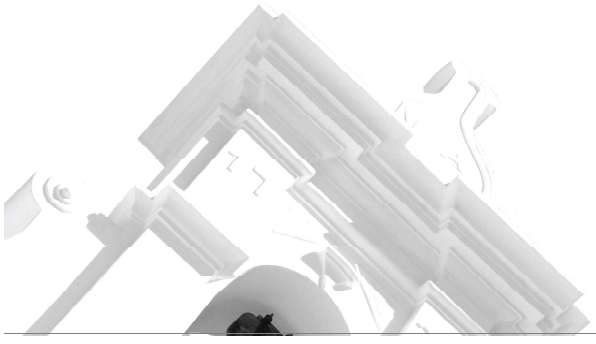
Maio. 2022

Divisão de Projetos, Energia e Obras Municipais | **MUNICÍPIO DE TAVIRA**

**ÍNDICE**


0. **Formulário**
1. Capa Principal Procedimento
2. **A - Convite**
3. Capas - **B. Caderno de Encargos e Programa Preliminar**
4. **B 1. Programa Preliminar**
5. Capa - CG
6. **B 2. CE - Cláusulas Gerais**
7. Capa - CTE
8. **B 3. CE - Condições Técnicas Especiais**
9. Capa - **Projeto de Execução**
10. Capa – Conservação
11. Capa – Termo Responsabilidade Coordenador
12. **B 4.1 - Termo de responsabilidade do coordenador de projeto**
13. Capa – Termo responsabilidade Autor Projeto
14. **B 4.2 - Termo de responsabilidade do autor do projeto**
15. Capa - MD
16. **B 4.3 - Memória Descritiva e Justificativa**
17. Capa - B4.4 - Peças Desenhadas
18. **B 4.4.01 – Reparação – Impermeabilização do Lago – Planta e Corte Tipo**

    **B 4.4.02 – Conservação – Gradeamento exterior – Planta, Vista Tipo e Corte Tipo**
19. Capa - Medições
20. **B 4.5 – Medições**
21. Capa - MQT
22. **B 4.6 - Mapa de Quantidades de Trabalhos**
23. Capa - Orçamento
24. **B 4.7 - Orçamento**
25. Capa - PPGRCD
26. **B 4.8 - Plano de Prevenção e Gestão de Resíduos de Construção e Demolição**
27. Capa – Fichas de Procedimentos de Segurança
28. **C - Declaração Fichas de Procedimento de Segurança**
29. **C - Fichas de Procedimento de Segurança**
30. Capa - CT
31. **D - Compilação Técnica**



# PROGRAMA PRELIMINAR

# PROGRAMA PRELIMINAR

## 1. Objetivos da Obra:

Reparação e impermeabilização de Lago e repintura de gradeamento, situado no Jardim do Coreto em Tavira.

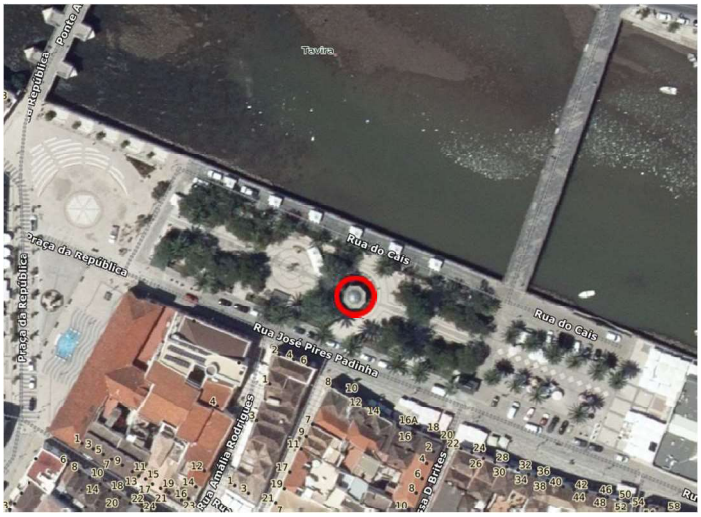
## 2. Características gerais da obra:

Trabalhos preliminares e preparação de superfícies.
Aplicação de revestimento de impermeabilização.
Repintura de gradeamento metálico (exterior).

## 3. Dados sobre a localização:

A intervenção incide no Lago do Jardim do Coreto – Tavira.

## 4. Elementos topográficos e/ou cartográficos:




Localização do Lago do Jardim do Coreto - Tavira

## 5. Estimativa de Custo:

O valor estimado para a Obra é de 24 800€ (vinte e quatro mil e oitocentos euros).

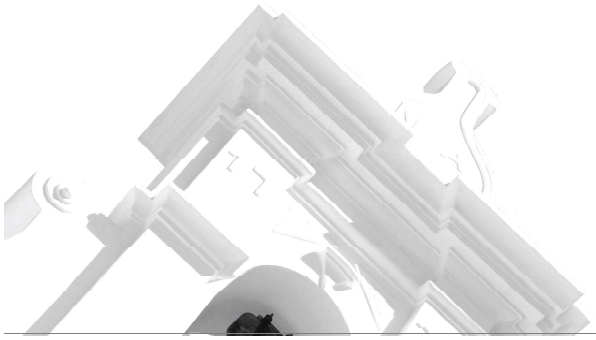
## 6. Indicação geral dos prazos para a execução da obra:

O prazo previsto para a elaboração do projeto é de 1 mês.
O prazo previsto para a execução da obra é de 2 meses.

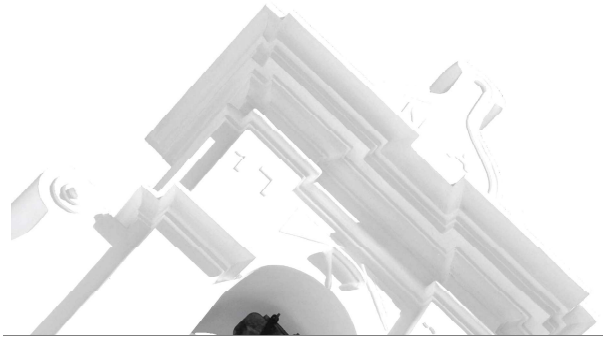
Tavira, 15 de Maio de 2022

A Presidente da Câmara Municipal de Tavira,

Ana Paula Martins



# CADERNO DE ENCARGOS



# CLÁUSULAS GERAIS

# CLÁUSULAS GERAIS

**Capítulo I – Disposições Iniciais**

1. Objeto
2. Disposições por que se rege a empreitada
3. Interpretação dos documentos que regem a empreitada
4. Esclarecimento de dúvidas
5. Projeto

**Capítulo II – Obrigações do empreiteiro**

Secção I – **Preparação e planeamento dos trabalhos**

6. Preparação e planeamento da execução da obra
7. Plano de trabalhos ajustado
8. Modificação do plano de trabalhos e do plano de pagamentos

Secção II – **Prazos de execução**

9. Prazo de execução da empreitada
10. Cumprimento do plano de trabalhos
11. Multas por violação dos prazos contratuais
12. Atos e direitos de terceiros

Secção III – **Condições de execução da empreitada**

13. Informações preliminares sobre o local da obra
14. Condições gerais de execução dos trabalhos
15. Especificações dos equipamentos, dos materiais e elementos de construção
16. Materiais e elementos de construção pertencentes ao dono da obra
17. Aprovação de equipamentos, materiais e elementos de construção
18. Reclamação contra a não aprovação de materiais e elementos de construção
19. Efeitos da aprovação dos materiais e elementos de construção
20. Aplicação dos materiais e elementos de construção
21. Substituição dos materiais e elementos de construção
22. Depósito de materiais e elementos de construção não destinados à obra
23. Trabalhos complementares do projeto e de outros documentos
24. Alterações ao projeto propostas pelo empreiteiro
25. Obrigações genéricas e menções obrigatórias no local dos trabalhos
26. Ensaios
27. Medições
28. Patentes, licenças, marcas de fabrico ou de comércio e desenhos registados
29. Execução simultânea de outros trabalhos no local da obra

Secção IV – **Pessoal**

30. Obrigações gerais
31. Horário de trabalho
32. Segurança, higiene e saúde no trabalho

Secção V – **Proteção de dados**

33. Proteção de dados

**Capítulo III – Obrigações do dono da obra**
34. Preço e condições de pagamento
35. Adiantamentos ao empreiteiro
36. Reembolso dos adiantamentos
37. Descontos nos pagamentos
38. Mora no pagamento
39. Revisão de preços

Secção V – **Seguros**
40. Contratos de seguro
41. Objeto dos contratos de seguro

**Capítulo IV – Representação das partes e controlo da execução do contrato**
42. Representação do empreiteiro
43. Representação do dono da obra
44. Gestor do contrato
45. Livro de registo da obra

**Capítulo V – Receção e liquidação da obra**
46. Receção provisória
47. Prazo de garantia
48. Receção definitiva
49. Restituição dos depósitos e quantias retidas e liberação da caução

**Capítulo VI – Disposições finais**
50. Deveres de colaboração recíproca e informação
51. Subcontratação e cessão da posição contratual
52. Resolução do contrato pelo dono da obra
53. Resolução do contrato pelo empreiteiro
54. Foro competente
55. Comunicações e notificações
56. Contagem dos prazos
57. Avaliação de fornecedores
58. Legislação aplicável

Capítulo I

## Disposições iniciais

Cláusula 1.ª

### Objeto

O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no Contrato a celebrar no âmbito do procedimento para a realização da empreitada de "**Intervenção no Lago do Jardim do Coreto**".

Cláusula 2.ª

### Disposições por que se rege a empreitada

1. A execução do Contrato obedece:
   a) Às cláusulas do Contrato e ao estabelecido em todos os elementos e documentos que dele fazem parte integrante;
   b) Ao Código dos Contratos Públicos;
   c) Ao Decreto-Lei n.º 273/2003, de 29 de outubro, e respetiva legislação complementar;
   d) À restante legislação e regulamentação aplicável, nomeadamente a que respeita à construção, à revisão de preços, às instalações do pessoal, à segurança social, à higiene, segurança, prevenção e medicina no trabalho e à responsabilidade civil perante terceiros;
   e) Ao Decreto-Lei nº 103/2008, de 24 de junho (Transposição para a ordem jurídica interna da Diretiva n.º 2006/42/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de maio, relativa às máquinas) e o Decreto-Lei nº 50/2005, de 25 de fevereiro, que estabelece as prescrições mínimas de segurança e de saúde para a utilização pelos trabalhadores de equipamentos de trabalho;
   f) Às regras da arte.
2. Para efeitos do disposto na alínea a) do número anterior, consideram-se integrados no Contrato, sem prejuízo do disposto no n.º 4 do artigo 96.º do CCP:
   a) O clausulado contratual, incluindo os ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo Código;
   b) Os suprimentos dos erros e das omissões do caderno de encargos identificados pelos concorrentes, desde que tais erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar, nos termos do disposto no artigo 50.º do CCP;
   c) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao caderno de encargos;
   d) O caderno de encargos, integrado pelo programa e pelo projeto de execução;
   e) A proposta adjudicada;
   f) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo empreiteiro;
   g) Todos os outros documentos que sejam referidos no clausulado contratual ou no caderno de encargos.

Cláusula 3.ª

### Interpretação dos documentos que regem a empreitada

1. No caso de existirem divergências entre os vários documentos referidos nas alíneas b) a g) do n.º 2 da cláusula anterior, prevalecem os documentos pela ordem em que são aí indicados.
2. Em caso de divergência entre o caderno de encargos e o projeto de execução, prevalece o primeiro quanto à definição das condições jurídicas e técnicas de execução da empreitada e o segundo em tudo o que respeita à definição da própria obra.
3. No caso de divergência entre as várias peças do projeto de execução:

a) As peças desenhadas prevalecem sobre todas as outras quanto à localização, às características dimensionais da obra e à disposição relativa das suas diferentes partes;
b) As folhas de medições discriminadas e referenciadas e os respetivos mapas resumo de quantidades de trabalhos prevalecem sobre quaisquer outras no que se refere à natureza e quantidade dos trabalhos, sem prejuízo do disposto nos artigos 50. º do CCP, e sem prejuízo da remissão direta que estes elementos fizerem para outras peças;
c) Em tudo o mais prevalece o que constar da memória descritiva e das restantes peças do projeto de execução.

4. Em caso de divergência entre os documentos referidos nas alíneas b) a g) do n.º 2 da cláusula anterior e o clausulado contratual, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo Código.

Cláusula 4.ª

**Esclarecimento de dúvidas**

1. As dúvidas que o empreiteiro tenha na interpretação dos documentos por que se rege a empreitada devem ser submetidas, antes do início da execução dos trabalhos a que respeitam, ao diretor de fiscalização da obra se disserem respeito ao projeto de execução, ou ao gestor do contrato se respeitarem às cláusulas jurídicas/financeiras do caderno de encargos, e aos eventuais esclarecimentos e retificações que sobre as mesmas tenham sido produzidos.
2. No caso de as dúvidas ocorrerem somente após o início da execução dos trabalhos a que dizem respeito, deve o empreiteiro submetê-las imediatamente ao diretor de fiscalização da obra, juntamente com os motivos justificativos da sua não apresentação antes do início daquela execução.
3. O incumprimento do disposto no número anterior torna o empreiteiro responsável por todas as consequências da errada interpretação que porventura haja feito, incluindo a demolição e reconstrução das partes da obra em que o erro se tenha refletido.

Cláusula 5.ª

**Projeto**

1. O projeto de execução a considerar para a realização da empreitada é o patenteado no procedimento.
2. É o seguinte o conjunto de peças patenteadas no presente procedimento:

**A. Convite**

**B. Caderno de Encargos**

**1.** Programa Preliminar

**2.** Cláusulas Gerais

**3.** Condições Técnicas Especiais

**4.** Projeto de execução

**a. Conservação**

**Peças Escritas:**

Termo de responsabilidade do coordenador de projeto

Termo de responsabilidade do autor do projeto de conservação

Memória Descritiva e Justificativa

**Peças Desenhadas:**

01 – Reparação – Impermeabilização do Lago – Planta e Corte Tipo – escala várias

01 – Conservação - Gradeamento exterior – Planta, Vista Tipo e Corte Tipo – escala várias

**b. Medições**

**c. Mapa de Quantidades de Trabalhos**

**d. Plano de Prevenção e Gestão de Resíduos de Construção e Demolição**

**C. Fichas de Procedimentos de Segurança**

**D. Compilação Técnica**

## Capítulo II
## Obrigações do empreiteiro

### Secção I
### Preparação e planeamento dos trabalhos

#### Cláusula 6.ª
#### Preparação e planeamento da execução da obra

1. O empreiteiro é responsável:
   a) Perante o dono da obra pela preparação, planeamento e coordenação de todos os trabalhos da empreitada, ainda que em caso de subcontratação, bem como pela preparação, planeamento e execução dos trabalhos necessários à aplicação, em geral, das normas sobre segurança, higiene e saúde no trabalho vigentes e, em particular, das medidas consignadas no plano de segurança e saúde, e no plano de prevenção e gestão de resíduos de construção e demolição;
   b) Perante as entidades fiscalizadoras, pela preparação, planeamento e pelo cumprimento e gestão da aplicação das normas sobre segurança e saúde no trabalho vigentes e, em particular, das medidas consignadas no plano de segurança e saúde, e no plano de prevenção e gestão de resíduos de construção e demolição.
2. A disponibilização e o fornecimento de todos os meios necessários para a realização da obra e dos trabalhos preparatórios ou acessórios, incluindo os materiais e os meios humanos, técnicos e equipamentos, compete ao empreiteiro.
3. O empreiteiro realiza todos os trabalhos que, por natureza, por exigência legal ou segundo o uso corrente, sejam considerados como preparatórios ou acessórios à execução da obra, designadamente:
   a) A montagem, construção, desmontagem e demolição do estaleiro, incluindo as correspondentes instalações, redes provisórias de água, de esgotos, de eletricidade e de meios de telecomunicações, vias internas de circulação e tudo o mais necessário à montagem, construção, desmontagem e demolição do estaleiro;
   b) A manutenção do estaleiro;
   c) A construção de obras de caráter provisório destinadas a proporcionar o acesso ao estaleiro e aos locais de trabalho, a garantir a segurança de todas as pessoas que trabalhem na obra, incluindo o pessoal dos subempreiteiros, e do público em geral, para evitar danos nos prédios vizinhos e para satisfazer os regulamentos de segurança, e saúde no trabalho e de polícia das vias públicas;
   d) O restabelecimento, por meio de obras provisórias, de todas as servidões e serventias que seja indispensável alterar ou destruir para a execução dos trabalhos previstos no contrato, e para evitar a estagnação de águas que os mesmos trabalhos possam originar;
   e) A construção dos acessos ao estaleiro e das serventias internas deste;

f) O levantamento, guarda, conservação e reposição de cabos, canalizações e outros elementos encontrados nas escavações e cuja existência se encontre assinalada nos documentos que fazem parte integrante do contrato ou pudesse verificar-se por simples inspeção do local da obra à data da realização do concurso;
g) Trabalhos de triagem, reutilização, remoção e encaminhamento para valorização e eliminação de resíduos de construção e demolição produzidos em obra em consequência da implementação do Plano de Prevenção e Gestão de Resíduos de Construção e Demolição;
h) O transporte, remoção e encaminhamento dos produtos de escavação e resíduos da qual é produtor para destino autorizado, sendo estes avaliados e validados no contexto do acompanhamento ambiental a implementar e observando, em todo o caso, as disposições legais em vigor em matéria de gestão de resíduos;
i) Os trabalhos de escoamento de águas que afetem o estaleiro ou a obra e que se encontrem previstos no projeto ou sejam previsíveis pelo empreiteiro quanto à sua existência e quantidade à data da apresentação da proposta, quer se trate de águas pluviais ou de esgotos, quer de águas de condutas, de valas, de cursos de águas ou outras;
j) A conservação das instalações que tenham sido cedidas pelo dono da obra ao empreiteiro com vista à execução da empreitada;
k) A reposição dos locais onde se executaram os trabalhos, em condições de não lesarem legítimos interesses ou direitos de terceiros ou a conservação futura da obra, assegurando o bom aspeto geral e a segurança dos mesmos locais;
l) O estabelecimento da sinalização rodoviária regulamentar nas vias pela obra e a colocar pré-avisos em cruzamentos das que lhe são concorrentes;
m) A submissão à aprovação das entidades competentes, de todos os desvios de trânsito rodoviário que venham a ser considerados necessários, durante o decorrer dos trabalhos;
n) A recuperação paisagística dos locais intervencionados para implantação do estaleiro e outras estruturas de apoio à obra provisórias. O empreiteiro é obrigado a realizar à sua custa todos os trabalhos que devam considerar-se preparatórios ou acessórios dos que constituem objeto do contrato.

4. A preparação e o planeamento da execução da obra compreendem ainda:
a) A apresentação pelo empreiteiro ao dono da obra de quaisquer dúvidas relativas aos materiais, aos métodos e às técnicas a utilizar na execução da empreitada;
b) O esclarecimento dessas dúvidas pelo dono da obra;
c) A apresentação pelo empreiteiro de reclamações relativamente a trabalhos complementares do projeto que sejam detetados nessa fase da obra, nos termos previstos no n.º 4 do artigo 378.º do CCP;
d) A apreciação e decisão do dono da obra das reclamações a que se refere a alínea anterior;
e) O estudo e definição pelo empreiteiro dos processos de construção a adotar na realização dos trabalhos;
f) A elaboração e apresentação pelo empreiteiro do plano de trabalhos ajustado e do plano de pagamentos, no caso previsto no n.º 3 do artigo 361.º e do n.º 2 do artigo 361º A do CCP;
g) A aprovação pelo dono da obra dos documentos referidos na alínea anterior;
h) A elaboração pelo empreiteiro de documento do qual conste o desenvolvimento prático do plano de segurança e saúde, da responsabilidade do dono da obra, devendo analisar, desenvolver e complementar as medidas aí previstas, em função do sistema utilizado para a execução da obra, em particular as tecnologias e a organização de trabalhos utilizados pelo empreiteiro. O documento deve conter a avaliação dos riscos, a previsão dos meios adequados à prevenção de acidentes relativamente a todos os trabalhadores e ao público em geral, bem como a planificação das atividades de prevenção, de acordo com as técnicas construtivas a utilizar em obra;
i) A implementação pelo empreiteiro do plano de prevenção e gestão de resíduos de construção e demolição;
j) A elaboração e fornecimento pelo empreiteiro de 1 exemplar em formato digital e 1 exemplar em papel, das telas finais de todas as especialidades objeto de alteração;

k) O fornecimento, pelo empreiteiro, de todos os elementos necessários à elaboração da compilação técnica da obra até à receção provisória;

5. São ainda considerados trabalhos preparatórios ou acessórios da responsabilidade do empreiteiro, a identificação de zonas de depósito e respetivas autorizações de utilização, incluindo licenciamento.
6. O estaleiro e as instalações provisórias devem obedecer ao que se encontre estabelecido na legislação em vigor, devendo o respetivo estudo ou projeto ser previamente apresentado ao dono da obra para verificação dessa conformidade, quando tal expressamente se exija neste caderno de encargos.
7. O empreiteiro obriga-se a providenciar a iluminação adequada das zonas de trabalho, bem como a vigilância, sinalização e a vedação das obras e vedação luminosa das vias com trabalhos em curso e dos acampamentos.
8. O empreiteiro, com a apresentação da sua proposta, declara que tem pleno conhecimento da natureza da empreitada, e das finalidades prosseguidas com a sua execução, devendo adaptar toda a preparação dos trabalhos para respeitar os prazos parcelares, os intervalos de execução e o assegurar de que os utentes têm ao seu dispor uma infraestrutura em condições de qualidade e segurança.

Cláusula 7.ª

**Plano de trabalhos ajustado**

1. No prazo de 10 dias a contar da data da celebração do Contrato, o dono da obra pode apresentar ao empreiteiro um plano final de consignação, que densifique e concretize o plano inicialmente apresentado para efeitos de elaboração da proposta.
2. No prazo de 30 dias a contar da data da notificação do plano final de consignação, deve o empreiteiro, quando tal se revele necessário, apresentar, nos termos e para os efeitos dos artigos 361.º e 361.ºA do CCP, o plano de trabalhos ajustado e o respetivo plano de pagamentos, observando na sua elaboração a metodologia fixada no presente caderno de encargos.
3. O plano de trabalhos ajustado não pode implicar a alteração do preço contratual, nem a alteração do prazo de conclusão da obra nem ainda alterações aos prazos parciais definidos no plano de trabalhos constante do Contrato, para além do que seja estritamente necessário à adaptação do plano de trabalhos ao plano final de consignação.
4. O plano de trabalhos ajustado deve, nomeadamente:
   a) Definir com precisão os momentos de início e de conclusão da empreitada, bem como a sequência, o escalonamento no tempo, o intervalo e o ritmo de execução das diversas espécies de trabalho, distinguindo as fases que porventura se considerem vinculativas e a unidade de tempo que serve de base à programação;
   b) Indicar as quantidades e a qualificação profissional da mão-de-obra necessária, em cada unidade de tempo, à execução da empreitada;
   c) Indicar as quantidades e a natureza do equipamento necessário, em cada unidade de tempo, à execução da empreitada;
   d) Especificar quaisquer outros recursos, exigidos ou não no presente caderno de encargos, que serão mobilizados para a realização da obra.
5. O plano de pagamentos deve conter a previsão, quantificada e escalonada no tempo, do valor de cada uma das espécies de trabalhos a realizar pelo empreiteiro, na periodicidade definida para os pagamentos a efetuar pelo dono da obra, de acordo com o plano de trabalhos a que diga respeito.

Cláusula 8.ª

**Modificação do plano de trabalhos e do plano de pagamentos**

1. O dono da obra pode modificar em qualquer momento o plano de trabalhos em vigor por razões de interesse público.
2. No caso previsto no número anterior, o empreiteiro tem direito à reposição do equilíbrio financeiro do Contrato, se for caso disso, em função dos danos sofridos em consequência dessa modificação, mediante reclamação a apresentar no prazo de 30 dias a contar da data da notificação da mesma, que deve conter os elementos referidos no n.º 3 do artigo 354.º do CCP.

3. Em quaisquer situações em que se verifique a necessidade de o plano de trabalhos em vigor ser alterado, independentemente de tal se dever a facto imputável ao empreiteiro, deve este apresentar ao dono da obra um plano de trabalhos modificado.
4. Sem prejuízo do número anterior, em caso de desvio do plano de trabalhos que, injustificadamente, ponha em risco o cumprimento do prazo de execução da obra ou dos respetivos prazos parcelares, o dono da obra pode notificar o empreiteiro para apresentar, no prazo de 10 dias, um plano de trabalhos modificado, adotando as medidas de correção que sejam necessárias à recuperação do atraso verificado.
5. Sem prejuízo do disposto no n.º 3 do artigo 373.º do CCP, o dono da obra pronuncia-se sobre as alterações propostas pelo empreiteiro ao abrigo dos n.os 3 e 4 da presente cláusula no prazo de 15 dias, equivalente a falta de pronúncia a aceitação do novo plano.
6. Em qualquer dos casos previstos nos números anteriores, o plano de trabalhos modificado apresentado pelo empreiteiro deve ser aceite pelo dono da obra desde que dele não resulte prejuízo para a obra ou prorrogação dos prazos de execução.
7. Sempre que o plano de trabalhos seja modificado, deve ser feito o consequente reajustamento do plano de pagamentos.

## Secção II
## **Prazos de execução**

### Cláusula 9.º
### **Prazo de execução da empreitada**

1. O empreiteiro obriga-se a:
   a) Iniciar a execução da obra na data da conclusão da consignação total ou da primeira consignação parcial ou ainda da data em que o dono da obra comunique ao empreiteiro a aprovação do plano de segurança e saúde, caso esta última data seja posterior, sem prejuízo do plano de trabalhos aprovado;
   b) Cumprir todos os prazos parciais vinculativos de execução previstos no plano de trabalhos em vigor;
   c) Concluir a execução da obra e solicitar a realização de vistoria da obra para efeitos da sua receção provisória no prazo de **60 dias**, a contar da data da sua consignação ou da data em que o dono da obra comunique ao empreiteiro a aprovação do plano de segurança e saúde, caso esta última data seja posterior.
2. No caso de se verificarem atrasos injustificados na execução de trabalhos em relação ao plano de trabalhos em vigor que sejam imputáveis ao empreiteiro, este é obrigado, a expensas suas, a tomar todas as medidas de reforço de meios de ação e de reorganização da obra necessárias à recuperação dos atrasos e ao cumprimento do prazo de execução.
3. Quando o empreiteiro, por sua iniciativa, proceda à execução de trabalhos fora das horas regulamentares ou por turnos, sem que tal se encontre previsto no caderno de encargos ou resulte de caso de força maior, pode o dono da obra exigir-lhe o pagamento dos acréscimos de custos das horas suplementares de serviço a prestar pelos representantes da fiscalização.
4. Pela conclusão da execução da obra antes do prazo fixado na alínea c) do n.º 1 não serão atribuídos prémios ao empreiteiro.
5. Se houver lugar à execução de trabalhos complementares cuja execução prejudique o normal desenvolvimento do plano de trabalhos e desde que o empreiteiro o requeira, o prazo para a conclusão da obra será prorrogado nos seguintes termos:
   a) Sempre que se trate de trabalhos complementares da mesma espécie dos definidos no contrato, proporcionalmente ao que estiver estabelecido nos prazos parcelares de execução constantes do plano de trabalhos aprovado e atendendo ao seu enquadramento geral na empreitada;
   b) Quando os trabalhos forem de espécie diversa dos que constam no contrato, por acordo entre o dono da obra e o empreiteiro, considerando as particularidades técnicas da execução.
6. Na falta de acordo quanto ao cálculo da prorrogação do prazo contratual previsto na cláusula anterior, proceder-se-á de acordo com o disposto no n.º 5 do artigo 373.º do CCP.

7. Sempre que ocorra suspensão de trabalhos não imputável ao empreiteiro, considerar-se-ão automaticamente prorrogados, por período igual ao da suspensão, o prazo global da execução da obra e os prazos parciais que, previstos no plano de trabalhos em vigor, sejam afetados por essa suspensão.

Cláusula 10.ª

**Cumprimento do plano de trabalhos**

1. O empreiteiro informa mensalmente o diretor de fiscalização da obra dos desvios que se verifiquem entre o desenvolvimento efetivo de cada uma das espécies de trabalhos e as previsões do plano em vigor.
2. Quando os desvios assinalados pelo empreiteiro, nos termos do número anterior, não coincidirem com os desvios reais, o diretor de fiscalização da obra notifica-o dos que considera existirem.
3. No caso de o empreiteiro retardar injustificadamente a execução dos trabalhos previstos no plano em vigor, de modo a pôr em risco a conclusão da obra dentro do prazo contratual, é aplicável o disposto no n.º 4 da cláusula 8.ª.

Cláusula 11.ª

**Multas por violação dos prazos contratuais**

1. Em caso de atraso no início ou na conclusão da execução da obra por facto imputável ao empreiteiro, o dono da obra pode aplicar uma sanção contratual, por cada dia de atraso, em valor correspondente a 2 ‰ do preço contratual inicial.
2. No caso de incumprimento de prazos parciais vinculativos de execução da obra por facto imputável ao empreiteiro, é aplicável o disposto no n.º 1, sendo o montante da sanção contratual aí prevista reduzido a metade.
3. O empreiteiro tem direito ao reembolso das quantias pagas a título de sanção contratual por incumprimento dos prazos parciais de execução da obra quando recupere o atraso na execução dos trabalhos e a obra seja concluída dentro do prazo de execução do Contrato.

Cláusula 12.ª

**Atos e direitos de terceiros**

1. Sempre que o empreiteiro sofra atrasos na execução da obra em virtude de qualquer facto imputável a terceiros, deve, no prazo de 10 dias a contar da data em que tome conhecimento da ocorrência, informar, por escrito, o diretor de fiscalização da obra, a fim de o dono da obra ficar habilitado a tomar as providências necessárias para diminuir ou recuperar tais atrasos.
2. No caso de os trabalhos a executar pelo empreiteiro serem suscetíveis de provocar prejuízos ou perturbações a um serviço de utilidade pública, o empreiteiro, se disso tiver ou dever ter conhecimento, comunica, antes do início dos trabalhos em causa, ou no decorrer destes, esse facto ao diretor de fiscalização da obra, para que este possa tomar as providências que julgue necessárias perante a entidade concessionária ou exploradora daquele serviço.

Secção III

**Condições de execução da empreitada**

Cláusula 13.ª

**Informações preliminares sobre o local da obra**

1. Independentemente das informações fornecidas nos documentos integrados no contrato, constitui obrigação do empreiteiro tomar conhecimento localmente das condições de realização dos trabalhos referentes à empreitada.
2. Para o efeito do indicado no número anterior, esta obrigação compreende designadamente a natureza, importância e localização das obras a executar, implicação com construções existentes, ainda que não indicadas nas peças desenhadas que, pela sua implantação poderão dificultar a execução dos trabalhos, da natureza e do estado dos terrenos onde vão ser executadas, das vias e meios de acesso aos locais da obra,

as condições climáticas do local, dos condicionamentos quer de ordem ferroviária, quer aqueles decorrentes do tráfego rodoviário e pedonal, dos restabelecimentos e desvios de tráfego que porventura possam vir a ser necessários, pelo que não poderá invocar quaisquer condicionalismos para se eximir ou atenuar a responsabilidade que assume com a execução da empreitada.

3. A falta de informações relativas às condições locais, ou a sua inexatidão, só pode servir de fundamento para as reclamações quando os trabalhos a que der origem, não estejam previstos no projeto, nem sejam notoriamente previsíveis nas inspeções locais realizadas.

Cláusula 14.ª

**Condições gerais de execução dos trabalhos**

1. A obra deve ser executada de acordo com as regras da arte e em perfeita conformidade com o projeto, com o presente caderno de encargos e com as demais condições técnicas contratualmente estipuladas.
2. Relativamente às técnicas construtivas a adotar, o empreiteiro fica obrigado a seguir, no que seja aplicável aos trabalhos a realizar, o conjunto de prescrições técnicas definidas nos termos da cláusula 2.ª.
3. O empreiteiro pode propor ao dono da obra, mediante prévia consulta ao autor do projeto, a substituição dos métodos e técnicas de construção ou dos materiais previstos no presente caderno de encargos e no projeto por outros que considere mais adequados, sem prejuízo da obtenção das características finais especificadas para a obra.

Cláusula 15.ª

**Especificações dos equipamentos, dos materiais e elementos de construção**

1. Os equipamentos, materiais e elementos de construção a empregar na obra terão a qualidade, as dimensões, a forma e as demais características definidas no respetivo projeto e nos restantes documentos contratuais, com as tolerâncias regulamentares ou admitidas nestes documentos.
2. Sempre que o projeto e os restantes documentos contratuais não fixem as respetivas características, o empreiteiro não poderá empregar materiais ou elementos que não correspondam às características da obra ou que sejam de qualidade inferior aos usualmente empregues em obras que se destinem a idêntica utilização.
3. No caso de dúvida quanto aos materiais e elementos de construção a empregar nos termos dos números anteriores, devem observar-se as normas portuguesas em vigor, desde que compatíveis com o direito comunitário, ou, na falta desta, as normas utilizadas na União Europeia.
4. Sem prejuízo do disposto nos artigos 50.º e 378.º do CCP quando aplicáveis, nos casos nos n.$^{os}$ 2 e 3 desta cláusula, ou sempre que o empreiteiro entenda que as características dos materiais e elementos de construção fixadas no projeto ou nos restantes documentos contratuais não são tecnicamente aconselháveis ou as mais convenientes, o empreiteiro comunicará o facto ao dono da obra e apresentará uma proposta de alteração fundamentada e acompanhada com todos os elementos técnicos necessários para a aplicação dos novos materiais e elementos de construção e para a execução dos trabalhos correspondentes.
5. A proposta prevista no número anterior deverá ser apresentada, de preferência, no período de preparação e planeamento da empreitada e sempre de modo a que as diligências de aprovação não comprometam o cumprimento do plano de trabalhos.
6. Se o dono da obra, no prazo de 15 dias, não se pronunciar sobre a proposta e não determinar a suspensão dos respetivos trabalhos, o empreiteiro utilizará os materiais e elementos de construção previstos no projeto e nos restantes documentos contratuais.
7. O regime de responsabilidade pelo aumento de encargos resultante de alterações das características técnicas dos materiais e elementos de construção, ou o regime aplicável à sua eventual diminuição, é o regime definido no CCP para os «trabalhos complementares e a menos» ou para a «responsabilidade por trabalhos complementares», consoante a referida alteração configure «trabalhos complementares ou trabalhos a menos».

Cláusula 16.ª

**Materiais e elementos de construção pertencentes ao dono da obra**

1. Se o dono da obra, mediante prévia consulta ao autor do projeto, entender conveniente empregar na mesma materiais ou elementos de construção que lhe pertençam ou provenientes de outras obras ou demolições, o empreiteiro será obrigado a fazê-lo, descontando-se, se for o caso disso, no preço da empreitada o respetivo custo ou retificando-se o preço dos trabalhos em que aqueles forem aplicados.
2. O disposto no número anterior não será aplicável se o empreiteiro demonstrar já haver adquirido os materiais necessários para a execução dos trabalhos ou na medida em que o tiver feito.

Cláusula 17.ª

**Aprovação de equipamentos, materiais e elementos de construção**

1. Sempre que deva ser verificada a conformidade das características dos equipamentos, materiais e elementos de construção a aplicar com as estabelecidas no projeto e nos restantes documentos contratuais, o empreiteiro submetê-los-á à aprovação do dono da obra.
2. Em qualquer momento poderá o empreiteiro solicitar a referida aprovação, considerando-se a mesma concedida se o dono da obra não se pronunciar nos 15 dias subsequentes, exceto no caso de serem exigidos ensaios que impliquem o alargamento deste prazo, devendo, no entanto, tal facto ser comunicado, no mesmo período de tempo, pelo dono da obra ao empreiteiro.
3. O empreiteiro é obrigado a fornecer ao dono da obra as amostras de materiais e elementos de construção que este lhe solicitar.
4. A colheita e remessa das amostras deverão ser feitas de acordo com as normas oficiais em vigor ou outras que sejam contratualmente impostas.
5. Salvo disposição em contrário, os encargos com a realização dos ensaios correrão por conta do dono da obra.

Cláusula 18.ª

**Reclamação contra a não aprovação de materiais e elementos da obra**

1. Se for negada a aprovação dos materiais e elementos de construção e o empreiteiro entender que a mesma deveria ter sido concedida pelo facto de estes satisfazerem as condições contratualmente estabelecidas, este poderá pedir a imediata colheita de amostras e apresentar ao dono da obra reclamação fundamentada no prazo de 10 dias.
2. A reclamação considera-se deferida se o dono da obra não notificar o empreiteiro da respetiva decisão nos 15 dias subsequentes à sua apresentação, exceto no caso de serem exigidos novos ensaios que impliquem o alargamento deste prazo, devendo tal facto ser comunicado, no mesmo prazo, pelo dono da obra ao empreiteiro.
3. Os encargos com os novos ensaios a que a reclamação do empreiteiro dê origem serão suportados pela parte que decair.

Cláusula 19.ª

**Efeitos da aprovação dos materiais e elementos de construção**

1. Uma vez aprovados os materiais e elementos de construção para a obra, não podem os mesmos ser posteriormente rejeitados, salvo se ocorrerem circunstâncias que modifiquem a sua qualidade.
2. No ato de aprovação dos materiais e elementos de construção poderá o empreiteiro exigir que se colham amostras de qualquer deles.
3. Se a modificação da qualidade dos materiais e elementos de construção resultar de causa imputável ao empreiteiro, este deverá substitui-los à sua custa.

Cláusula 20.ª

**Aplicação dos materiais e elementos de construção**

Os materiais e elementos de construção devem ser aplicados pelo empreiteiro em absoluta conformidade com as especificações técnicas contratualmente estabelecidas, seguindo-se, na falta de tais especificações, as normas oficiais em vigor ou, se estas não existirem, os processos propostos pelo empreiteiro e aprovados pelo dono da obra.

Cláusula 21.ª

**Substituição de materiais e elementos de construção**

1. Serão rejeitados, removidos para fora do local dos trabalhos e substituídos por outros com os necessários requisitos os materiais e elementos de construção que:
   a) Sejam diferentes dos aprovados;
   b) Não sejam aplicados em conformidade com as especificações técnicas contratualmente exigidas ou, na falta destas, com as normas ou processos a observar e que não possam ser utilizados de novo.
2. As demolições e a remoção e substituição dos materiais e elementos de construção serão da responsabilidade do empreiteiro.
3. Se o empreiteiro entender que não se verificam as hipóteses previstas no n.º 1 desta cláusula, poderá pedir a colheita de amostras e reclamar.

Cláusula 22.ª

**Depósito de materiais e elementos de construção não destinados à obra**

O empreiteiro não poderá depositar nos estaleiros, sem autorização do dono da obra, materiais e elementos de construção que não se destinem à execução dos trabalhos da empreitada.

Cláusula 23.ª

**Trabalhos complementares do projeto e de outros documentos**

1. Os trabalhos complementares são aqueles cuja espécie ou quantidade não esteja prevista no contrato.
2. O empreiteiro deve comunicar ao diretor de fiscalização da obra quaisquer trabalhos complementares dos elementos da solução da obra por que se rege a execução dos trabalhos.
3. O empreiteiro tem a obrigação de executar os trabalhos complementares, desde que tal lhe seja ordenado por escrito pelo dono da obra e lhe sejam entregues as alterações aos elementos da solução da obra necessárias à sua execução, quando os mesmos tenham integrado o caderno de encargos relativo ao procedimento de formação de contrato.
4. O empreiteiro não está sujeito à obrigação prevista no número anterior quando opte por exercer o direito de resolução do contrato ou quando, sendo os trabalhos a mais de espécie diferente dos previstos no contrato ou da mesma espécie de outros nele previstos, mas a executar em condições diferentes, o empreiteiro não disponha dos meios humanos ou técnicos indispensáveis para a sua execução.
5. Nos casos previstos na alínea b) do n.º 1 do artigo 373 do CCP, o empreiteiro deve apresentar ao dono da obra uma proposta de preço e de prazo de execução dos trabalhos complementares, no prazo de 15 dias a contar da data da receção do pedido para a sua apresentação, o qual deve ser acompanhado dos elementos de projeto necessários à sua completa definição e execução.
6. O dono da obra dispõe de 15 dias para se pronunciar sobre a proposta do empreiteiro, podendo, em caso de não aceitação da mesma, apresentar uma contraproposta.
7. O dono da obra é responsável pelo pagamento dos trabalhos complementares cuja execução ordene ao empreiteiro.
8. Quando o empreiteiro tenha a obrigação de elaborar o projeto de execução, é o mesmo responsável pelos trabalhos complementares que tenham por finalidade o suprimento dos respetivos erros e omissões, exceto quando estes sejam induzidos pelos elementos elaborados ou disponibilizados pelo dono da obra.
9. O empreiteiro suporta metade do valor dos trabalhos complementares de suprimento de erros e omissões cuja deteção era exigível na fase de formação do contrato, nos termos do artigo 50.º, exceto pelos que

hajam sido nessa fase identificados pelos interessados mas não tenham sido expressamente aceites pelo dono da obra.

10. Sem prejuízo do disposto no número anterior, o empreiteiro deve, no prazo de 60 dias contados da data da consignação total ou da primeira consignação parcial, reclamar sobre a existência de erros ou omissões só detetáveis nesse momento, sob pena de ser responsável por suportar metade do valor dos trabalhos complementares de suprimento desses erros e omissões.
11. O empreiteiro suporta ainda metade do valor dos trabalhos complementares de suprimento de erros e omissões que, não sendo exigível que tivessem sido detetados nem na fase de formação do contrato nem no prazo a que se refere o número anterior, também não tenham sido por ele identificados no prazo de 30 dias a contar da data em que lhe fosse exigível a sua deteção, nos termos do disposto do n.º 5 do artigo 378º do CCP.
12. Para além da realização de trabalhos complementares, o dono da obra pode ainda modificar o contrato, ao abrigo dos artigos n.ºs 312º e 313º do CCP.

Cláusula 24.ª

**Alterações ao projeto propostas pelo empreiteiro**

1. Sempre que propuser qualquer alteração ao projeto, o empreiteiro deve apresentar todos os elementos necessários à sua perfeita apreciação.
2. Os elementos referidos no número anterior devem incluir, nomeadamente, a memória ou nota descritiva e explicativa da solução seguida, com indicação das eventuais implicações nos prazos e custos e, se for caso disso, peças desenhadas e cálculos justificativos e especificações de qualidade da mesma.
3. Não podem ser executados quaisquer trabalhos nos termos das alterações ao projeto propostas pelo empreiteiro sem que estas tenham sido expressamente aceites pelo dono da obra e apreciadas pelo autor do projeto de execução no âmbito da assistência técnica que a este compete.
4. Se da alteração aprovada resultar economia, sem decréscimo da utilidade, duração e solidez da obra, o empreiteiro terá direito a metade do respetivo valor.

Cláusula 25.ª

**Obrigações genéricas e menções obrigatórias no local dos trabalhos**

1. O empreiteiro fica sujeito ao cumprimento das disposições legais e regulamentares em vigor sobre segurança e saúde no trabalho relativamente a todo o pessoal empregado na obra, nomeadamente, o Decreto-Lei n.º 273/2003, de 29 de outubro, a Lei n.º 102/2009, de 10 de setembro, republicada através da Lei n.º 79/2019, de 02 de setembro e o Código do Trabalho.
2. Sem prejuízo do cumprimento das obrigações decorrentes da legislação em vigor, o empreiteiro deve afixar no local dos trabalhos, de forma visível, a identificação da obra, do dono da obra e do empreiteiro, com menção do respetivo alvará de empreiteiro de obras públicas ou do certificado de empreiteiro de obras pública ou dos documentos a que se refere o n.º 5 do art.º 3.º da Portaria n.º 372/2017, de 14 de dezembro, e manter cópia dos alvarás de empreiteiro de obras públicas ou certificados de empreiteiro de obras públicas dos subcontratados ou dos documentos previstos no número 2 do mesmo artigo, consoante os casos.
3. O empreiteiro deve ter patente no local da obra, em bom estado de conservação, para além do livro de obra e um exemplar do projeto, deste caderno de encargos, do clausulado contratual [quando o contrato seja reduzido a escrito] e dos demais documentos a respeitar na execução da empreitada, com as alterações que neles hajam sido introduzidas.
4. O empreiteiro obriga-se ainda a ter disponível no local da obra o Plano de Prevenção e Gestão de Resíduos de Construção e Demolição e Plano de Qualidade da Obra para efeitos de fiscalização pelas entidades competentes, devendo ser do conhecimento de todos os intervenientes na execução da obra.
5. O empreiteiro obriga-se também a ter patente no local da obra o horário de trabalho em vigor, a tabela de salários mínimos aplicáveis, bem como a manter, à disposição de todos os interessados, o texto dos contratos coletivos de trabalho aplicáveis.

6. Nos estaleiros de apoio à obra, devem igualmente estar patentes os elementos do projeto respeitantes aos trabalhos aí em curso e da responsabilidade do empreiteiro, bem como estar afixadas as licenças e autorizações emitidas no âmbito da legislação vigente.
7. O empreiteiro obriga-se a manter afixada no estaleiro em local bem visível a comunicação prévia e suas atualizações, assim como a placa identificativa com a sua firma ou denominação social e o número de alvará ou de certificado de que seja detentor nos termos da Lei n.º 41/2015, de 3 de junho.

Cláusula 26.ª

**Ensaios**

1. Os ensaios a realizar na obra ou em partes da obra para verificação das suas características e comportamentos são os especificados no presente caderno de encargos (ensaios referidos nas condições técnicas gerais e especiais), os previstos nos regulamentos em vigor e outros que o empreiteiro tenha por pertinentes face às condições físicas verificadas na obra e nos elementos patenteados.
2. Os ensaios previstos no número anterior constituem encargo do empreiteiro.
3. Quando o dono da obra tiver dúvidas sobre a qualidade dos trabalhos, pode exigir a realização de quaisquer outros ensaios que se justifiquem, para além dos previstos.
4. No caso de os resultados dos ensaios referidos no número anterior se mostrarem insatisfatórios e as deficiências encontradas forem da responsabilidade do empreiteiro, as despesas com os mesmos ensaios e com a reparação daquelas deficiências ficarão a seu cargo, sendo, no caso contrário, de conta do dono da obra.

Cláusula 27.ª

**Medições**

1. As medições de todos os trabalhos executados, incluindo os trabalhos não previstos no projeto e os trabalhos não devidamente ordenados pelo dono da obra são feitas no local da obra com a colaboração do empreiteiro e são formalizados em auto.
2. As medições são efetuadas mensalmente, devendo estar concluídas até ao 8.º dia do mês imediatamente seguinte àquele a que respeitam.
3. A realização das medições obedece aos seguintes critérios:
   a) As normas oficiais de medição que porventura se encontrem em vigor;
   b) As normas definidas pelo Laboratório Nacional de Engenharia Civil;
   c) Os critérios geralmente utilizados ou, na falta deles, os que forem acordados entre o dono da obra e o empreiteiro.

Cláusula 28.ª

**Patentes, licenças, marcas de fabrico ou de comércio e desenhos registados**

1. Correm inteiramente por conta do empreiteiro os encargos e responsabilidades decorrentes da utilização na execução da empreitada de materiais, de elementos de construção ou de processos de construção a que respeitem quaisquer patentes, licenças, marcas, desenhos registados e outros direitos de propriedade industrial.
2. No caso de o dono da obra ser demandado por infração na execução dos trabalhos de qualquer dos direitos mencionados no número anterior, o empreiteiro indemniza-o por todas as despesas que, em consequência, deva suportar e por todas as quantias que tenha de pagar, seja a que título for.
3. O disposto nos números anteriores não é, todavia, aplicável a materiais e a elementos ou processos de construção definidos neste caderno de encargos para os quais se torne indispensável o uso de direitos de propriedade industrial quando o dono da obra não indique a existência de tais direitos.
4. No caso previsto no número anterior, o empreiteiro, se tiver conhecimento da existência dos direitos em causa, não iniciará os trabalhos que envolvam o seu uso sem que o diretor da fiscalização da obra, quando para tanto for consultado, o notificar, por escrito, de como deve proceder.

Cláusula 29.ª

**Execução simultânea de outros trabalhos no local da obra**

1. O dono da obra reserva-se o direito de executar ele próprio ou de mandar executar por outrem, conjuntamente com os da presente empreitada e na mesma obra, quaisquer trabalhos não incluídos no Contrato, ainda que sejam de natureza idêntica à dos contratados.
2. Os trabalhos referidos no número anterior são executados em colaboração com o diretor de fiscalização da obra, de modo a evitar atrasos na execução do Contrato ou outros prejuízos.
3. Quando o empreiteiro considere que a normal execução da empreitada está a ser impedida ou a sofrer atrasos em virtude da realização simultânea dos trabalhos previstos no n.º 1, deve apresentar a sua reclamação no prazo de 10 dias a contar da data da ocorrência, a fim de serem adotadas as providências adequadas à diminuição ou eliminação dos prejuízos resultantes da realização daqueles trabalhos.
4. No caso de verificação de atrasos na execução da obra ou outros prejuízos resultantes da realização dos trabalhos previstos no n.º 1, o empreiteiro tem direito à reposição do equilíbrio financeiro do Contrato, de acordo com os artigos 282.º e 354.º do CCP, a efetuar nos seguintes termos:
   a) Prorrogação do prazo do Contrato por período correspondente ao do atraso eventualmente verificado na realização da obra, e;
   b) Indemnização pelo agravamento dos encargos previstos com a execução do Contrato que demonstre ter sofrido.

Secção IV

**Pessoal**

Cláusula 30.ª

**Obrigações gerais**

1. São da exclusiva responsabilidade do empreiteiro as obrigações relativas ao pessoal empregado na execução da empreitada, à sua aptidão profissional e à sua disciplina.
2. O empreiteiro deve manter a boa ordem no local dos trabalhos, devendo retirar do local dos trabalhos, por sua iniciativa ou imediatamente após ordem do dono da obra, o pessoal que haja tido comportamento perturbador dos trabalhos, designadamente por menor probidade no desempenho dos respetivos deveres, por indisciplina ou por desrespeito de representantes ou agentes do dono da obra, do empreiteiro, dos subempreiteiros ou de terceiros.
3. A ordem referida no número anterior deve ser fundamentada por escrito quando o empreiteiro o exija, mas sem prejuízo da imediata suspensão do pessoal.
4. As quantidades e a qualificação profissional da mão-de-obra aplicada na empreitada devem estar de acordo com as necessidades dos trabalhos, tendo em conta o respetivo plano.

Cláusula 31.º

**Horário de trabalho**

O empreiteiro pode realizar trabalhos fora do horário de trabalho, ou por turnos, desde que, para o efeito, obtenha autorização da entidade competente, se necessária, nos termos da legislação aplicável, e dê a conhecer, por escrito, com antecedência suficiente, o respetivo programa ao diretor de fiscalização da obra.

Cláusula 32.ª

**Segurança, higiene e saúde no trabalho**

1. O empreiteiro fica sujeito ao cumprimento das disposições legais e regulamentares em vigor sobre segurança, higiene e saúde no trabalho relativamente a todo o pessoal empregado na obra, bem como a outras pessoas intervenientes temporária ou permanentemente no estaleiro da obra, incluindo fornecedores e visitantes autorizados, correndo por sua conta os encargos que resultem do cumprimento de tais obrigações.

2. O empreiteiro é ainda obrigado a acautelar, em conformidade com as disposições legais e regulamentares aplicáveis, a vida e a segurança do pessoal empregado na obra e a prestar-lhe a assistência médica de que careça por motivo de acidente no trabalho.
3. No caso de negligência do empreiteiro no cumprimento das obrigações estabelecidas nos números anteriores, o diretor de fiscalização da obra pode tomar, à custa dele, as providências que se revelem necessárias, sem que tal facto diminua as responsabilidades do empreiteiro.
4. Antes do início dos trabalhos e, posteriormente, sempre que o diretor de fiscalização da obra o exija, o empreiteiro apresenta apólices de seguro contra acidentes de trabalho relativamente a todo o pessoal empregado na obra, nos termos previstos no n.º 1 da cláusula 41.ª.
5. O empreiteiro responde, a qualquer momento, perante o diretor de fiscalização da obra, pela observância das obrigações previstas nos números anteriores, relativamente a todo o pessoal empregado na obra e às pessoas intervenientes temporária ou permanentemente no estaleiro da obra, incluindo fornecedores e visitantes autorizados.

## Secção V
## **Proteção de dados**

### Cláusula 33.ª
### **Proteção de dados**

O adjudicatário fica expressamente vinculado ao dever de confidencialidade e não utilização de quaisquer dados pessoais a que tenha acesso, salvo para efeitos da estrita execução do contrato, nos termos do disposto no Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016 – Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados (RGPD) e demais legislação complementar, dever este que abrange a totalidade dos trabalhadores e outros colaboradores afetos ao adjudicatário.

## Capítulo III
## **Obrigações do dono da obra**

### Cláusula 34.ª
### **Preço e condições de pagamento**

1. Pela execução da empreitada e pelo cumprimento das demais obrigações decorrentes do contrato, deve o dono da obra pagar ao empreiteiro a quantia total de € [.] (a preencher com o valor que constar da proposta), o qual não pode exceder os **24 758,12 €** (vinte e quatro mil, setecentos e cinquenta e oito euros e doze cêntimos);
2. Ao valor é acrescido o IVA à taxa legal em vigor, no caso de o empreiteiro ser sujeito passivo desse imposto pela execução do contrato.
3. Os pagamentos a efetuar pelo dono da obra têm uma periodicidade mensal, sendo o seu montante determinado por medições mensais a realizar de acordo com o disposto na cláusula 26.ª.
4. Os pagamentos são efetuados no prazo máximo de **60 dias**, após a apresentação da respetiva fatura.
5. As faturas e os respetivos autos de medição são elaborados de acordo com o modelo e respetivas instruções fornecidos pelo diretor de fiscalização da obra.
6. Cada auto de medição deve referir todos os trabalhos constantes do plano de trabalhos que tenham sido concluídos durante o mês, sendo a sua aprovação pelo diretor de fiscalização da obra condicionada à realização completa daqueles.
7. No caso de falta de aprovação de alguma fatura em virtude de divergências entre o diretor de fiscalização da obra e o empreiteiro quanto ao seu conteúdo, deve aquele devolver a respetiva fatura ao empreiteiro, para que este elabore uma fatura com os valores aceites pelo diretor de fiscalização da obra e uma outra com os valores por este não aprovados.
8. O disposto no número anterior não prejudica o prazo de pagamento estabelecido no n.º 3 no que respeita à primeira fatura emitida, que se aplica quer para os valores desde logo aceites pelo diretor da fiscalização

da obra, quer para os valores que vierem a ser aceites em momento posterior, mas que constavam da primeira fatura emitida.

9. O pagamento dos trabalhos complementares e dos trabalhos de suprimento de erros e omissões é feito nos termos previstos nos números anteriores, mas com base nos preços que lhes forem, em cada caso, especificamente aplicáveis, nos termos do artigo 373.º do CCP.

Cláusula 35.ª

**Adiantamentos ao empreiteiro**

1. O empreiteiro pode solicitar, através de pedido fundamentado ao dono da obra, um adiantamento da parte do preço da obra necessária à aquisição de materiais ou equipamentos cuja utilização haja sido prevista no plano de trabalhos.
2. Sem prejuízo do disposto nos artigos 292.º e 293.º do CCP, o adiantamento referido no número anterior só pode ser pago depois de o empreiteiro ter comprovado a prestação de uma caução do valor do adiantamento, através de títulos emitidos ou garantidos pelo Estado, garantia bancária ou seguro-caução.
3. Todas as despesas decorrentes da prestação da caução prevista no número anterior correm por conta do empreiteiro.
4. A caução para garantia de adiantamentos de preço é progressivamente liberada à medida que forem executados os trabalhos correspondentes ao pagamento adiantado que tenha sido efetuado pelo dono da obra, nos termos do n.º 2 do artigo 295.º do CCP.
5. Decorrido o prazo da execução dos trabalhos abrangidos pelo adiantamento sem que tenha ocorrido a liberação da correspondente caução, o empreiteiro pode notificar o dono da obra para que este cumpra a obrigação de liberação da caução, ficando autorizado a promovê-la, a título parcial ou integral, se, 15 dias após a notificação, o dono da obra não tiver dado cumprimento à referida obrigação, nos termos do n.º 9 do artigo 295.º do CCP.

Cláusula 36.ª

**Reembolso dos adiantamentos**

Os adiantamentos concedidos nos termos da cláusula anterior devem ser gradualmente reembolsados, mediante dedução nos respetivos pagamentos contratuais, sendo as quantias a deduzir calculadas com base nas seguintes fórmulas:

a) Sempre que o valor acumulado dos trabalhos contratuais executados seja inferior ao valor acumulado dos trabalhos contratuais que deveriam ter sido executados, segundo o previsto no plano de pagamentos em vigor:

$$Vri = ( Va / Vt ) \times Vpt - Vrt$$

b) Sempre que o valor acumulado dos trabalhos contratuais executados sela igual ou superior ao valor acumulado dos trabalhos contratuais que deveriam ter sido executados, segundo o previsto no plano de pagamentos em vigor:

$$Vri = ( Va / Vt ) \times V'pt - Vrt$$

Em que:
*Vri* é o valor de cada reembolso a deduzir na situação de trabalhos contratuais;
*Va* é o valor dos adiantamentos;
*Vt* é o valor dos trabalhos contratuais por realizar à data de pagamento do adiantamento;
*Vpt* é o valor acumulado dos trabalhos contratuais que deveriam ter sido executados, até ao mês em que se processa o reembolso, segundo o previsto no plano de pagamentos em vigor;
*V'pt* é o valor acumulado dos trabalhos contratuais executados até ao mês em que se processa o reembolso;
*Vrt* é o valor acumulado dos reembolsos já deduzidos até ao mês em que se processa o reembolso.

Cláusula 37.ª

**Descontos nos pagamentos**

Não será exigida a prestação de caução, nos termos do n.º 2 do artigo 88.º do CCP, contudo, a entidade adjudicante procederá à **retenção de 10 %** do valor dos pagamentos a efetuar, nos termos previstos no n.º 3 do mesmo artigo.

Cláusula 38.ª

**Mora no pagamento**

1. Em caso de atraso do dono da obra no cumprimento das obrigações de pagamento do preço contratual, tem o empreiteiro direito aos juros de mora sobre o montante em dívida à taxa legalmente fixada para o efeito pelo período correspondente à mora, os quais serão obrigatoriamente abonados ao empreiteiro, independentemente de estes os solicitar e incidirão sobre a totalidade da dívida.
2. O pagamento de juros de mora referidos no número anterior deverá ser efetuado pelo dono da obra no prazo de 15 dias a contar da data em que tenha ocorrido o pagamento dos trabalhos, as revisões ou acertos que lhes deram origem.

Cláusula 39.ª

**Revisão de preços**

1. A revisão dos preços contratuais, como consequência de alteração dos custos de mão-de-obra, de materiais ou de equipamentos de apoio durante a execução da empreitada, é efetuada nos termos do disposto no Decreto-Lei n.º 6/2004, de 6 de Janeiro, com a redação que lhe foi conferida pelo Decreto-Lei n.º 73/2021, de 18 de agosto, na modalidade de Fórmula.

2. A revisão de preços obedece à seguinte fórmula:

$$Ct = 0{,}2\frac{St}{S_0} + 0{,}58\frac{M54}{M54_0} + 0{,}04\frac{M29}{M29_0} + 0{,}08\frac{Et}{E_0} + 0{,}10$$

Na qual:

**Ct -** é o coeficiente de atualização a aplicar ao montante sujeito a revisão;
**St** - é o índice dos custos de mão-de-obra, relativo ao mês a que respeita a revisão;
**$S_0$** -é o mesmo índice, mas relativo ao mês anterior à data limite fixada para a entrega das propostas.
**M54 e M29** são os índices dos custos dos seguintes materiais:
Produtos com base em ligantes minerais pré-doseados para revestimentos e Tintas para construção civil, relativos ao período que respeita a revisão.
**$M54_0$ e $M29_0$** são os mesmos índices, mas relativos ao mês anterior ao da data limite fixada para entrega das propostas.
**Et** - é o índice dos custos dos equipamentos de apoio, relativo ao período que respeita a revisão;
**$E_0$** -é o mesmo índice, mas relativo ao mês anterior à data limite fixada para a entrega das propostas.
**0,10 -** é a parcela que representa a parte não revisível.

3. Os diferenciais de preços, para mais ou para menos, que resultem da revisão de preços da empreitada são incluídos nas situações de trabalhos.

Secção V
**Seguros**

Cláusula 40.ª
**Contratos de seguro**

1. O empreiteiro e os seus subcontratados obrigam-se a subscrever e a manter em vigor, durante o período de execução do contrato, as apólices de seguro previstas neste caderno de encargos e na legislação aplicável, devendo exibir cópia das mesmas, bem como do recibo de pagamento do respetivo prémio, na data consignação.
2. O empreiteiro é responsável pela satisfação das obrigações previstas na presente secção, devendo zelar pelo controlo efetivo da existência das apólices de seguro dos seus subcontratados.
3. O dono da obra pode exigir, em qualquer momento, cópias das apólices e dos recibos de pagamento dos prémios dos seguros previstos na presente secção ou na legislação aplicável, não sendo admitida a entrada no estaleiro de quaisquer equipamentos sem a exibição destes documentos.
4. Todas as apólices de seguro e respetivas franquias previstas constituem encargo único e exclusivo do empreiteiro e dos seus subcontratados, devendo os contratos de seguro ser celebrados com entidade seguradora legalmente autorizada.
5. Os seguros previstos no presente caderno de encargos em nada diminuem ou restringem as obrigações e responsabilidades legais ou contratuais do empreiteiro.
6. Em caso de incumprimento por parte do empreiteiro das obrigações de pagamento dos prémios referentes aos seguros mencionados, o dono da obra reserva-se o direito de se substituir àquele, ressarcindo-se de todos os encargos envolvidos e ou por ele suportados.
7. O empreiteiro obriga-se a manter as apólices de seguro válidas até à data da receção provisória da obra ou, no caso de seguro relativo aos equipamentos e máquinas auxiliares que em cada momento estejam afetos à obra ou ao estaleiro, até à data que deixem de o estar.

Cláusula 41.ª
**Objeto dos contratos de seguro**

1. O empreiteiro obriga-se a celebrar um contrato de seguro de acidentes de trabalho, cuja apólice deve abranger todo o pessoal por si contratado, a qualquer título, bem como apresentar comprovativo de que o pessoal contrato pelos subempreiteiros se encontra igualmente abrangido por seguro de acidentes de trabalho de acordo com a legislação em vigor em Portugal.
2. O empreiteiro obriga-se ainda a celebrar um contrato de seguro de responsabilidade civil automóvel cuja apólice deve abranger toda a frota de veículos de locomoção própria afetos à obra, que circulem na via pública ou no local da obra, independentemente de serem veículos de passageiros ou de carga, máquinas ou equipamentos industriais, de acordo com as normas legais sobre responsabilidade civil automóvel (riscos de circulação), bem como a apresentar comprovativo de que os veículos afetos à obra pelos subempreiteiros se encontram igualmente segurados.
3. O empreiteiro obriga-se, ainda, a celebrar um contrato de seguro destinado a cobrir os danos próprios do equipamento, máquinas auxiliares e estaleiro, cuja apólice deve cobrir todos os meios auxiliares que vier a utilizar na obra, incluindo bens imóveis, armazéns, abarracamentos, refeitórios, camarins, oficinas e máquinas e equipamentos fixos ou móveis.
4. No caso dos bens imóveis referidos no número anterior, a apólice deve cobrir, no mínimo, os riscos de incêndio, raio, explosão e riscos catastróficos, devendo o capital seguro corresponder ao respetivo valor patrimonial.
5. O capital a garantir no que se refere ao seguro de responsabilidade civil automóvel previsto no n.º 2 desta cláusula deverá respeitar os limites mínimos legalmente obrigatórios.

## Capítulo IV
## Representação das partes e controlo da execução do contrato

### Cláusula 42.ª
### Representação do empreiteiro

1. Durante a execução do contrato, o empreiteiro é representado por um diretor de obra, salvo nas matérias em que, em virtude da lei ou de estipulação diversa no caderno de encargos ou no contrato, se estabeleça diferente mecanismo de representação.
2. O empreiteiro obriga-se, sob reserva de aceitação pelo dono da obra, a confiar a sua representação a um técnico com a qualificação de acordo com a Lei n.º 31/2009 de 3 de julho, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 40/2015 de 1 de junho.
3. Após a assinatura do Contrato e antes da consignação, o empreiteiro confirmará, por escrito, o nome do diretor de obra, indicando a sua qualificação técnica, devendo esta informação ser acompanhada por uma declaração subscrita pelo técnico designado, com assinatura reconhecida, assumindo a responsabilidade pela direção técnica da obra e comprometendo-se a desempenhar essa função com proficiência e assiduidade.
4. As ordens, os avisos e as notificações que se relacionem com os aspetos técnicos da execução da empreitada são dirigidos diretamente ao diretor de obra.
5. O diretor de obra acompanha assiduamente os trabalhos e está presente no local da obra sempre que para tal seja convocado.
6. O dono da obra poderá impor a substituição do diretor de obra, devendo a ordem respetiva ser fundamentada por escrito, com base em razões objetivas e ou inerentes à atuação profissional do diretor de obra.
7. Na ausência ou impedimento do diretor de obra, o empreiteiro é representado por quem aquele indicar para esse efeito, devendo estar habilitado com os poderes necessários para responder, perante o diretor de fiscalização da obra, pela marcha dos trabalhos.
8. O empreiteiro deve designar um responsável pelo cumprimento da legislação aplicável em matéria de segurança, higiene e saúde no trabalho e, em particular, pela correta aplicação do documento referido na alínea i) do n.º 4 da cláusula 6.ª.
9. O empreiteiro deve designar um responsável pelo cumprimento da legislação aplicável em matéria de aplicação do plano de gestão de resíduos da construção e demolição.

### Cláusula 43.ª
### Representação do dono da obra

1. Durante a execução do contrato, o dono da obra é representado pelo diretor de fiscalização da obra, em todos os aspetos relacionados com a obra, e pelo gestor do contrato, em todos os outros aspetos da execução do contrato, salvo nas matérias em que, em virtude da lei ou de estipulação contratual, se estabeleça diferente mecanismo de representação.
2. O dono da obra notifica o empreiteiro da identidade do diretor de fiscalização da obra que designe para a fiscalização local dos trabalhos até à data da consignação ou da primeira consignação parcial.
3. Sem prejuízo de outras limitações previstas no contrato, o diretor de fiscalização da obra e o gestor do contrato não têm poderes de representação do dono da obra em matéria de modificação, resolução ou revogação do contrato.
4. Na falta de estipulação contratual, durante os períodos em que se encontrem ausentes ou impedidos, o diretor de fiscalização da obra e o gestor do contrato são substituídos pelas pessoas que os mesmos indicarem para esse efeito, desde que, no caso do diretor de fiscalização da obra, a designação do substituto seja aceite pelo dono da obra e comunicada ao empreiteiro.

Cláusula 44.ª

**Gestor de contrato**

Nos termos do disposto no artigo 290.º-A do CCP, o gestor do contrato, com a função de acompanhar permanentemente a sua execução, é Ana Cláudia Nunes. Nas suas faltas e impedimentos, o técnico indicado será substituído pela técnica Ana Carla Sares.

Cláusula 45.ª

**Livro de registo da obra**

1. O empreiteiro organiza um registo da obra, em livro adequado, com as folhas numeradas e rubricadas por si e pelo diretor de fiscalização da obra, contendo uma informação sistemática e de fácil consulta dos acontecimentos mais importantes relacionados com a execução dos trabalhos.
2. Os factos a consignar obrigatoriamente no registo da obra são, para além dos referidos no n.º 3 do artigo 304.º e no n.º 3 do artigo 305.º do CCP, os seguintes:
   a) autos de medição;
   b) ensaios.
3. O livro de registo ficará patente no local da obra, ao cuidado do diretor da obra, que o deverá apresentar sempre que solicitado pelo diretor de fiscalização da obra ou por entidades oficiais com jurisdição sobre os trabalhos.

Capítulo V

**Receção e liquidação da obra**

Cláusula 46.ª

**Receção provisória**

1. A receção provisória da obra depende da realização de vistoria, que deve ser efetuada logo que a obra esteja concluída no todo ou em parte, mediante solicitação do empreiteiro ou por iniciativa do dono da obra, tendo em conta o termo final do prazo total ou dos prazos parciais de execução da obra.
2. No caso de serem identificados defeitos da obra que impeçam a sua receção provisória, esta é efetuada relativamente a toda a extensão da obra que não seja objeto de deficiência.
3. O procedimento de receção provisória obedece ao disposto nos artigos 394.º a 396.º do CCP.

Cláusula 47.ª

**Prazo de garantia**

1. O prazo de garantia varia de acordo com os seguintes tipos de defeitos:
   a) 10 anos para os defeitos que incidam sobre elementos construtivos estruturais;
   b) 5 anos para os defeitos que incidam sobre elementos construtivos não estruturais ou instalações técnicas;
2. Caso tenham ocorrido receções provisórias parcelares, o prazo de garantia fixado nos termos do número anterior é igualmente aplicável a cada uma das partes da obra que tenham sido recebidas pelo dono da obra desde que suscetível de uso independente e autonomizável.
3. Excetuam-se do disposto no n.º 1 as substituições e os trabalhos de conservação que derivem do uso normal da obra ou de desgaste e depreciação normais consequentes da sua utilização para os fins a que se destina.

Cláusula 48.ª

**Receção definitiva**

1. No final dos prazos de garantia previstos na cláusula anterior, é realizada uma nova vistoria à obra para efeitos de receção definitiva.
2. Se a vistoria referida no número anterior permitir verificar que a obra se encontra em boas condições de funcionamento e conservação, esta será definitivamente recebida.
3. A receção definitiva depende, em especial, da verificação cumulativa dos seguintes pressupostos:

a) Funcionalidade regular, no termo do período de garantia, em condições normais de exploração, operação ou utilização, da obra e respetivos equipamentos, de forma que cumpram todas as exigências contratualmente previstas;
b) Cumprimento, pelo empreiteiro, de todas as obrigações decorrentes do período de garantia relativamente à totalidade ou à parte da obra a receber.

4. No caso de a vistoria referida no n.º 1 permitir detetar deficiências, deteriorações, indícios de ruína ou falta de solidez, da responsabilidade do empreiteiro, ou a não verificação dos pressupostos previstos no número anterior, o dono da obra fixa o prazo para a sua correção dos problemas detetados por parte do empreiteiro, findo o qual será fixado o prazo para a realização de uma nova vistoria nos termos dos números anteriores.
5. São aplicáveis à vistoria e ao auto de receção definitiva, bem como à falta de agendamento ou realização da vistoria pelo dono da obra, os preceitos que regulam a receção provisória quanto às mesmas matérias, nos termos do disposto no n.º 6 do artigo 398.º do CCP.

Cláusula 49.ª

**Restituição dos depósitos e quantias retidas e liberação da caução**

1. Feita a receção definitiva de toda a obra, são restituídas ao empreiteiro as quantias retidas como garantia ou a qualquer outro título a que tiver direito.
2. Verificada a inexistência de defeitos da prestação do empreiteiro ou corrigidos aqueles que hajam sido detetados até ao momento da liberação, ou ainda quando considere os defeitos identificados e não corrigidos como sendo de pequena importância e não justificativos da não liberação, o dono da obra promove a liberação da caução destinada a garantir o exato e pontual cumprimento das obrigações contratuais, nos seguintes termos, para os prazos superiores a dois anos (para o prazo igual a dois anos, o prazo para o dono da obra promover a liberação integral da caução é de 30 dias após o termo do prazo de garantia):
   No final do primeiro ano, 30 % do valor da caução;
   No final do segundo ano, 30 % do valor da caução;
   No final do terceiro ano, 15 % do valor da caução;
   No final do quarto ano, 15 % do valor da caução;
   No final do quinto ano, os 10 % restantes,
   conforme determina o n.º 5 do artigo 295.º do CCP.
3. No caso de haver lugar a receções definitivas parciais, a liberação da caução prevista no número anterior é promovida na proporção do valor respeitante à receção parcial.
4. Decorrido o prazo fixado para a liberação da caução sem que esta tenha ocorrido, o empreiteiro pode notificar o dono da obra para que este cumpra a obrigação de liberação da caução, ficando autorizado a promovê-la, a título parcial ou integral, se, 15 dias após a notificação, o dono da obra não tiver cumprido a referida obrigação, nos termos do n.º 9 do artigo 295.º do CCP.
5. A mora na liberação, total ou parcial, da caução confere ao empreiteiro o direito de indemnização, designadamente pelos custos adicionais por este incorridos com a manutenção da caução prestada por período superior ao que seria devido.
6. Nos casos em que a caução tenha sido prestada por depósito em dinheiro ou o reforço da garantia tenha sido efetuado em numerário, o empreiteiro terá direito a exigir juros de mora calculados desde a data em que o dono da obra deveria ter restituído as quantias retidas.

Capítulo VI
## Disposições finais

Cláusula 50.ª
### Deveres de colaboração recíproca e informação

As partes estão vinculadas pelo dever de colaboração mútua, designadamente no tocante à prestação recíproca de informações necessárias à boa execução do contrato, sem prejuízo dos deveres de informação previstos no artigo 290.º do CCP.

Cláusula 51.ª
### Subcontratação e cessão da posição contratual

1. O empreiteiro pode subcontratar as entidades identificadas nos documentos de habilitação, desde que se encontrem cumpridos os requisitos constantes dos n.ºs 3 e 6 do artigo 318.º do CCP.
2. O dono da obra apenas pode opor-se à subcontratação na fase de execução quando não estejam verificados os limites constantes do artigo 383.º do CCP, ou quando haja fundado receio de que a subcontratação envolva um aumento de risco de incumprimento das obrigações emergentes do Contrato.
3. Todos os subcontratos devem ser celebrados por escrito e conter os elementos previstos no artigo 384.º do CCP, devendo ser especificados os trabalhos a realizar e expresso o que for acordado quanto à revisão de preços.
4. O empreiteiro obriga-se a tomar as providências indicadas pelo diretor de fiscalização da obra para que este, em qualquer momento, possa distinguir o pessoal do empreiteiro do pessoal dos subempreiteiros presentes na obra.
5. O disposto nos números anteriores é igualmente aplicável aos contratos celebrados entre os subcontratados e terceiros.
6. No prazo de cinco dias após a celebração de cada contrato de subempreitada, o empreiteiro deve, nos termos do n.º 3 do artigo 385.º do CCP, comunicar por escrito o facto ao dono da obra, remetendo-lhe cópia do contrato em causa.
7. A responsabilidade pelo exato e pontual cumprimento de todas as obrigações contratuais é do empreiteiro, ainda que as mesmas sejam cumpridas por recurso a subempreiteiros.
8. A cessão da posição contratual por qualquer das partes depende da autorização da outra, sendo em qualquer caso vedada nas situações previstas no n.º 1 do artigo 317.º do CCP.
9. Os subempreiteiros podem reclamar junto do dono da obra os pagamentos em atraso que lhe sejam devidos pelo empreiteiro, nos termos do artigo 321.º- A do CCP.

Cláusula 52.ª
### Resolução do contrato pelo dono da obra

1. Sem prejuízo das indemnizações legais e contratuais devidas, o dono da obra pode resolver o contrato nos seguintes casos:
   a) Incumprimento definitivo do contrato por facto imputável ao empreiteiro;
   b) Incumprimento, por parte do empreiteiro, de ordens, diretivas ou instruções transmitidas no exercício do poder de direção sobre matéria relativa à execução das prestações contratuais;
   c) Oposição reiterada do empreiteiro ao exercício dos poderes de fiscalização do dono da obra;
   d) Cessão da posição contratual ou subcontratação realizadas com inobservância dos termos e limites previstos na lei ou no contrato, desde que a exigência pelo empreiteiro da manutenção das obrigações assumidas pelo dono da obra contrarie o princípio da boa fé;
   e) Se o valor acumulado das sanções contratuais com natureza pecuniária exceder o limite previsto no n.º 2 do artigo 329.º do CCP;
   f) Incumprimento pelo empreiteiro de decisões judiciais ou arbitrais respeitantes ao contrato;
   g) Não renovação do valor da caução pelo empreiteiro, nos casos em que a tal esteja obrigado;
   h) O empreiteiro se apresente à insolvência ou esta seja declarada judicialmente;

i) Se o empreiteiro, de forma grave ou reiterada, não cumprir o disposto na legislação sobre segurança, higiene e saúde no trabalho;
j) Se, tendo faltado à consignação sem justificação aceite pelo dono da obra, o empreiteiro não comparecer, após segunda notificação, no local, na data e na hora indicados pelo dono da obra para nova consignação desde que não apresente justificação de tal falta aceite pelo dono da obra;
k) Se ocorrer um atraso no início da execução dos trabalhos imputável ao empreiteiro que seja superior a 1/40 do prazo de execução da obra;
l) Se o empreiteiro não der início à execução dos trabalhos a mais decorridos 15 dias da notificação da decisão do dono da obra que indefere a reclamação apresentada por aquele e reitera a ordem para a sua execução;
m) Se houver suspensão da execução dos trabalhos pelo dono da obra por facto imputável ao empreiteiro ou se este suspender a execução dos trabalhos sem fundamento e fora dos casos previstos no n.º 1 do artigo 366.º do CCP, desde que da suspensão advenham graves prejuízos para o interesse público;
n) Se ocorrerem desvios ao plano de trabalhos e o empreiteiro não apresentar um plano de trabalhos modificado nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 404.º;
o) Se ocorrerem desvios ao plano de trabalhos nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 404.º, sem prejuízo do disposto na alínea anterior;
p) Se não foram corrigidos os defeitos detetados no período de garantia da obra ou se não for repetida a execução da obra com defeito ou substituídos os equipamentos defeituosos, nos termos do disposto no artigo 397.º do CCP;
q) Por razões de interesse público, devidamente fundamentado.

2. Nos casos previstos no número anterior, havendo lugar a responsabilidade do empreiteiro, será o montante respetivo deduzido das quantias devidas, sem prejuízo do dono da obra poder executar as garantias prestadas pelo empreiteiro.
3. No caso previsto na alínea q) do n.º 1, o empreiteiro tem direito a indemnização correspondente aos danos emergentes e aos lucros cessantes, devendo, quanto a estes, ser deduzido o benefício que resulte da antecipação dos ganhos previstos.
4. A falta de pagamento da indemnização prevista no número anterior no prazo de 30 dias contados da data em que o montante devido se encontre definitivamente apurado confere ao empreiteiro o direito ao pagamento de juros de mora sobre a respetiva importância.

Cláusula 53.ª

**Resolução do contrato pelo empreiteiro**

1. Sem prejuízo das indemnizações legais e contratuais devidas, o empreiteiro pode resolver o contrato nos seguintes:
   a) Alteração anormal e imprevisível das circunstâncias;
   b) Incumprimento definitivo do contrato por facto imputável ao dono da obra;
   c) Incumprimento de obrigações pecuniárias pelo dono da obra por período superior a seis meses ou quando o montante em dívida exceda 25% do preço contratual, excluindo juros;
   d) Exercício ilícito dos poderes tipificados de conformação da relação contratual do dono da obra, quando tornem contrária à boa-fé a exigência pela parte pública da manutenção do contrato;
   e) Incumprimento pelo dono da obra de decisões judiciais ou arbitrais respeitantes ao contrato;
   f) Se não for feita consignação da obra no prazo de seis meses contados da data da celebração do contrato por facto não imputável ao empreiteiro;
   g) Se, havendo sido feitas uma ou mais consignações parciais, o retardamento da consignação ou consignações subsequentes acarretar a interrupção dos trabalhos por mais de 120 dias, seguidos ou interpolados;
   h) Se, avaliados os trabalhos a mais, os trabalhos de suprimento de erros e omissões e os trabalhos a menos, relativos ao contrato e resultantes de atos ou factos não imputáveis ao empreiteiro, ocorrer uma redução superior a 20% do preço contratual;

i) Se a suspensão da empreitada se mantiver:
   i) Por período superior a um quinto do prazo de execução da obra, quando resulte de caso de força maior;
   ii) Por período superior a um décimo do mesmo prazo, quando resulte de facto imputável ao dono da obra;
j) Se, verificando-se os pressupostos do artigo 354.º do CCP, os danos do empreiteiro excederem 20% do preço contratual.

2. No caso previsto na alínea a) do número anterior, apenas há direito de resolução quando esta não implique grave prejuízo para a realização do interesse público subjacente à relação jurídica contratual ou, caso implique tal prejuízo, quando a manutenção do contrato ponha manifestamente em causa a viabilidade económico-financeira do empreiteiro ou se revele excessivamente onerosa, devendo, nesse último caso, ser devidamente ponderados os interesses públicos e privados em presença.
3. O direito de resolução é exercido por via judicial ou mediante recurso a arbitragem.
4. Nos casos previstos na alínea c) do n.º 1, o direito de resolução pode ser exercido mediante declaração ao dono da obra, produzindo efeitos 30 dias após a receção dessa declaração, salvo se o dono da obra cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescidas dos juros de mora a que houver lugar.

Cláusula 54.ª

**Foro competente**

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do tribunal administrativo e fiscal de Loulé, com expressa renúncia a qualquer outro.

Cláusula 55.ª

**Comunicações e notificações**

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no Contrato.
2. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

Cláusula 56.ª

**Contagem dos prazos**

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

Cláusula 57.ª

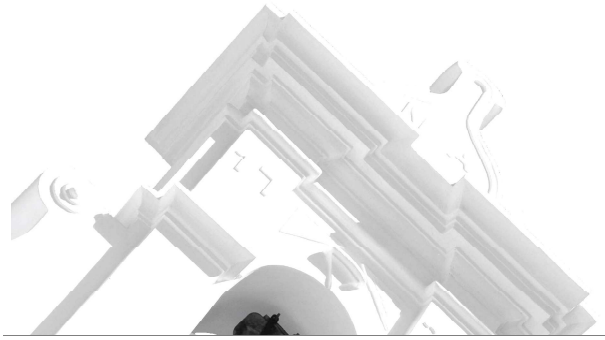
**Avaliação de fornecedores**

O Município de Tavira tem implementado um sistema de avaliação de fornecedores, sustentado numa metodologia que prevê, após a receção provisória, a avaliação de todas as aquisições e locações de bens móveis e de aquisições serviços, bem como de todas as empreitadas de obras publicas contratadas pelos serviços municipais, cuja informação se encontra disponível para consulta em www.cm-tavira.pt. Os resultados da avaliação do desempenho dos fornecedores são divulgados na página da internet do Município, acessível no mesmo site em www.cm-tavira.pt.

Cláusula 58.ª

**Legislação aplicável**

Em tudo o que não se encontrar especialmente previsto no presente Caderno de Encargos, aplicar-se-ão as disposições constantes do CCP, do Código do Procedimento Administrativo e demais legislação aplicável.



# CONDIÇÕES TÉCNICAS ESPECIAIS

# CONDIÇÕES TÉCNICAS ESPECIAIS

## ÍNDICE

ÍNDICE 1

1. MEDIDAS CAUTELARES 2

**ARTº1 PROTEÇÃO DE INFRAESTRUTURAS SUBTERRÂNEAS ..... 2**

**ARTº2 TRABALHOS ACESSÓRIOS E PREPARATÓRIOS ..... 2**

2. NATUREZA E QUALIDADE DOS MATERIAIS 2

**ARTº3 CONDIÇÕES GERAIS ..... 2**

**ARTº4 ÁGUA ..... 2**

**ARTº5 ARGAMASSA DE REPARAÇÃO ESTRUTURAL SULFATO RESISTENTE ..... 3**

**ARTº6 MICRO-ARGAMASSA DE IMPERMEABILIZAÇÃO, FLEXIVEL, Á BASE DE RESINAS SINTÉTICAS ..... 3**

**ARTº7 MASTIQUES ..... 3**

**ARTº8 ESMALTE ..... 3**

**ARTº9 MATERIAIS NÃO ESPECIFICADOS ..... 4**

3. MODO DE EXECUÇÃO DOS TRABALHOS 4

**ARTº10 IMPLANTAÇÃO E PIQUETAGEM ..... 4**

**ARTº11 PICAGEM DE REBOCO EXISTENTE ..... 4**

**ARTº12 APLICAÇÃO DE ARGAMASSA DE REPARAÇÃO ESTRUTURAL ..... 5**

**ARTº13 APLICAÇÃO DE REVESTIMENTO DE IMPERMEABILIZAÇÃO ..... 5**

**ARTº14 PINTURAS ..... 5**

**ARTº15 EQUIPAMENTO ..... 6**

**ARTº16 TRABALHOS NÃO ESPECIFICADOS ..... 6**

**ARTº17 NORMAS GERAIS NÃO ESPECIFICADAS ..... 6**

## 1. MEDIDAS CAUTELARES

### ARTº1 PROTEÇÃO DE INFRAESTRUTURAS SUBTERRÂNEAS

O empreiteiro deve prever a adequada proteção das infraestruturas subterrâneas existentes, nomeadamente a rede elétrica, rede de pluviais, rede de esgotos, rede de telecomunicações.
O tipo de sistema de proteção deve garantir perfeitamente o isolamento das zonas a proteger.
É da responsabilidade do Empreiteiro apresentar o tipo de proteção, fazendo-se acompanhar de todos os elementos escritos que identifiquem e caracterizem a mesma.
A proteção não pode ser aplicada sem prévia aprovação da Fiscalização.
Caso haja danos nas redes existentes, é da responsabilidade do Empreiteiro repor na íntegra o danificado.
Após conclusão dos trabalhos fica a cargo do Empreiteiro remover todas as proteções utilizadas, deixando o espaço nas condições iniciais.

### ARTº2 TRABALHOS ACESSÓRIOS E PREPARATÓRIOS

O empreiteiro é obrigado a realizar à sua custa todos os trabalhos que, por natureza ou segundo o uso corrente, devam considerar-se preparatórios ou acessórios dos que constituem objecto do contrato, designadamente:
a) Montagem, exploração e desmontagem do estaleiro, incluindo as correspondentes instalações, redes provisórias de águas de esgotos, de electricidade e de telefone e tudo mais necessário à empreitada;
b) A construção de obras de caracter provisório destinadas a proporcionar o acesso ao estaleiro e aos locais de trabalho, a garantir a segurança das pessoas empregadas na obra e do público em geral, e a satisfazer a segurança na via pública adjacente à obra;
c) O transporte e remoção para fora do local da obra, dos produtos de escavação ou resíduos de limpeza.

## 2. NATUREZA E QUALIDADE DOS MATERIAIS

### ARTº3 CONDIÇÕES GERAIS

Todos os materiais que se empreguem na obra terão a qualidade, dimensões, forma e demais características de modo a serem satisfeitas as condições exigidas para os fins a que se destinam, com as tolerâncias regulamentares, ou expressas no Caderno de Encargos e apenas serão aplicados após aprovação da Fiscalização.
Todas as especificações oficiais relativas aos materiais deverão ser rigorosamente aplicadas.
O emprego de materiais diversos dos previstos no projeto terá que ser previamente autorizado pela Fiscalização e não implicar aumento de custo da empreitada. Essa autorização não isenta contudo o Empreiteiro da responsabilidade pelo comportamento do material onde este for aplicado.

### ARTº4 ÁGUA

A água a empregar em alvenarias e regas de pavimentos será doce, limpa, isenta de ácidos, substâncias orgânicas ou deliquescentes, resíduos ou quaisquer outras impurezas, em especial cloretos, sulfatos e óleos.
A água que for utilizada no fabrico de argamassas e betões deverá satisfazer o prescrito no Regulamento de Betões e Ligantes Hidráulicos aprovado pelo Decreto Nº 404/71 de 23/9, nomeadamente não deverá incluir substâncias em percentagem tal que possam, pelas suas características, prejudicar a presa normal e o endurecimento do cimento, ou alterar as qualidades das argamassas e betões. Os sulfatos, sulfuretos, cloretos a álcalis deverão existir na água em percentagens tais que no conjunto dos restantes componentes das argamassas e betões (aditivos e inertes) não ultrapassem os valores estabelecidos a propósito do seu fabrico.
As proporções limites máximas admissíveis de matérias em suspensão e de sais solúveis são:
2 g/litro de matérias em suspensão para betão simples e armado; betão simples de fraca resistência e argamassa;
15 g/litro de sais solúveis para betão simples e armado, e argamassa;
30 g/litro de sais solúveis para betão simples de fraca resistência mecânica.
A água potável é, em regra, boa para ser utilizada nas amassaduras.

Sempre que a água não provenha de canalizações de água potável, serão colhidas amostras nos termos das NP 409 e feitos os ensaios julgados necessários para a determinação das suas características.
Os ensaios para determinação das características da água (NP 413, NP 421 e NP 423) serão realizados antes do início da fabricação das argamassas e betões, durante a sua fabricação e com a frequência que a fiscalização entender.
Na impossibilidade de proceder à análise das características físicas e químicas da água, deve ser realizado um ensaio comparativo de resistência de duas séries de cubos (aos três (3) e aos vinte e oito (28) dias).
Os recipientes de transporte e de armazenamento de água devem conservar-se sempre limpos.

## ARTº5 ARGAMASSA DE REPARAÇÃO ESTRUTURAL SULFATO RESISTENTE

As argamassas de reparação estrutural serão de Classe R4 de acordo com a EN 1504. Serão formuladas á base de cimentos resistentes ao ataque de sulfatos, agregados selecionados e aditivos especiais e reforçadas com fibras sintéticas. Serão adequadas para aplicação exterior, vertical e horizontal. Serão de retração compensada, alta resistência á fissuração e excelente aderência. Apresentará resistência mínima á compressão 20 Mpa após 24h e 50Mpa aos 28dias.
Deverá ser previamente aprovada pela Fiscalização.
Esta argamassa deverá ser fornecida em sacos, pré-doseada e acompanhada de certificado de qualidade. Deve ser fabricada na obra, na ocasião da sua aplicação e na proporção do seu consumo, sendo inutilizada toda a que comece a fazer presa. Não é permitido o emprego de argamassa remolhada.
A sua preparação e aplicação deverá seguir as indicações do fabricante.
Será realizado o controlo das características mecânicas das argamassas aplicadas, de acordo com as normas em vigor.

## ARTº6 MICRO-ARGAMASSA DE IMPERMEABILIZAÇÃO, FLEXIVEL, Á BASE DE RESINAS SINTÉTICAS

A micro-argamassa de impermeabilização será formulada á base de resina em emulsão, cimento e cargas especiais. Será um revestimento impermeável flexível, de cor cinza, adequado para contacto com água potável.
Apresentará tensões de aderência mínimas de 1.2N/mm$^2$ aos 28 dias e de 0.88N/mm$^2$ após 3 meses em imersão, de acordo com a NF EN 24624. Apresentará ausência de infiltração/penetração de água sob pressão positiva de 1MPA (100metros de coluna de água) e sob pressão negativa de 0.2MPa (20 metros de coluna de água).
Esta micro-argamassa deverá ser fornecida em kits de dois componentes (bidão de plástico + saco), pré-doseada e acompanhada de certificado de qualidade. Deve ser misturada na obra, na ocasião da sua aplicação e na proporção do seu consumo.
A sua preparação e aplicação deverá seguir as indicações do fabricante.
Deverá ser apresentado á Fiscalização a aprovação EPAL para contacto com água potável.
Deverá ser efetuado e aprovado pela fiscalização ensaio de estanquidade do local sujeito a intervenção.

## ARTº7 MASTIQUES

Deverão ser de fábrica de reconhecida idoneidade e chegar à obra em embalagens fechadas de origem devidamente rotuladas.
Deverão ter características necessárias de forma a satisfazer o fim para que são utilizados.
Em particular, deverão ser impermeáveis, e estáveis em presença dos agentes atmosféricos, proporcionar uma boa aderência às argamassas e betões e terem a elasticidade suficiente para poderem suportar sem deterioração os movimentos a que irão estar submetidos.
A aplicação de qualquer destes produtos deverá obedecer às especificações dos fabricantes.

## ARTº8 ESMALTE

O esmalte a aplicar será de 1ª qualidade, devendo caracterizar-se pelo brilho e notável poder de cobertura, elasticidade e aderência, rápida secagem e endurecimento. Será apropriado para aplicação no exterior, bem como aplicação direta sobre superfícies enferrujadas. Servirá de primário e acabamento.

Quando aplicado sobre pintura existente, o empreiteiro deverá efetuar, previamente, teste de compatibilidade com a pintura antiga.
A sua aplicação (e trabalhos preparatórios) será feita de acordo com indicações do fabricante e da Fiscalização.
A cor e acabamento a aplicar encontram-se sujeitos a prévia aprovação da Fiscalização.

### ARTº9 MATERIAIS NÃO ESPECIFICADOS

Todos os materiais não especificados e de emprego na obra deverão satisfazer as condições técnicas de resistência e segurança impostas pelos regulamentos que lhes dizem respeito, ou terem características que satisfaçam as boas normas de construção.
Poderão ser submetidos a ensaios especiais para a sua verificação, tendo em conta o local de emprego, fim a que se destinam e a natureza do trabalho que se lhes vai exigir, reservando-se a fiscalização o direito de indicar para cada caso as condições a que devem satisfazer.

## 3. MODO DE EXECUÇÃO DOS TRABALHOS

### ARTº10 IMPLANTAÇÃO E PIQUETAGEM

Antes de iniciar qualquer trabalho, o empreiteiro procederá, às custas suas, à implantação e demarcação definitiva das obras a executar.
Esta implantação deverá ser executada com o maior rigor e de acordo com as normas existentes. Para além desta marcação, proceder-se-á à delimitação e sinalização das áreas e elementos a salvaguardar – vegetação – (ver Medidas cautelares) bem como à demarcação das áreas acessórias necessárias ao desenvolvimento da obra - estaleiro, depósitos, vazadouros, caminhos. O Empreiteiro é obrigado a conservar essas estacas mandando substituir as que porventura desapareçam.
A fiscalização indicará ao empreiteiro os locais onde se devem colocar marcas de nivelamento necessárias, bem definidas, e nas quais se apoiarão as implantações ou piquetagem, que deverão ser confirmadas pela fiscalização, após a sua colocação.

### ARTº11 PICAGEM DE REBOCO EXISTENTE

Estes trabalhos deverão ser efetuados por meios manuais de forma a não ser afetado qualquer elemento da estrutura dos muros.
Serão da responsabilidade do Empreiteiro as indeminizações e reparações de danos causados a terceiros, resultantes da execução destes trabalhos.
Consideram-se incluídos, todos os trabalhos preparatórios e subsidiários, bem como reparações, limpezas, enchimentos, aterros e todas as atividades necessárias à limpeza dos locais afetados e à prossecução da construção.

Caso se aplique, compete ao empreiteiro custear os levantamentos, remoções, guardas e depósitos dos materiais a reaproveitar e a sua limpeza e transporte para reassentamento.
Dos materiais a reaproveitar deverá o empreiteiro considerar a eventual necessidade de tratar as superfícies que ficarão visíveis após o reassentamento.
Os meios de levantamento, remoção, transporte e acomodação dos materiais, deverão ser de forma a evitar danos nas peças que se pretendem reaproveitar.

Quanto aos resíduos resultantes dos trabalhos, compete ao empreiteiro a remoção, transporte a vazadouro autorizado, compactações no vazadouro, todos os trabalhos acessórios e preparatórios.
Considera-se o trabalho executado quando os produtos sobrantes estiverem em vazadouro, o local da execução limpo e á cota do projeto e todos e quaisquer litígios, que eventualmente resultem da realização dos trabalhos, sanados.

## ARTº12 APLICAÇÃO DE ARGAMASSA DE REPARAÇÃO ESTRUTURAL

A aplicação da argamassa será iniciada depois de asseguradas as condições seguintes:
Tapamento dos roços, aberturas e cavidades existentes nos paramentos com argamassa de reparação estrutural.
Todos os trabalhos preparatórios da superfície estarão concluídos e aprovados pela fiscalização.
Os locais de aplicação estarão limpos e protegidos contra a ação prejudicial da água das chuvas ou infiltrações.
A superfície de assentamento será limpa de leitanças, partículas soltas, poeiras, contaminações e outras impurezas que dificultem a aderência ou a penetração da argamassa de reparação.
Deverão ser respeitadas as recomendações do fabricante assim como as observações integradas na ficha técnica do produto.
As argamassas fabricadas serão conservadas ao abrigo das chuvas, do sol e do vento.
A superfície deve apresentar um aspeto regularizado, pronto a receber o revestimento de impermeabilização.

## ARTº13 APLICAÇÃO DE REVESTIMENTO DE IMPERMEABILIZAÇÃO

A aplicação do revestimento de impermeabilização será iniciada depois de verificadas as condições da base e da respetiva aprovação por parte da fiscalização.
A superfície de assentamento deve estar limpa, sã, isenta de leitadas cimenticias superficiais, partículas em desagregação, deve ainda estar isenta de gorduras, óleos e pinturas.
Deverão ser respeitadas as recomendações do fabricante assim como as observações integradas na ficha técnica do produto.

## ARTº14 PINTURAS

**Condições comuns**
As pinturas são executadas de acordo com as superfícies do D.T.U nº (1952), ""*Caiher des Prescriptions Técniques Generales applicables aux travaux de peinture, Nettoyage, de Mise em Service, Vitreries, Papier de Peinture" - C.S.T.B – Paris"*.
As pinturas e os produtos das operações preparatórias devem satisfazer às condições próprias de exposição das superfícies onde são aplicadas.
Exteriores – resistência luz e às intempéries.

**Pintura de elementos metálicos**
Estão incluídos neste artigo todos os trabalhos e materiais preparatórios necessários e recomendados pelo fabricante e aprovado pela Fiscalização, mediante avaliação do estado da pintura existente e de ensaios de compatibilidade entre produtos existentes e a aplicar, assim como a aplicação de 3 de demãos de esmalte.
O Esmalte será simultaneamente primário e acabamento.

Início da aplicação:
Antes de iniciar a aplicação das pinturas, o Empreiteiro procederá à verificação do estado das superfícies e proporá à Fiscalização a solução de qualquer problema que, eventualmente, dificulte a obtenção de uma boa qualidade na sua execução (humidade, alcalinidade ou qualquer outra deficiência).
O Empreiteiro tomará as precauções necessárias para assegurar a proteção das superfícies (mármores, toros de madeira, alumínios, revestimento do lago, plantas, etc.), que possam ser atacadas, manchadas ou alteradas pelas pinturas. Não é permitido o contacto do produto (nem qualquer vestígio e/ou resíduo do mesmo) com o solo, cursos de água, lagos, fossas e esgoto.
O Empreiteiro submeterá à aprovação da Fiscalização, as medidas que pretende adotar.
Base de Aplicação:
As bases de aplicação serão cuidadosamente limpas de poeiras, substâncias gordurosas, manchas e resíduos provenientes da realização de trabalhos anteriores.
O teor da humidade e o acabamento das bases, as condições de temperatura e humidades do meio ambiente devem satisfazer às condições indicadas para cada pintura e às prescrições de aplicação do fabricante de tintas.
As deficiências da base de aplicação – fissuras, cavidades, irregularidades e outras - serão reparadas quer com o mesmo material do revestimento quer com produtos de isolamento e de barramento adequados às pinturas a aplicar.

As superfícies metálicas a pintar serão tratadas de acordo com a ficha técnica do esmalte a aplicar e prévia aprovação da Fiscalização.
O Empreiteiro preparará de acordo com as instruções da Fiscalização, as amostras das pinturas necessárias para fixação das tonalidades definidas das superfícies acabadas.
Acabamento da superfície aparente:
As tonalidades ficarão conformes com as cores aprovadas pela Fiscalização.
As superfícies pintadas devem apresentar uma textura e coloração uniforme e regulares.
As tolerâncias admitidas serão, em regra, as indicadas para os revestimentos que constituem as bases.
A correção das deficiências das superfícies pintadas - bolhas, manchas, fissuras e outras - só será iniciada depois do Empreiteiro ter apresentado à aprovação da Fiscalização as medidas que pretende aplicar.

## ARTº15 EQUIPAMENTO

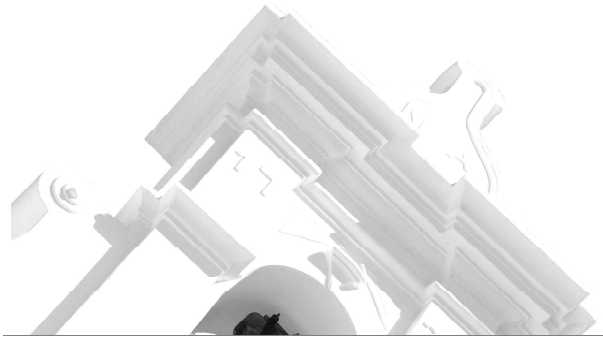
Constitui encargo do empreiteiro, o fornecimento e utilização das máquinas aparelhos, utensílios, ferramentas, andaimes e tudo o mais indispensável à boa execução dos trabalhos.
O equipamento referido deve satisfazer, o estabelecido nas leis e regulamentos de segurança aplicáveis, no que diz respeito ao seu funcionamento.

## ARTº16 TRABALHOS NÃO ESPECIFICADOS

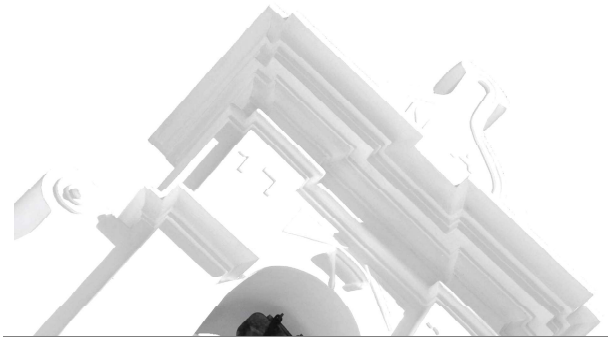
Todos os trabalhos não especificados no presente caderno deverão ser executados de forma a cumprir o indicado em projeto e de acordo com as instruções das "Cláusulas Técnicas Gerais" em vigor. No caso da omissão destas, seguir-se-ão as instruções do fabricante ou da fiscalização, tendo sempre em atenção as indicações e os desenhos de projeto.
Para todos os trabalhos que não estejam especificados no presente Caderno de Encargos e cuja execução seja indispensável para a execução e o bom andamento da obra, serão seguidas as Normas Portuguesas e Especificações do L.N.E.C. aplicáveis bem como as instruções da Entidade Fiscalizadora.

## ARTº17 NORMAS GERAIS NÃO ESPECIFICADAS

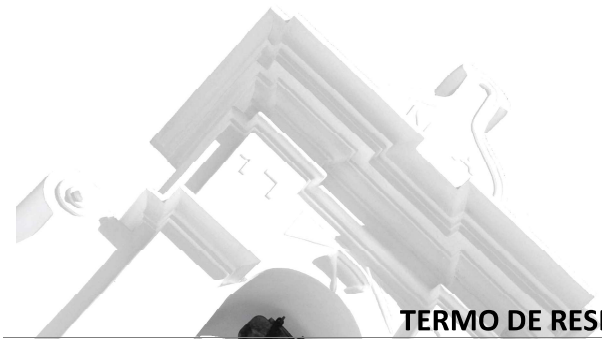
Na execução dos trabalhos e fornecimentos abrangidos pela empreitada e na prestação de serviços que nela se incluem, deverão ser observados todos os regulamentos e normas portuguesas, especificações e documentos de homologação do Laboratório Nacional de Engenharia Civil, aplicáveis e em vigor.
Todos os materiais a empregar na obra e não referido, expressamente nestas condições técnicas serão sempre de boa qualidade e terão as características de resistência e segurança exigidas na legislação portuguesa ou comunitária que lhes for aplicável ou, quando esta não existir, as que melhor convenham aos fins em vista, merecendo a aprovação da fiscalização.
Todos os trabalhos não especificados nestas condições técnicas deverão ser executados de forma a cumprir o indicado em projeto e de acordo com a normativa em vigor.
Em qualquer destas situações deverão ser seguidas as instruções do fabricante do material ou equipamento a empregar.



# PROJETO DE EXECUÇÃO



**CONSERVAÇÃO**



# TERMO DE RESPONSABILIDADE DO COORDENADOR DO PROJETO

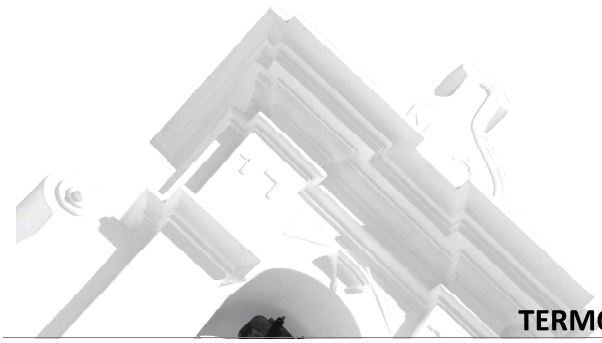
# Termo de Responsabilidade do Coordenador de Projeto

Maria da Conceição Domingues Palma Afonso, engenheira civil, portador do Cartão de Cidadão nº11763362, inscrita na Ordem dos Engenheiros como membro nº 13096, com domicilio profissional em Rua Tavira de Durango nº2, Tavira, técnica ao serviço do Município de Tavira, Divisão de Projetos, Energia e Obras Municipais, declara para efeitos do disposto do nº1 do artigo 10º, do Decreto-Lei nº555/99, de 16 de dezembro, na redação que lhe foi conferida pelo Decreto-Lei nº 136 de 2014, de 9 de Setembro, que o projeto de que é Coordenadora, relativo á Intervenção no Lago do Jardim do Coreto - Tavira, cujo projeto foi requerido pelo Município de Tavira, atesta a compatibilidade entre as diferentes especialidades, observando as normas legais e regulamentares aplicáveis, designadamente as normas técnicas gerais e especificas de construção.

Tavira, 06 de Junho de 2022

Mª Conceição D. P. Afonso.

Mª Conceição D.P. Afonso



**TERMO DE RESPONSABILIDADE DO AUTOR DO PROJETO**

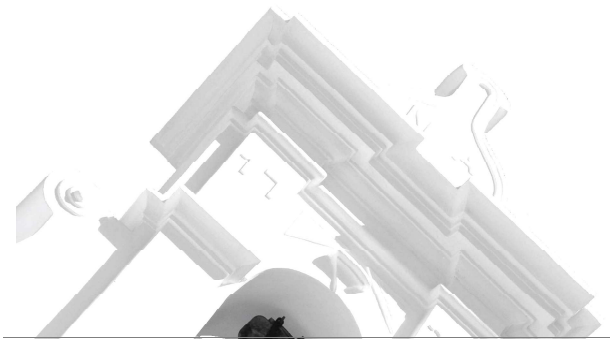
# Termo de Responsabilidade do Autor do Projeto

Maria da Conceição Domingues Palma Afonso, engenheira civil, portador do Cartão de Cidadão nº11763362, inscrita na Ordem dos Engenheiros como membro nº 13096, com domicilio profissional em Rua Tavira de Durango nº2, Tavira, técnica ao serviço do Município de Tavira, Divisão de Projetos, Energia e Obras Municipais, declara para efeitos do disposto do nº1 do artigo 10º, do Decreto-Lei nº555/99, de 16 de dezembro, na redação que lhe foi conferida pelo Decreto-Lei nº 136/2014, de 9 de Setembro, que o projeto relativo á Intervenção no Lago do Jardim do Coreto - Tavira, requerido pelo Município de Tavira observa as normas legais e regulamentares aplicáveis, designadamente as normas técnicas gerais e específicas de construção.

Tavira, 26 de Maio de 2022

Mª Conceição D. P. Afonso.

Mª Conceição D.P. Afonso



# MEMÓRIA DESCRITIVA E JUSTIFICATIVA

## Índice

1. Objetivos 02
2. Proposta de intervenção 02
   2.1 Reparação – Impermeabilização do Lago 02
   2.2 Pintura do gradeamento exterior 02
   2.3 Recomendações Técnicas 03

## Peças desenhadas

01 Reparação - Impermeabilização do Lago esc. Várias
02 Conservação – Gradeamento Exterior esc. Várias

## 1. Objetivos

A intervenção assenta na reparação e impermeabilização do lago existente no Jardim do Coreto com o objetivo principal de anular o elevado consumo de água a ele associado.

Sendo este lago um elemento de destaque do Jardim, esta intervenção também abrange a manutenção da pintura do gradeamento exterior.

A proposta assenta na identificação dos elementos alvo de intervenção e respetiva solução de reparação ou manutenção.

## 2. Proposta de intervenção

### 2.1- Reparação – Impermeabilização do Lago

Por observação no local, as paredes do lago parecem ser de pedra revestidas por uma pequena camada de reboco tradicional na generalidade, sendo que em algumas zonas são revestidas por pedras decorativas. O Fundo parece também ser constituído por material cimenticio, não havendo a informação da sua espessura.

Tendo em consideração as características construtivas acima mencionadas, propõe-se a seguinte solução de Reparação-Impermeabilização:

- Preparação da superfície a tratar de forma a garantir uma base firme e coesa.
- Regularização da superfície das paredes e do fundo com argamassa de reparação estrutural (Classe R4) - SikaRep-2400, ou equivalente.
- Execução de revestimento com micro-argamassa de impermeabilização flexível -Sika Top 209 Réservoir, ou equivalente.

### 2.2- Pintura do gradeamento exterior

Esta intervenção prevê a manutenção do gradeamento metálico exterior ao lago incluindo o portão para o passadiço (acesso á zona técnica do coreto) bem como gradeamento lateral do mesmo e expositor metálico.

Tendo em consideração as características do gradeamento existente, propõe-se a seguinte solução de Manutenção:

- Preparação da superfície a tratar, de acordo com ficha técnica e indicações do fabricante do produto a aplicar em seguida.
- Aplicação de pintura com esmalte “Hammerite – Robialac” ou equivalente, com acabamento Martelado á cor Cinzento Prata.

### 2.3- Recomendações Técnicas

A realização de todos os trabalhos descritos e a aplicação de todos os produtos preconizados deverão ser efetuados de acordo com as recomendações do fabricante e a aprovação da fiscalização.

### A. Reparação - Impermeabilização do Lago

- Preparação da superfície através da remoção do reboco em delaminação, fraco e deteriorado de forma a garantir uma base firme e coesa, incluindo picagem do reboco existente nas paredes e lavagem das superfícies para remoção de poeiras, partículas soltas e contaminações que dificultem a aderência;
- Regularização da superfície das paredes e fundo com argamassa de reparação estrutural (Classe R4) - SikaRep-2400 ou equivalente, (incluindo zona onde as pedras ficam submersas e execução de meia cana na interseção das paredes com o fundo do lago) com camada com espessura mínima 4cm.
- A interseção da parede com pontos singulares (tomadas de água, drenagem de fundo …) deverá ser devidamente vedada/impermeabilizada.
- Execução de revestimento com micro-argamassa de impermeabilização flexível -Sika Top 209 Réservoir (ou equivalente) em 2 camadas com espessura total 4mm.
- Consultar as fichas técnicas e de Segurança dos Produtos e seguir sempre as indicações do fabricante.

  Materiais: argamassa de reparação estrutural (Classe R4) – SikaRep 2400 (ou equivalente), micro-argamassa de impermeabilização flexível -Sika Top 209 Réservoir (ou equivalente).

### B. Manutenção - Pintura do gradeamento exterior

- Preparação da superfície a tratar incluindo lixagem, limpeza e desengorduramento, de acordo com ficha técnica e indicações do fabricante do produto a aplicar em seguida. As superfícies a esmaltar devem estar bem secas, isentas de gorduras, poeiras e outras impurezas.
- Verificar a compatibilidade do esmalte a aplicar com a pintura antiga, conforme indicação do fabricante.
- Aplicação de pintura com esmalte “Hammerite – Robialac” ou equivalente, 3 demão, com acabamento Martelado á cor Cinzento Prata.

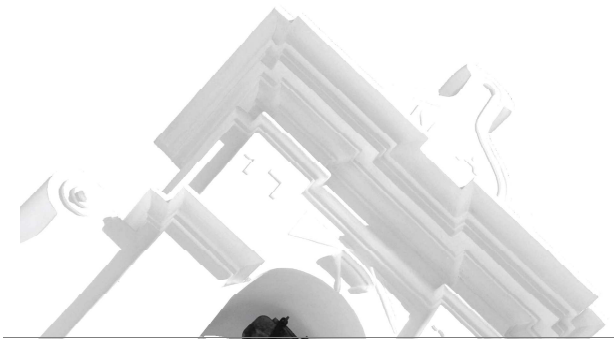
- Cumprir os tempos de secagem indicados pelo fabricante entre demãos, ao tacto e utilização.
- Consultar as fichas técnicas e de Segurança dos Produtos e seguir sempre as indicações do fabricante.

  Materiais: Produto para limpeza e desengorduramento compatível com esmalte a aplicar, "Hammerite – Robialac" ou equivalente, com acabamento Martelado á cor Cinzento Prata.

Tavira, Maio de 2022

A Eng.ª Civil

Mª Conceição Afonso



**PEÇAS DESENHADAS**

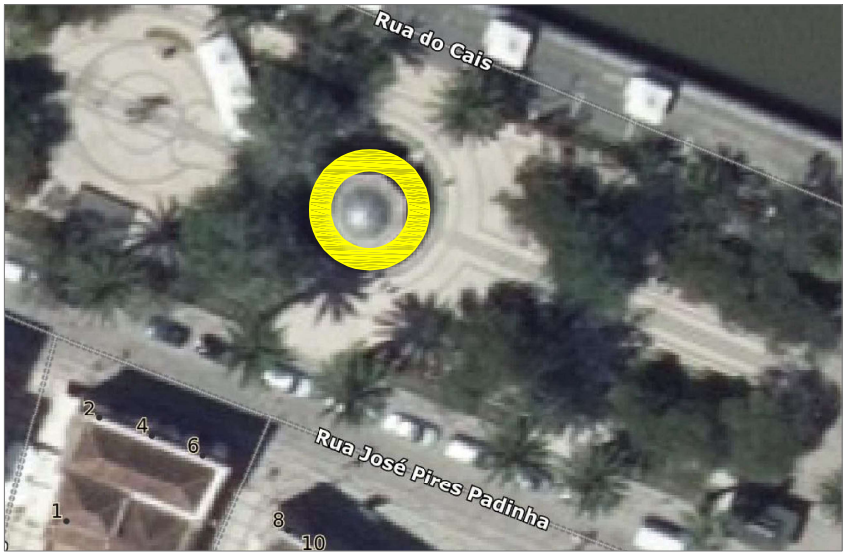
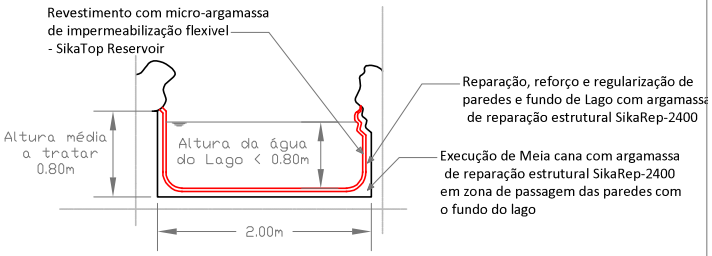



IMAGEM SATÉLITE - LOCALIZAÇÃO
(sem escala)

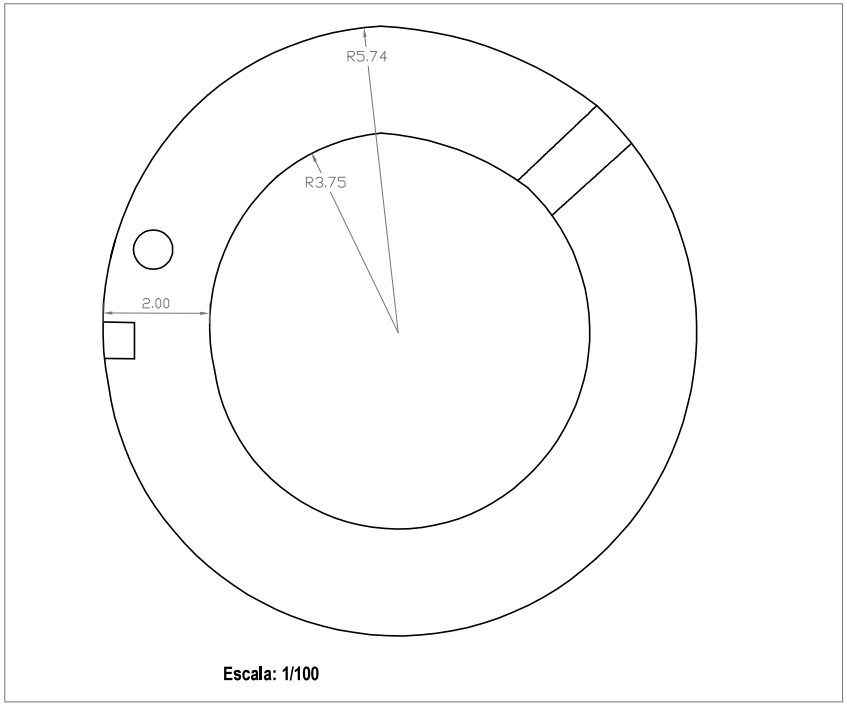



Foto 1




Nota: O Lago deverá ser cheio com altura inferior á impermeabilização.
A interseção da parede com pontos singulares como tomadas de água, drenagem de fundo, drenagem de caleira, deverão ser devidamente impermeabilizados.

CORTE TIPO
(sem escala)




**Escala: 1/100**

PLANTA DO LAGO

## Solução de Reparação-Impermeabilização

1 - Preparação das superficies a tratar, de forma a garantir uma base firme e coesa, incluindo picagem de reboco existente nas paredes e lavagem das superficies para remoção de poeiras, particulas soltas, contaminações e restos de particulas que dificultem a aderência.

2 - Reparação, reforço e regularização de paredes e fundo de Lago com argamassa de reparação estrutural SikaRep-2400 (1 camada com min 4cm espessura).

3 - Execução de Meia cana com argamassa de reparação estrutural SikaRep-2400 em zona de passagem das paredes com o fundo do lago.

4 - Revestimento de paredes e fundo com micro-argamassa de impermeabilização flexivel - SikaTop - 209 Reservoir (2 camadas).

2022 300. 10.001 31 - Intervenção no Lago do Jardim do Coreto

**REPARAÇÃO - IMPERMEABILIZAÇÃO DO LAGO - Planta e Corte Tipo**

**01**

Especialidade: Conservação

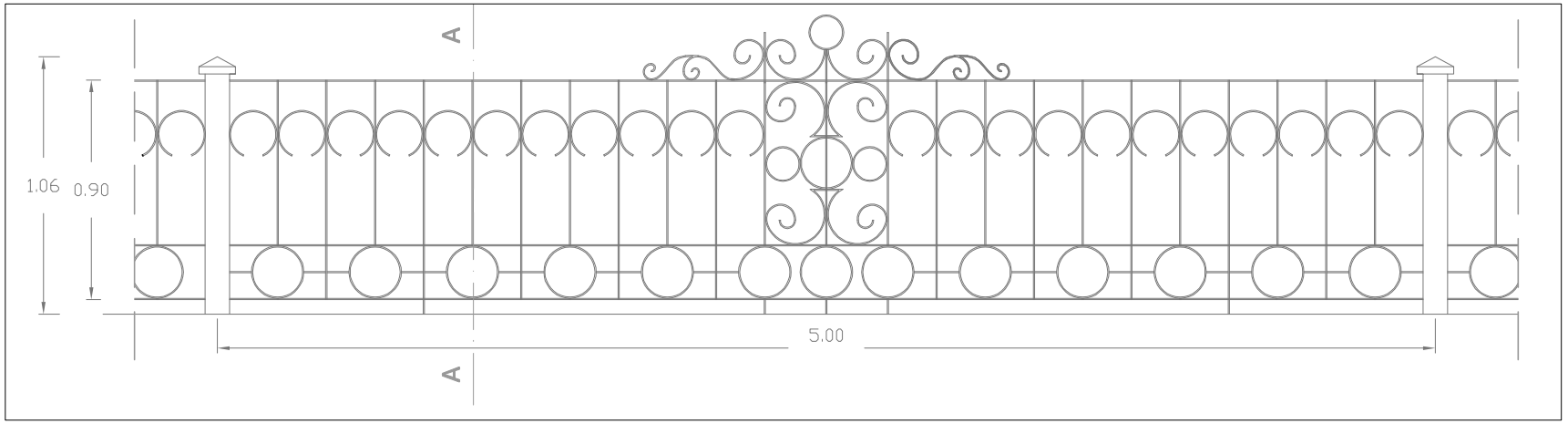
Projectou: Conceição Afonso

Desenhou: Conceição Afonso

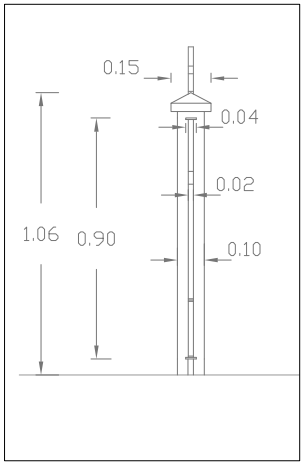
**Escala: Várias** **Data: 05.2022**

município tavira

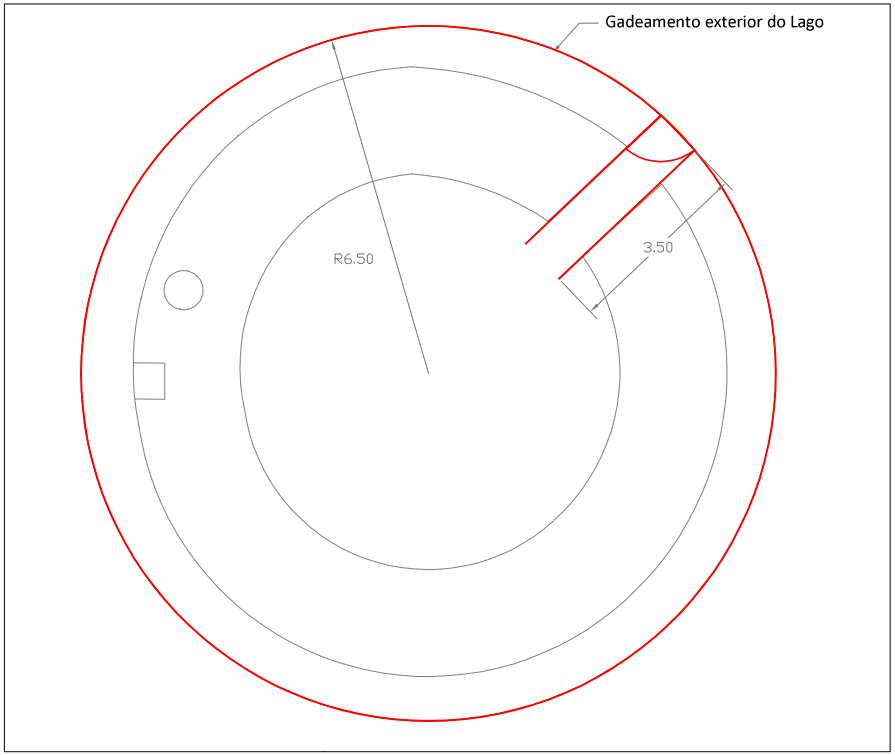
**Divisão de Projetos, Energia e Obras Municipais | MUNICÍPIO DE TAVIRA**




VISTA TIPO
(Escala: 1/20 )




CORTE TIPO - AA
(Escala: 1/20 )




PLANTA DO LAGO
(Escala: 1/100 )

Legenda: —— Gradeamento metálico a tratar

Nota: O empreiteiro deverá confirmar todas as dimensões no local.



Foto 1



Foto 2

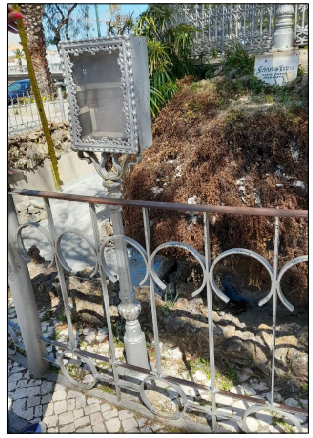


Foto 3

**Solução de Manutenção de Gradeamento exterior :**

Preparação das superficies a tratar ( lixagem e limpeza) e aplicação de pintura com esmalte para aplicação direta sobre ferrugem, da "Hammerite-Robialac", ou equivalente, 3 demão.
O acabamento será do tipo Martelado, Cinzento Prata.

Elementos a tratar : Gradeamento exterior ao lago incluindo portão de abrir de uma folha, gardeamento do passadiço de acesso á zona técnica do Coreto, Expositor metálico contiguo com gradeamento.

2022 300. 10.001 31 - Intervenção no Lago do Jardim do Coreto

**CONSERVAÇÃO - GRADEAMENTO EXTERIOR - Planta, Vista Tipo e Corte Tipo**

**02**

Especialidade: Conservação

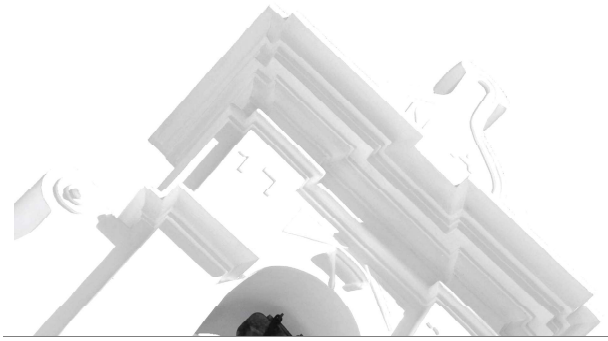
Projectou: Conceição Afonso

Desenhou: Conceição Afonso

**Escala: Várias** **Data: 05.2022**

município tavira

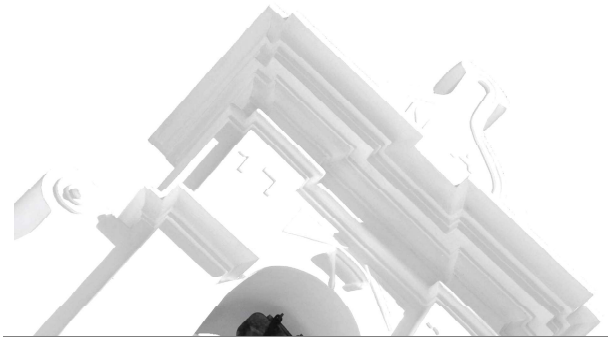
**Divisão de Projetos, Energia e Obras Municipais | MUNICÍPIO DE TAVIRA**



**MEDIÇÕES**

# MEDIÇÕES

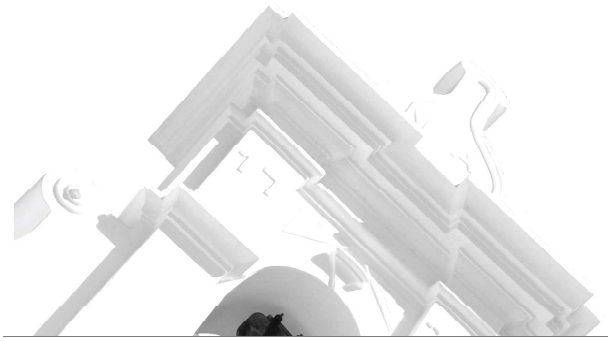
| Código | Designação dos trabalhos | unid. | nº de partes | DIMENSÕES comprimento | largura | altura | QUANTIDADES parciais | totais |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **1** | **Reparação e impermeabilização do Lago** | | | | | | | |
| 1.1 | Preparação das superficies a tratar, de forma a garantir uma base firme e coesa, incluindo picagem de reboco existente nas paredes e lavagem das superficies para remoção de poeiras, particulas soltas, contaminações e restos de particulas que dificultem a aderência, bem como todos os trabalhos, materiais e acessórios inerentes a um perfeito acabamento e transporte dos residuos a vazadouro autorizado. | m2 | 1 | 36,11 | | 0,80 | 28,89 | |
| | | | 1 | 23,55 | | 0,80 | 18,84 | |
| | | | 1 | 59,66 | | | 59,66 | **112,76** |
| 1.2 | Reparação, reforço e regularização de paredes e fundo de lago com argamassa de reparação estrutural SikaRep-2400, ou equivalente, ( 1 camada com min 4cm espessura), incluindo todos os trabalhos, materiais e acessórios inerentes a um perfeito acabamento. | m2 | 1 | 36,11 | | 0,80 | 28,89 | |
| | | | 1 | 23,55 | | 0,80 | 18,84 | |
| | | | 1 | 59,66 | | | 59,66 | **112,76** |
| 1.3 | Execução de Meia cana com argamassa de reparação estrutural SikaRep-2400, ou equivalente, em zona de passagem das paredes com o fundo do lago, incluindo todos os trabalhos, materiais e acessórios inerentes a um perfeito acabamento. | ml | 1 | 36,11 | | | 36,11 | |
| | | | 1 | 23,55 | | | 23,55 | **62,64** |
| 1.4 | Revestimento de paredes e fundo com micro-argamassa de impermeabilização flexivel - SikaTop -209 Reservoir, ou equivalente, (2camadas), incluindo todos os trabalhos, materiais e acessórios inerentes a um perfeito acabamento. | m2 | 1 | 36,11 | | 0,80 | 28,89 | |
| | | | 1 | 23,55 | | 0,80 | 18,84 | |
| | | | 1 | 59,66 | | | 59,66 | **112,76** |
| **2** | **Conservação do gradeamento metálico** | | | | | | | |
| 2.1 | Preparação das superficies a tratar (lixagem e limpeza) e aplicação de pintura com esmalte para aplicação direta sobre ferrugem simultaneamente primário e acabamento " hammerite-Robialac" ou equivalente, 3 demãos, acabamento Martelado, cizento prata, incluindo todos os trabalhos, materiais e acessórios inerentes a um perfeito acabamento. | ml | 1 | 40,82 | | | 40,82 | |
| | | | 2 | 3,50 | | | 7,00 | |
| | | | 1 | 1,00 | | | 1,00 | **48,82** |



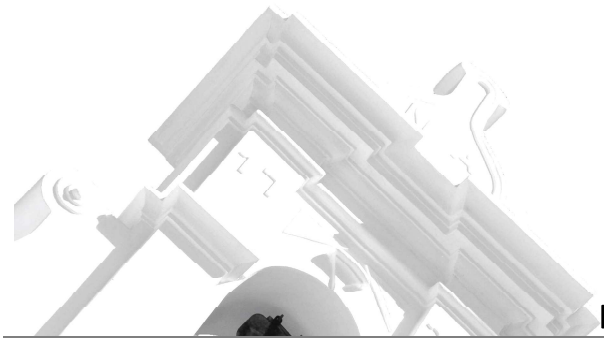
# MAPA DE QUANTIDADE DE TRABALHOS

# MAPA DE QUANTIDADE DE TRABALHOS

| Código | Designação dos trabalhos | Unidades | Quantidades |
|---|---|---|---|
| **1** | **Reparação e impermeabilização do Lago** | | |
| 1.1 | Preparação das superficies a tratar, de forma a garantir uma base firme e coesa, incluindo picagem de reboco existente nas paredes e lavagem das superficies para remoção de poeiras, particulas soltas, contaminações e restos de particulas que dificultem a aderência, bem como todos os trabalhos, materiais e acessórios inerentes a um perfeito acabamento e transporte dos residuos a vazadouro autorizado. | m2 | 112,76 |
| 1.2 | Reparação, reforço e regularização de paredes e fundo de lago com argamassa de reparação estrutural SikaRep-2400, ou equivalente, ( 1 camada com min 4cm espessura), incluindo todos os trabalhos, materiais e acessórios inerentes a um perfeito acabamento. | m2 | 112,76 |
| 1.3 | Execução de Meia cana com argamassa de reparação estrutural SikaRep-2400, ou equivalente, em zona de passagem das paredes com o fundo do lago, incluindo todos os trabalhos, materiais e acessórios inerentes a um perfeito acabamento. | ml | 62,64 |
| 1.4 | Revestimento de paredes e fundo com micro-argamassa de impermeabilização flexivel - SikaTop -209 Reservoir, ou equivalente, (2camadas), incluindo todos os trabalhos, materiais e acessórios inerentes a um perfeito acabamento. | m2 | 112,76 |
| **2** | **Conservação do gradeamento metálico** | | |
| 2.1 | Preparação das superficies a tratar (lixagem e limpeza) e aplicação de pintura com esmalte para aplicação direta sobre ferrugem simultaneamente primário e acabamento " hammerite- Robialac" ou equivalente, 3 demãos, acabamento Martelado, cizento prata, incluindo todos os trabalhos, materiais e acessórios inerentes a um perfeito acabamento. | ml | 48,82 |



**ORÇAMENTO**



# PLANO DE PREVENÇÃO E GESTÃO DE RESÍDUOS DE CONSTRUÇÃO E DEMOLIÇÃO

Divisão de Projetos, Energia e Obras Municipais | **MUNICÍPIO DE TAVIRA**

# PLANO DE PREVENÇÃO E GESTÃO DE RESÍDUOS DE CONSTRUÇÃO E DEMOLIÇÃO

## ÍNDICE

1 – ENQUADRAMENTO

2 – OBJETO

3 – TIPO DE PROCEDIMENTO

4 – RESPONSABILIDADE DA GESTÃO DE RCD

5 – METODOLOGIAS E PRÁTICAS

6 – REUTILIZAÇÃO DE SOLOS E ROCHAS

7 – UTILIZAÇÃO DE RCD EM OBRA

8 – TRIAGEM E FRAGMENTAÇÃO DE RCD

9 – PLANO DE PREVENÇÃO E GESTÃO DE RCD

10 – EXECUÇÃO

11 – ALTERAÇÕES AO PLANO DE GESTÃO DE RCD

12 – FISCALIZAÇÃO

## 1. ENQUADRAMENTO

Na sequência da **"Intervenção no Lago do Jardim do Coreto "**, no concelho de Tavira, realizou-se o presente Plano de Prevenção e Gestão de Resíduos de Construção e Demolição (PPG), com base na legislação em vigor de acordo com o Decreto-Lei 46/2008, de 12 de Março.

## 2. OBJETO

O presente PPG estabelece as operações de gestão de resíduos resultantes da obra supra referida, mais concretamente da prevenção e reutilização e as suas operações de recolha, transporte, armazenagem, triagem, tratamento, valorização e eliminação.

## 3. TIPO DE PROCEDIMENTO

A gestão de RCD realiza-se de acordo com os princípios da autossuficiência, da prevenção e redução, da hierarquia das operações de gestão de resíduos, da responsabilidade do cidadão, da regulação da gestão de resíduos e da equivalência, previstos no Decreto-Lei N.º 178/2006, de 5 de Setembro.

## 4. RESPONSABILIDADE DA GESTÃO DE RCD

A gestão dos RCD é da responsabilidade de todos os intervenientes no seu ciclo de vida, desde o produto original até ao resíduo produzido, na medida da respetiva intervenção no mesmo, nos termos do disposto no presente Decreto-Lei N.º 46/2008, de 12 de Março.

## 5. METODOLOGIAS E PRÁTICAS

Devem adotar-se as seguintes metodologias e práticas de execução do presente plano:

**a)** Minimizar a produção e a perigosidade dos RCD, designadamente por via da reutilização de materiais e da utilização de materiais não suscetíveis de originar RCD contendo substâncias perigosas;

**b)** Maximizar a valorização de resíduos, designadamente por via da utilização de materiais reciclados e recicláveis;

**c)** Favorecer os métodos construtivos que facilitem a demolição orientada para a aplicação dos princípios da prevenção e redução e da hierarquia das operações de gestão de resíduos.

## 6. REUTILIZAÇÃO DE SOLOS E ROCHAS

Os solos e as rochas que não contenham substâncias perigosas provenientes da empreitada em causa devem ser reutilizados nos trabalhos de aterro, quando em conformidade com o *Caderno de Encargos – Cláusulas Técnicas Especiais*, bem como em qualquer outro trabalho em que seja passível de introdução de RCD sem prejuízo da finalidade da empreitada.

Os solos e as rochas que não sejam reutilizados na empreitada podem ser utilizados noutra obra sujeita a licenciamento ou comunicação prévia, na recuperação ambiental e paisagística de explorações mineiras e de pedreiras, na cobertura de aterros destinados a resíduos ou, ainda, em local licenciado pela câmara municipal, nos termos do artigo 1.º do Decreto -Lei N.º 139/89, de 28 de Abril.

## 7. UTILIZAÇÃO DE RCD EM OBRA

A utilização de RCD em obra é feita em observância das normas técnicas nacionais e comunitárias aplicáveis.

Na ausência de normas técnicas aplicáveis, são observadas as especificações técnicas definidas pelo *Laboratório Nacional de Engenharia Civil* (LNEC) e homologadas pelos membros do Governo responsáveis pelas áreas do ambiente e das obras públicas, relativas à utilização de RCD nomeadamente em:

**a)** Agregados reciclados grossos em betões de ligantes hidráulicos;

**b)** Aterro e camada de leito de infraestruturas de transporte;

**c)** Agregados reciclados em camadas não ligadas de pavimentos;

**d)** Misturas betuminosas a quente em central.

## 8. TRIAGEM E FRAGMENTAÇÃO DE RCD

Os materiais que não seja possível reutilizar e que constituam RCD são obrigatoriamente objeto de triagem em obra com vista ao seu encaminhamento, por fluxos e fileiras de materiais, para reciclagem ou outras formas de valorização.

Nos casos em que não possa ser efetuada a triagem dos RCD na obra ou em local afeto à mesma, o respetivo produtor é responsável pelo seu encaminhamento para operador de gestão licenciado para esse efeito.

As instalações de triagem e de operação de corte e ou britagem de RCD, abreviadamente designada fragmentação de RCD, estão sujeitas aos requisitos técnicos mínimos constantes do Anexo I do Decreto-Lei N.º 46/2008, de 12 de Março.

## 9. PLANO DE PREVENÇÃO E GESTÃO DE RCD

**9.1** A caracterização sumária da obra a efetuar, com descrição dos métodos construtivos a utilizar tendo em vista os princípios referidos no artigo 2.º e as metodologias e práticas referidas no artigo 5.º do presente decreto-lei;

**9.2** A metodologia para a incorporação de reciclados de RCD;

**9.3** A metodologia de prevenção de RCD, com identificação e estimativa dos materiais a reutilizar na própria obra ou noutros destinos;

**9.4** A referência aos métodos de acondicionamento e triagem de RCD na obra ou em local afeto à mesma, devendo, caso a triagem não esteja prevista, ser apresentada fundamentação da sua impossibilidade;
**9.5** A estimativa dos RCD a produzir, da fração a reciclar ou a sujeitar a outras formas de valorização, bem como da quantidade a eliminar, com identificação do respetivo código da lista europeia de resíduos.

## 10. EXECUÇÃO

Incumbe ao empreiteiro ou ao concessionário executar o plano de prevenção e gestão de RCD, assegurando designadamente:
**10.1** A promoção da reutilização de materiais e a incorporação de reciclados de RCD na obra;
**10.2** A existência na obra de um sistema de acondicionamento adequado que permita a gestão seletiva dos RCD;
**10.3** A aplicação em obra de uma metodologia de triagem de RCD ou, nos casos em que tal não seja possível, o seu encaminhamento para operador de gestão licenciado;
**10.4** A manutenção em obra dos RCD pelo mínimo tempo possível que, no caso de resíduos perigosos, não pode ser superior a três meses.

## 11. ALTERAÇÕES AO PLANO DE GESTÃO DE RCD

**11.1** O plano de prevenção e gestão de RCD pode ser alterado pelo dono da obra na fase de execução, sob proposta do produtor de RCD, desde que seja devidamente fundamentada;
**11.2** O plano de prevenção e gestão de RCD deve estar disponível no local da obra, para efeitos de fiscalização, e ser do conhecimento de todos os intervenientes na execução da obra;
**11.3** A Agência Portuguesa do Ambiente disponibiliza no seu sítio na Internet um modelo de plano de prevenção e gestão de RCD.

## 12. FISCALIZAÇÃO

A fiscalização do cumprimento do Plano de Prevenção e Gestão de RCD é exercido pela entidade licenciadora, neste caso o Município de Tavira e pelas autoridades policiais, sem prejuízo dos poderes atribuídos por lei a outras entidades.
No uso dos poderes concedidos à entidade fiscalizadora, esta pode com fundamento no risco sério e iminente de ocorrência de acidentes que possam afetar o ambiente, a saúde pública ou a segurança de pessoas e bens, determinar à entidade licenciada a adoção das medidas necessárias para prevenir a sua ocorrência.
As autoridades policiais prestam toda a colaboração necessária à entidade fiscalizadora.

## Anexo I

## RCD Provenientes de um Único Produtor/Detentor

### I - Identificação do transportador

| | | |
|---|---|---|
| Nome: | | Morada: |
| Localidade: | | Concelho: |
| Código Postal: | CAE: | NIF: |
| Tel.: | Fax.: | E-mail |
| Matricula do Camião ou Trator: | | Matrícula do Reboque ou Semi-Reboque: |

**Data: / / Assinatura do Motorista:**

### II – Identificação da obra

| | | |
|---|---|---|
| Nome: | | |
| Morada: | | |
| Alvará nº: | Localidade: | Concelho: |
| Código Postal: | Tel.: | Fax.: |

### III – Identificação do Produtor ou detentor

| | | |
|---|---|---|
| Nome: | | |
| Morada: | | Localidade: |
| Concelho: | Alvará ou Título de registo do InCI: | |
| Código Postal: | Tel.: | Fax.: |

## IV - Classificação* e quantificação dos RCD e identificação do respetivo operador de gestão

| Movimentos | Código LER | Quantidade (ton ou $m^3$) | Destinatário | Assinatura do Destinatário |
|---|---|---|---|---|
| 1 | | | | |
| | | | | |
| | | | | |
| | | | | |
| | | | | |
| 2 | | | | |
| | | | | |
| | | | | |
| | | | | |
| | | | | |
| 3 | | | | |
| | | | | |
| | | | | |
| | | | | |
| | | | | |

* De acordo com a Portaria nº 209/2004, de 3 de Março (Lista Europeia de Resíduos)

# Anexo II

## RCD Provenientes de Mais de um Produtor/Detentor

### I - Identificação do transportador

| | | |
|---|---|---|
| Nome: | | |
| Morada: | | |
| Localidade: | Concelho: | |
| Código Postal: | CAE: | NIF: |
| Tel.: | Fax.: | E-mail. |
| Matricula do Camião ou Tractor: | Matrícula do Reboque ou Semi-Reboque: | |

**Data: / / Assinatura do Motorista:**

### II – Identificação da obra

| | | |
|---|---|---|
| Nome: | | |
| Morada: | | |
| Alvará nº: | Localidade: | Concelho: |
| Código Postal: | Tel.: | Fax.: |

### III – Classificação* e quantificação do resíduo, identificação do produtor/detentor e respetivo operador de gestão

| Movimentos | ID Produtor ou Detentor | Código LER | | | | | | Quantidade (ton ou $m^3$) | Destinatário | Assinatura do Destinatário |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 1 | Nome: | | | | | | | | | |
| | Alvará ou Título de registo do InCI: | | | | | | | | | |
| | Morada: | | | | | | | | | |
| | Localidade: | | | | | | | | | |
| | Código Postal: | | | | | | | | | |
| | Tel.: | | | | | | | | | |
| | Fax.: | | | | | | | | | |
| 2 | Nome: | | | | | | | | | |
| | Alvará ou Título de registo do InCI: | | | | | | | | | |
| | Morada: | | | | | | | | | |
| | Localidade: | | | | | | | | | |
| | Código Postal: | | | | | | | | | |
| | Tel.: | | | | | | | | | |
| | Fax.: | | | | | | | | | |
| 3 | Nome: | | | | | | | | | |
| | Alvará ou Título de Registo do InCI: | | | | | | | | | |
| | Morada: | | | | | | | | | |
| | Localidade: | | | | | | | | | |
| | Código Postal: | | | | | | | | | |
| | Tel.: | | | | | | | | | |
| | Fax.: | | | | | | | | | |

* De acordo com a Portaria nº 209/2004, de 3 de Março (Lista Europeia de Resíduos)

# PLANO DE PREVENÇÃO E GESTÃO DE RESÍDUOS DE CONSTRUÇÃO E DEMOLIÇÃO (PPGRCD)

## I. Dados gerais da entidade responsável pela obra

*a) Nome:* Município de Tavira

*b) Morada:* Praça da República, 8800 – 951 TAVIRA

*c) Telefone:* 281 320 500 ; E-mail: camara@cm-tavira.pt

*d) Contribuinte:* 501 067 191

*e) CAE principal Rev. 3:* 84113

## II. Dados gerais da obra

*a) Tipo de Obra: Reparação /impermeabilização de lago e conservação de gradeamento*, na União de Freguesias de Santa Maria e Santiago - Tavira

*b) Código do CPV:* 45111000-8 Demolição, preparação e limpeza dos locais para construção;

45262650-2 Obras de revestimento

45261420-4 Obras de impermeabilização;

45442180-2 Renovação de pintura

*c) N.º do processo de Avaliação de Impacte Ambiental (AIA):* Não Aplicável

*d) Identificação do local de implantação:* Jardim do Coreto - Tavira

## III. Resíduos de Construção e Demolição

### 1. Caracterização da obra a efetuar

*a) Caracterização sumária da obra a efetuar:* Reparação e impermeabilização de Lago e trabalhos de conservação em gradeamento (pintura), na União de Freguesias de Santa Maria e Santiago – Tavira.

*b) Descrição sucinta dos métodos construtivos a utilizar tendo em vista os princípios referidos no art. 2.º do DL n.º 46/2008:* Picagem de reboco existente, limpeza e aplicação de argamassa de reparação estrutural, aplicação de micro-argamassa de impermeabilização de lago, preparação de superfície e repintura de gradeamento, limpeza final.

### 2. Incorporação de reciclados

*a) Metodologia para a incorporação de reciclados de RCD:* Em virtude das características e das atividades previstas para a obra não foi possível a incorporação de reciclados.

*b) Reciclados de RCD integrados na Obra:* Não aplicável.

| Identificação dos reciclados | Quantidade integrada na obra ($m^3$) | Quantidade integrada relativamente ao total de materiais usados (%) |
|---|---|---|
| | 0,00 | 0,00 % |
| | 0,00 | 0,00 % |
| | 0,00 | 0,00 % |
| **Valor Total** | **0,00** | **0,00 %** |

## 3. Prevenção de resíduos

*a) Metodologia de prevenção de RCD:*
- Para prevenir a produção de resíduos serão implementadas ações a desenvolver nas práticas de reutilização, designadamente quando possível a Reutilização das terras de escavação na própria obra ou em outra obra, a demolição seletiva e faseada aumentando a probabilidade de utilizar os materiais reutilizáveis.
- Serão desenvolvidas e registadas ações de sensibilização, pelo empreiteiro, junto dos trabalhadores, com o objetivo de promover a sua adesão à correta deposição e triagem dos resíduos e dar a conhecer o plano de prevenção e gestão de resíduos de construção e demolição.
- Sempre que possível, utilizar embalagens reutilizáveis e devolvê-las ao fornecedor;
- Desde que possível, utilizar sistemas de devolução de materiais e produtos químicos por usar;
- Recolha, triagem e acondicionamento em local apropriado para aplicação em obra e/ou transporte a vazadouro autorizado.

*b) Materiais a reutilizar em obra:* Em virtude das características e das atividades previstas para a obra não se prevê a reutilização de materiais.

Em caso de adjudicação o empreiteiro terá de propor ao Dono de Obra a alteração do presente plano, tal como previsto no Decreto- Lei n.º 46/2008, 12 de Março, com vista a reutilização de RCD na obra ou em outras obras e melhor adequação à realidade da obra.

| Identificação dos Materiais | Quantidade a reutilizar ($m^3$) | Quantidade a reutilizar relativamente ao total de materiais usados (%) |
|---|---|---|
| | | |
| | | |
| | | |
| | | |
| **Valor Total** | | |

## 4. Acondicionamento e triagem

*a) Referência aos métodos de acondicionamento e triagem de RCD na obra ou em local afeto à mesma.*
- Com vista a uma adequada gestão dos resíduos produzidos na obra e ao seu armazenamento temporário, será criado um parque de resíduos coberto e equipado com contentores, devidamente identificados com o tipo de resíduos a depositar;
- Será efetuada a separação de resíduos desde o momento da sua produção, com deposição diferenciada em contentores;
- Deverá existir uma zona específica, destinada ao armazenamento de resíduos perigosos que pelas suas características de toxicidade, nocividade, agressividade, inflamabilidade, ou outras, deverão ser objeto de especiais cuidados. O Parque de resíduos deverá dispor de todo o equipamento necessário e específico ao armazenamento seguro destes RCD, tais como contentores fechados, sinalética de prevenção, bacias de retenção, materiais absorventes, extintores e dispositivos de segurança de acordo com PSS.
- O acondicionamento e triagem de produtos resultantes das embalagens dos materiais deve possuir áreas específicas de acondicionamento e triagem, separadas fisicamente.

b) A triagem está prevista para todos os tipos de embalagem.

## 5. Produção de RCD

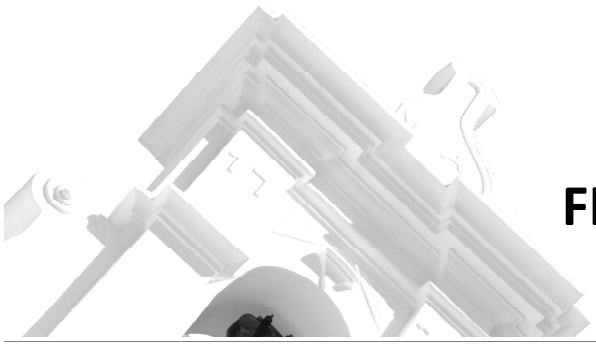
| Código LER | Quantidades produzidas (t ) | Quantidade para reciclagem (%) | Operação de reciclagem | Quantidade para valorização (%) | Operação de valorização | Quantidade para eliminação (%) | Operação de eliminação |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 17 09 04 (Mistura de Resíduos de construção e demolição) | 5.21 | | | 100 | R5 | | |
| 15 01 01 (Embalagens de papel e cartão) | | 100 | R5 | | | | |
| 15 01 02 (Embalagens de plástico) | | 100 | R5 | | | | |

| | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 08 01 11 (Resíduos de tintas e vernizes contendo solventes orgânicos ou outras substâncias perigosas.) | | | | | | 100 | D15 |
| 15 01 10 (embalagens contendo ou contaminadas por resíduos de substâncias perigosas) | | | | | | 100 | D15 |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |

A lista de RCD apresentada é nesta fase meramente indicativa, assim como as suas quantidades. A presente lista e respetivas quantidades terão que ser aferidas com maior rigor em fase de execução pelo adjudicatário.
Caso, durante a execução da obra venham a surgir outros resíduos não previstos neste PPG, aplicar-se-á o disposto no DL n.º46/2008 de 12 de Março.

## 6. Transporte dos RCD para destino final adequado

O transporte dos RCD deverá cumprir o disposto na legislação em vigor, nomeadamente a Portª nº335/97, de 16 de Maio, que fixa as regras a que fica sujeito o transporte de resíduos, com exceção aos números que se referem à utilização de guia de acompanhamento de resíduos. O produtor dos resíduos deverá assegurar que o transporte de RCD é acompanhado de uma guia de acompanhamento de resíduos, definida pela Portaria n.º 417/2008 de 11 de Junho. Os exemplares das guias deverão ser mantidos em arquivo durante um período mínimo de três anos.
O Empreiteiro (produtor dos resíduos) deverá assim assegurar que o transporte dos mesmos seja efetuado de acordo com a legislação em vigor e que o destinatário esteja devidamente autorizado para os receber.



# FICHAS DE PROCEDIMENTOS DE SEGURANÇA

# DECLARAÇÃO

Ana Cláudia Vieira Laranjo Nunes, portadora do cartão de cidadão/identificação n.º 10276805, válido até 26/01/2031, pelo arquivo de identificação de Faro, com o domicílio profissional em Rua de Durango, n.º 2, 8800 – 303 – Tavira, Técnica Superior de Segurança e Higiene no Trabalho, com *CAP n.º º 0904/12359/02, declara* que as Fichas de Procedimentos de Segurança de que é autora, relativo à empreitada "**Intervenção no Lago do Jardim do Coreto - Tavira**" observa a legislação em vigor, nomeadamente o decreto-lei 273/2003 de 29 de Outubro.

Tavira, 01 de Junho de 2022

A técnica

Ana Cláudia Nunes

# FICHAS DE PROCEDIMENTOS DE SEGURANÇA



## Obra: "INTERVENÇÃO NO LAGO DO JARDIM DO CORETO – TAVIRA"

| FASE DE PROJETO | | |
|---|---|---|
| **Elaboração:** | **Validação:** | **Aprovação:** |
| Ass: | Ass: | Ass: |
| Data: 01 / 06 / 2022 | Data:____/____/____ | Data:____/____/____ |
| **FASE DE OBRA/DESENVOLVIMENTO** | | |
| **Elaboração:** | **Validação:** | **Aprovação:** |
| Ass: | Ass: | Ass: |
| Data:____/____/____ | Data:____/____/____ | Data:____/____/____ |

**Junho de 2022**

# Índice

**1 - Folhas de Registo**

1.1 - Registo de atualizações e correções às fichas de procedimentos de segurança

1.2 - Registo de distribuição de cópias aos responsáveis pela segurança e saúde da obra

1.3 - Adesão às fichas de procedimentos de segurança

**2 - Memória descritiva**

2.1 - Objetivo

2.2 - Regulamentação base aplicável

2.3 - Identificação e caracterização da obra

2.4 - Identificação dos intervenientes

2.5 - Organograma funcional

2.6 - Identificação de riscos e apresentação de medidas de prevenção

2.7 - Condicionantes existentes no estaleiro e na área envolvente

2.8 - Procedimentos a adotar em situações de emergência

**3 - Documentação para entrada em obra**

**Anexos**

# 1-Folhas de Registo

## 1.1- Registo de atualizações e correções às fichas de procedimentos de segurança

| REGISTO DAS ACTUALIZAÇÕES/CORRECÇÕES | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| N.º | Pagina | Anexo | Descrição da alteração | Data | Validação | Aprovação |
| 1 | | | | ___/___/___ | | |
| 2 | | | | ___/___/___ | | |
| 3 | | | | ___/___/___ | | |
| 4 | | | | ___/___/___ | | |
| 5 | | | | ___/___/___ | | |
| 6 | | | | ___/___/___ | | |
| 7 | | | | ___/___/___ | | |
| 8 | | | | ___/___/___ | | |
| 9 | | | | ___/___/___ | | |
| 10 | | | | ___/___/___ | | |

## 1. 2 - Registo de distribuição de cópias aos responsáveis pela Segurança e Saúde da Obra

| Registo de distribuição de cópias aos responsáveis pela segurança e saúde da obra | | | |
|---|---|---|---|
| N.º de cópia | Nome da entidade | Data | Assinatura |
| 1 | Dono de obra | ___/___/___ | |
| 2 | Coordenador de segurança | ___/___/___ | |
| 3 | Fiscalização | ___/___/___ | |
| 4 | Entidade executante | ___/___/___ | |
| 5 | | ___/___/___ | |
| 6 | | ___/___/___ | |
| 7 | | ___/___/___ | |
| 8 | | ___/___/___ | |

## 1.3 - Adesão às fichas de procedimentos de segurança

**Adesão às Fichas de Procedimentos de Segurança**

**No âmbito da obra: "INTERVENÇÃO NO LAGO DO JARDIM DO CORETO – TAVIRA".**

Declaro sob compromisso de honra com vista ao cumprimento do disposto no Decreto-lei 273/2003 de 29 de Outubro, que:

- Tenho perfeito conhecimento das Fichas de Procedimentos de Segurança (FPS) da referida obra, na qualidade de responsável pela realização dos trabalhos adjudicados e pela chefia da equipa executante dos mesmos;
- Foram-me entregues os procedimentos de segurança relativos aos trabalhos a desenvolver no âmbito da adjudicação;
- Comunicarei à equipa, pela qual sou responsável, os procedimentos de segurança necessários e adequados à execução dos trabalhos em questão em conformidade com a legislação aplicável;
- Colaborarei no desenvolvimento e eventual melhoria das soluções previstas no FPS, já devidamente divulgado pela entidade executante e acessível no estaleiro da obra.

| Empresa | Responsável | Trabalhos adjudicados | Assinatura | Data |
|---|---|---|---|---|
| | | | | ___/___/___ |
| | | | | ___/___/___ |
| | | | | ___/___/___ |
| | | | | ___/___/___ |
| | | | | ___/___/___ |
| | | | | ___/___/___ |
| | | | | ___/___/___ |
| | | | | ___/___/___ |
| | | | | ___/___/___ |
| | | | | ___/___/___ |

# 2 - Memória Descritiva

## 2.1 - Objetivo

As Fichas de Procedimentos de Segurança têm como objetivo identificar as diversas situações de risco e as medidas de segurança a tomar na obra: **"INTERVENÇÃO NO LAGO DO JARDIM DO CORETO – TAVIRA".**

O conjunto das medidas e atitudes a implantar em obra devem garantir a segurança e o bem-estar de todos os que nela venham a intervir.

Serão estabelecidas medidas de prevenção destinadas a minimizar os fatores de risco e medidas de proteção destinadas a evitar acidentes.

***As principais preocupações serão:***

⇒ Prevenção de acidentes de trabalho;

⇒ Prevenção de doenças profissionais;

⇒ Condições de higiene, salubridade e bem-estar;

⇒ Acompanhamento e controlo das condições de segurança, sensibilizando e motivando a participação de todos os intervenientes em obra.

O coordenador de segurança em obra deve analisar a adequabilidade das fichas de procedimentos de segurança e propor à entidade executante as alterações adequadas.

A entidade executante só pode iniciar a implantação do estaleiro quando dispuser das fichas de procedimentos de segurança, devendo o dono da obra assegurar o respeito desta prescrição.

As fichas de procedimentos de segurança devem estar acessíveis, no estaleiro, a todos os subempreiteiros e trabalhadores independentes e aos representantes dos trabalhadores para a segurança, higiene e saúde que nele trabalhem.

## 2.2 - Regulamentação base aplicável

☞ **Lei n.º 7/2009 de 12 de Fevereiro e respetivas alterações** – Código do Trabalho

☞ **Lei nº 3/2014 de 28 de janeiro** que procede à segunda **alteração** ao regime jurídico da promoção da segurança e saúde no trabalho, aprovado pela **Lei n.º 102/2009 de 10 de Setembro**

☞ **Decreto-Lei n.º 273/2003 de 29 de Outubro –** Procede à revisão da regulamentação das condições de segurança e de saúde no trabalho em estaleiros temporários ou móveis

☞ **DL 41 820 e 41 821, de 11 de Agosto de 1958** – Aprovam o regulamento de segurança no trabalho na construção civil

☞ **DL 46 427, de 10 de Julho de 1965** – regulamentos das instalações provisórias destinadas ao pessoal das obras.

***No âmbito desta empreitada aplica-se a legislação base referida bem como toda a legislação de segurança específica em vigor.***

## 2.3 - Identificação e caracterização da obra

### 2.3.1- Identificação da obra

| IDENTIFICAÇÃO DA OBRA | | |
|---|---|---|
| ***Designação:*** | **INTERVENÇÃO NO LAGO DO JARDIM DO CORETO – TAVIRA** | |
| ***Localização:*** | **Tavira** | |
| ***Natureza da obra*** | Beneficiação | |
| ***Prazo de execução da obra*** | 60 Dias | |
| ***Datas de início e conclusão*** (preencher na fase de obra) | ***Data de Início da obra:*** ____/____/____ | ***Data para a conclusão dos trabalhos:*** ____/____/____ |

### 2.3.2-Caraterização da obra

A presente pretensão visa a reparação e impermeabilização do lago existente no Jardim do Coreto com o objetivo principal de anular o elevado consumo de água a ele associado, conforme peças desenhadas.

É ainda objetivo deste projeto a manutenção da pintura do gradeamento exterior bem como a substituição dos repuxos existentes no contorno interior deste lago por se encontrarem danificados.

### 2.3.2.1 - Acessos

A intervenção irá decorrer no Jardim do Coreto, em Tavira, sendo um local de fácil acesso. O empreiteiro deverá delimitar e sinalizar as áreas de intervenção de modo a definir, de forma clara, as zonas de trabalhos.



## 2.4 - Identificação dos intervenientes

| IDENTIFICAÇÃO DOS INTERVENIENTES | |
|---|---|
| Dono de obra | **Nome/designação: Câmara Municipal de Tavira**<br>**Morada:** Praça da República, 8800-951 Tavira<br>Contactos: 281 320 500 |
| Autores do projeto | **Nome/designação:**<br>**Morada:**<br>Contactos: |
| Coordenador de segurança em Projeto | **Nome/designação:**<br>**Morada:**<br>Contactos: |
| Fiscalização | **Nome/designação:**<br>**Morada:**<br>Contactos: |

| | |
|---|---|
| Coordenador de segurança em Obra | **Nome/designação:**<br>**Morada:**<br>Contactos: |
| Entidade executante | **Nome/designação:**<br>**Morada:**<br>Contactos: |
| Representante da entidade executante | **Nome/designação:**<br>**Morada:**<br>Contactos: |
| Diretor técnico da empreitada | **Nome/designação:**<br>**Morada:**<br>Contactos: |

## 2.5 - Organograma funcional

Deverá ser apresentado o organograma com a identificação dos responsáveis de empreitada e respetivas funções.

(A entidade executante deverá incluir o organograma no **Anexo 1)**

**OBRIGAÇÕES DOS INTERVENIENTES NO EMPREENDIMENTO**

**OBRIGAÇÕES DO DONO DA OBRA**

➡Nomear os coordenadores de segurança em projeto e em obra;

➡Elaborar ou mandar elaborar o plano de segurança e saúde;

➡Assegurar a divulgação do plano de segurança e saúde;

➡Aprovar o desenvolvimento e as alterações do plano de segurança e saúde para a execução da obra;

➡Comunicar previamente a abertura do estaleiro à ACT (Autoridade para as Condições do Trabalho) quando se justifique;

➡Entregar à entidade executante cópia da comunicação prévia da abertura do estaleiro, bem como as respetivas atualizações;

➡Elaborar ou mandar elaborar a compilação técnica da obra;

➡Se intervierem em simultâneo no estaleiro duas ou mais entidades executantes, designar a que, nos termos de acordo com alínea i) do n.º 2 do artigo 19.º, do decreto-lei 273/2003 de 29 de Outubro, tomar as medidas necessárias para que o acesso ao estaleiro seja reservado a pessoas autorizadas;

➡Assegurar o cumprimento das regras de gestão e organização geral do estaleiro a incluir no Plano de segurança e saúde em projeto;

**OBRIGAÇÕES DO AUTOR DO PROJETO**

➡Elaborar o projeto da obra de acordo com os princípios definidos no artigo 4.º do DL 273/2003 de 29 de Outubro e as diretivas do coordenador de segurança em projeto;

➡Colaborar com o dono da obra, ou com quem este indicar, na elaboração da compilação técnica da obra;

➡Colaborar com o coordenador de segurança em obra e a entidade executante, prestando informações sobre aspetos relevantes dos riscos associados à execução do projeto.

➡Nas situações em que não haja coordenador de segurança em projeto, o autor do projeto deve elaborar o plano de segurança e saúde em projeto, iniciar a compilação técnica da obra e, se também não for nomeado coordenador de segurança em obra, recolher junto da entidade executante os elementos necessários para a completar.

**OBRIGAÇÕES DOS COORDENADORES DE SEGURANÇA**

***O coordenador de segurança em projeto deve, no que respeita ao projeto da obra e à preparação e organização da sua execução:***

➡Assegurar que os autores do projeto tenham em atenção os princípios gerais do projeto da obra, referidos no artigo 4.º;

➡Colaborar com o dono da obra na preparação do processo de negociação da empreitada e de outros atos preparatórios da execução da obra, na parte respeitante à segurança e saúde no trabalho;

➡Elaborar o plano de segurança e saúde em projeto ou, se o mesmo for elaborado por outra pessoa designada pelo dono da obra, proceder à sua validação técnica;

➡Iniciar a organização da compilação técnica da obra e completá-la nas situações em que não haja coordenador de segurança em obra;

➡Informar o dono da obra sobre as responsabilidades deste no âmbito do presente diploma.

***O coordenador de segurança em obra deve no que respeita à execução desta:***

➡Apoiar o dono da obra na elaboração e atualização da comunicação prévia prevista no Artigo 15.º do DL 273/2003 de 29 de Outubro.

➡Apreciar o desenvolvimento e as alterações do plano de segurança e saúde para a execução da obra e, sendo caso disso, propor à entidade executante as alterações adequadas com vista à sua validação técnica;

➡Analisar a adequabilidade das fichas de procedimentos de segurança e, sendo caso disso, propor à entidade executante as alterações adequadas;

➡Verificar a coordenação das atividades das empresas e dos trabalhadores independentes que intervêm no estaleiro, tendo em vista a prevenção dos riscos profissionais;

➡Promover e verificar o cumprimento do plano de segurança e saúde, bem como das outras obrigações da entidade executante, dos subempreiteiros e dos trabalhadores independentes, nomeadamente no que se

refere à organização do estaleiro, ao sistema de emergência, às condicionantes existentes no estaleiro e na área envolvente, aos trabalhos que envolvam riscos especiais, aos processos construtivos especiais, às atividades que possam ser incompatíveis no tempo ou no espaço e ao sistema de comunicação entre os intervenientes na obra;

➡Coordenar o controlo da correta aplicação dos métodos de trabalho, na medida em que tenham influência na segurança e saúde no trabalho;

➡Promover a divulgação recíproca entre todos os intervenientes no estaleiro de informações sobre riscos profissionais e a sua prevenção;

➡Registar as atividades de coordenação em matéria de segurança e saúde no livro de obra, nos termos do regime jurídico aplicável ou, na sua falta, de acordo com um sistema de registos apropriado que deve ser estabelecido para a obra;

➡Assegurar que a entidade executante tome as medidas necessárias para que o acesso ao estaleiro seja reservado a pessoas autorizadas;

➡Informar regularmente o dono da obra sobre o resultado da avaliação da segurança e saúde existente no estaleiro;

➡Informar o dono da obra sobre as responsabilidades deste no âmbito do presente diploma;

➡Analisar as causas de acidentes graves que ocorram no estaleiro;

➡Integrar na compilação técnica da obra os elementos decorrentes da execução dos trabalhos que dela não constem.

**OBRIGAÇÕES DA ENTIDADE EXECUTANTE**

➡Avaliar os riscos associados à execução da obra e definir as medidas de prevenção adequadas e, se o plano de segurança e saúde for obrigatório propor ao dono da obra o desenvolvimento e as adaptações do mesmo;

➡Dar a conhecer o plano de segurança e saúde para a execução da obra e as suas alterações aos subempreiteiros e trabalhadores independentes, ou pelo menos a parte que os mesmos necessitam de conhecer por razões de prevenção;

➡Elaborar fichas de procedimentos de segurança para os trabalhos que impliquem riscos especiais e assegurar que os subempreiteiros e trabalhadores independentes e os representantes dos trabalhadores para a segurança, higiene e saúde no trabalho que trabalhem no estaleiro tenham conhecimento das mesmas;

➡Assegurar a aplicação do plano de segurança e saúde e das fichas de procedimentos de segurança por parte dos seus trabalhadores, de subempreiteiros e trabalhadores independentes;

➡Assegurar que os subempreiteiros cumpram, na qualidade de empregadores, as obrigações previstas no artigo 22.º do DL 273/2003 de 29 de Outubro;

➡Assegurar que os trabalhadores independentes cumpram as obrigações previstas no artigo 23. DL 273/2003

de 29 de Outubro;

➡Colaborar com o coordenador de segurança em obra, bem como cumprir e fazer respeitar por parte de subempreiteiros e trabalhadores independentes as diretivas daquele;

➡Tomar as medidas necessárias a uma adequada organização e gestão do estaleiro, incluindo a organização do sistema de emergência;

➡Tomar as medidas necessárias para que o acesso ao estaleiro seja reservado a pessoas autorizadas;

➡Organizar um registo atualizado dos subempreiteiros e trabalhadores independentes por si contratados com atividade no estaleiro, nos termos do artigo seguinte;

➡Fornecer ao dono da obra as informações necessárias à elaboração e atualização da comunicação prévia;

➡Fornecer ao autor do projeto, ao coordenador de segurança em projeto, ao coordenador de segurança em obra ou, na falta destes, ao dono da obra os elementos necessários à elaboração da compilação técnica da obra.

➡A entidade executante deve organizar um registo que inclua, em relação a cada subempreiteiro ou trabalhador independente por si contratado que trabalhe no estaleiro durante um prazo superior a vinte e quatro horas:

a) A identificação completa, residência ou sede e número fiscal de contribuinte;

b)O número do registo ou da autorização para o exercício da atividade de empreiteiro de obras públicas ou de industrial da construção civil, bem como de certificação exigida por lei para o exercício de outra atividade realizada no estaleiro;

c)A atividade a efetuar no estaleiro e a sua calendarização;

d)A cópia do contrato em execução do qual conste que exerce atividade no estaleiro, quando for celebrado por escrito;

e)O responsável do subempreiteiro no estaleiro.

**OBRIGAÇÕES DOS EMPREGADORES**

➡Durante a execução da obra, os empregadores devem observar as respetivas obrigações gerais previstas no regime aplicável em matéria de segurança, higiene e saúde no trabalho e em especial:

➡Comunicar, pela forma mais adequada, aos respetivos trabalhadores e aos trabalhadores independentes por si contratados o plano de segurança e saúde ou as fichas de procedimento de segurança, no que diz respeito aos trabalhos por si executados, e fazer cumprir as suas especificações;

➡Manter o estaleiro em boa ordem e em estado de salubridade adequado;

Garantir as condições de acesso, deslocação e circulação necessária à segurança em todos os postos de trabalho no estaleiro;

➡Garantir a correta movimentação dos materiais e utilização dos equipamentos de trabalho;

➡Efetuar a manutenção e o controlo das instalações e dos equipamentos de trabalho antes da sua entrada em funcionamento e com intervalos regulares durante a laboração;

➡Delimitar e organizar as zonas de armazenagem de materiais, em especial de substâncias, preparações e materiais perigosos;

➡Recolher, em condições de segurança, os materiais perigosos utilizados;

➡Armazenar, eliminar, reciclar ou evacuar resíduos e escombros;

➡Determinar e adaptar, em função da evolução do estaleiro, o tempo efetivo a consagrar aos diferentes tipos de trabalho ou fases do trabalho;

➡Cooperar na articulação dos trabalhos por si desenvolvidos com outras atividades desenvolvidas no local ou no meio envolvente;

➡Cumprir as indicações do coordenador de segurança em obra e da entidade executante;

➡Adotar as prescrições mínimas de segurança e saúde no trabalho revistas em regulamentação específica;

➡Informar e consultar os trabalhadores e os seus representantes para a segurança, higiene e saúde no trabalho sobre a aplicação das disposições do presente diploma.

➡Quando exercer atividade profissional por conta própria no estaleiro, o empregador deve cumprir as obrigações gerais dos trabalhadores previstas no regime aplicável em matéria de segurança, higiene e saúde no trabalho.

➡Cada empregador deve organizar um registo que inclua, em relação aos seus trabalhadores e trabalhadores independentes por si contratados que trabalhem no estaleiro durante um prazo superior a vinte e quatro horas:

a) A identificação completa e a residência habitual;

b) O número fiscal de contribuinte;

c) O número de beneficiário da segurança social;

d) A categoria profissional ou profissão;

e) As datas do início e do termo previsível do trabalho no estaleiro;

f) As apólices de seguros de acidentes de trabalho relativos a todos os trabalhadores respetivos que trabalhem no estaleiro e a trabalhadores independentes por si contratados, bem como os recibos correspondentes.

**OBRIGAÇÕES DOS TRABALHADORES INDEPENDENTES**

➡Os trabalhadores independentes são obrigados a respeitar os princípios que visam promover a segurança e a saúde, devendo, no exercício da sua atividade:

➡Cumprir, na medida em que lhes sejam aplicáveis, as obrigações estabelecidas no artigo 22.º Do DL 273/2003 de 29 de Outubro;

➡Cooperar na aplicação das disposições específicas estabelecidas para o estaleiro, respeitando as indicações do coordenador de segurança em obra e da entidade executante.

## 2.6 - Identificação de riscos e apresentação de medidas de prevenção

A entidade executante deverá planear e organizar a segurança da obra, tendo em consideração os trabalhos a desenvolver e equipamentos a utilizar em estaleiro.

(A entidade executante deverá incluir as fichas de procedimentos de segurança no **Anexo 2)**

## 2.7 - Condicionantes existentes no estaleiro e na área envolvente

O empreiteiro deverá ter em consideração os condicionalismos da empreitada e planear a implementação de medidas necessárias à prevenção de acidentes, face aos riscos associados.

É necessário uma coordenação adequada dos trabalhos que irão decorrer, de forma a evitar perturbações nos acessos aos espaços envolventes e/ou à vizinhança da obra.

Deverão ainda ser adotados meios e processos de trabalho que permitam reduzir, o mais possível, o impacto ambiental provocado pela execução dos trabalhos.

A entidade executante deverá preencher, caso se aplique, a tabela modelo abaixo.

| Aspetos | Riscos | Medidas gerais de prevenção |
|---|---|---|
| ***Acessos e Vias de Comunicação Circundantes*** | | |
| | | |

(A entidade executante deverá incluir a tabela com os condicionalismos no **Anexo 3)**

## 2.8 - Procedimentos a adotar em situações de emergência

O plano de Emergência deverá estabelecer as medidas a aplicar em ***caso de acidente, incêndio, sismos*** e ***outras ocorrências*** (Ex: catástrofes), o qual deve incluir:

- Afixação no local dos trabalhos (em local visível) de lista de telefones de emergência, nomeadamente Bombeiros, Polícia, Hospital, entidades concessionárias de serviços afetados, Serviços Camarários, Proteção Civil, etc. e do fluxograma (esquema) de emergência, com a identificação dos responsáveis e respetivas funções.
- Meios adequados à intervenção de primeiros socorros;
- Identificação da (s) pessoa (s) com formação em prestação de primeiros socorros;
- Constituição das equipas de emergência, sendo que as mesmas deverão ser constituídas no mínimo por 2 trabalhadores;
- Definição dos caminhos de acesso às zonas de trabalho e da sinalização a colocar, para a evacuação segura de sinistrados e todo o pessoal da intervenção, em caso de ocorrência de qualquer situação de emergência.

É fundamental identificar as potenciais situações de emergência, de modo a que a mesma seja planeada de forma adequada.

(A entidade executante deverá incluir os Procedimentos de emergência no **Anexo 4)**

### 3 - Documentação para entrada em obra

Até à data da consignação o empreiteiro deverá entregar as declarações dos vários responsáveis para as seguintes áreas: diretor de obra, representante da entidade executante, segurança e saúde no trabalho e aplicação do plano de gestão de resíduos da construção e demolição.

Antes da entrada em obra de empresas, trabalhadores e máquinas/equipamentos a entidade executante deverá entregar a seguinte documentação:

| Documentação obrigatória | | |
|---|---|---|
| **Empresas** | **Trabalhadores** | **Máquinas/equipamentos** |
| - Alvará de construção;<br>- Cópia da Apólice de Seguro de Acidentes de Trabalho;<br>- Cópia da Apólice de Seguro de Responsabilidade Civil;<br>- Cópia do recibo do último pagamento do seguro de Acidentes de Trabalho;<br>- Cópia do recibo do último pagamento do seguro | - Documentos de identificação (quando houver autorização para fornecimento de cópias);<br>- Ficha médica de aptidão atualizada;<br>- Registo de entrega de EPI's atualizado. | - Seguro de responsabilidade civil;<br>- Certificado de conformidade e/ou certificado de bom funcionamento, segundo o DL 50/2005 de 25 de Fevereiro;<br>- Manual de instruções (em português);<br>- Plano de manutenção e registos |

| | | |
|---|---|---|
| de Responsabilidade Civil;<br>- Horário de Trabalho;<br>- Cópia da folha de desconto da Segurança Social;<br>- Cópia do cartão de contribuinte (da empresa - NIPC);<br>- Certidão passada pelos Serviços das Finanças que certifique que a empresa tem a situação tributária regularizada;<br>- Declaração da Segurança Social que indique que a entidade empregadora tem a situação contributiva regularizada;<br>- Contrato de subempreitada / nota de encomenda de toda a cadeia de subcontratação. | | de manutenção/inspeção;<br>- Certificador de manobrador. |

(A entidade executante deverá incluir os Procedimentos de emergência no **Anexo 5)**

# Anexos

| Anexo n.º | Descrição |
|---|---|
| **Anexo 1** | Organograma funcional |
| **Anexo 2** | Fichas de Procedimentos de Segurança |
| **Anexo 3** | Plano/Planta de Estaleiro |
| **Anexo 4** | Condicionalismos existentes no estaleiro |
| **Anexo 5** | Procedimentos a adotar em situações de emergência |
| **Anexo 6** | Controlo Documental |
| **Anexo 7** | Plano de registo de acidentes e índices de sinistralidade |
| **Anexo 8** | Registos da Coordenação de Segurança |
| **Anexo 9** | Registos de controlo do empreiteiro |

(A entidade executante deverá entregar os anexos referidos e os que considere necessários para completar as Fichas de Segurança)

# **ANEXO 1**-ORGANOGRAMA FUNCIONAL

# **ANEXO 2**-FICHAS DE PROCEDIMENTOS DE SEGURANÇA

# **ANEXO 3**- PLANO/PLANTA DE ESTALEIRO

# **ANEXO 4**- CONDICIONALISMOS EXISTENTES NO ESTALEIRO

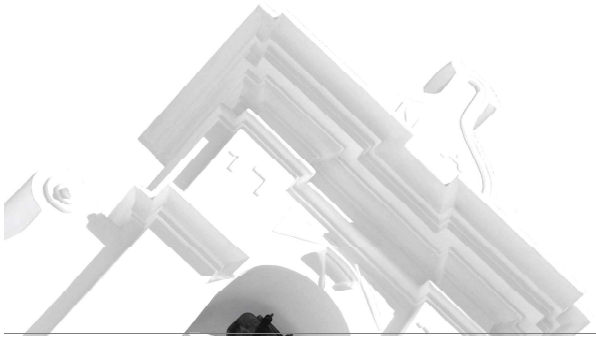
# **ANEXO 5-** PROCEDIMENTOS A ADOTAR EM SITUAÇÕES DE EMERGÊNCIA

# **ANEXO 6** - CONTROLO DOCUMENTAL

# **ANEXO 7** - REGISTO DE ACIDENTES E ÍNDICES DE SINISTRALIDADE

# **ANEXO 8** - REGISTOS DA COORDENAÇÃO DE SEGURANÇA

# **ANEXO 9** - REGISTOS DE CONTROLO DO EMPREITEIRO



# COMPILAÇÃO TÉCNICA

# *COMPILAÇÃO TÉCNICA DA OBRA*



## "INTERVENÇÃO NO LAGO DO JARDIM DO CORETO – TAVIRA"

| Fase de Projeto | | Fase de Execução | |
|---|---|---|---|
| Elaboração | Aprovação | Desenvolvimento/ Acompanhamento | Aprovação |
| **Ass:**<br><br>Data: ___/___/____ | **Ass:**<br><br>Data: ___/___/____ | **Ass:**<br><br>Data: ___/___/____<br><br>**Ass:**<br><br>Data: ___/___/____<br><br>**Ass:**<br><br>Data: ___/___/____ | **Ass:**<br><br>Data: ___/___/____ |

# PROMULGAÇÃO

A presente Compilação Técnica (CT) respeita à obra do Município de Tavira (Dono de Obra) designada por "**INTERVENÇÃO NO LAGO DO JARDIM DO CORETO – TAVIRA**" e destina-se a ser atualizada e complementada logo a partir da data da consignação da empreitada ou, se for o caso, na data da primeira consignação parcial.

Esta CT, que faz parte integrante do caderno de encargos da empreitada, estabelece as regras/especificações a observar durante a fase de execução dos trabalhos, pretendendo-se com a implementação do preconizado a adopção de soluções técnicas posteriormente à conclusão da obra, nomeadamente para a futura conservação/manutenção do produto construído, de forma a eliminar ou reduzir os custos com equipamentos/materiais aplicados e prevenir riscos de ocorrência de acidentes.

Compete à Entidade Executante, no âmbito das suas obrigações e competências, manter esta CT permanentemente atualizada e implementá-la desde o início da execução dos trabalhos até à Receção Provisória da empreitada ou, se for o caso, até à última receção provisória parcial, devendo a Enti da Fontinha e Estação dade Executante devolvê-lo ao Dono de Obra, através da fiscalização, com toda a documentação nela requerida.

São destinatários do presente documento: O Coordenador de Segurança em Obra, a Fiscalização e a Entidade Executante, nas pessoas dos seus representantes para a empreitada.

A Entidade Executante deverá controlar, registar e manter permanentemente atualizada a ficha de distribuição da CT, utilizando para o efeito o Modelo CT_01.0, que deverá estar integrado no Anexo 2, do presente documento.

É proibida a distribuição desta CT a entidades externas não intervenientes na presente empreitada, salvo autorização expressa por escrito para o efeito do representante do Dono de Obra.

**1 – INTRODUÇÃO**

1.1 - Organização da CT

1.2 - Adaptação da CT

1.3 -Identificação de Arquivos

1.4 - Alterações à CT

1.5 - Entrega da Compilação Técnica

1.6 - Controlo de Assinaturas e Rubricas

**2 – MEMÓRIA DESCRITIVA**

2.1 - Objetivos deste documento

2.2 - Ficha de realização da obra

2.3 - Regulamentação aplicável

**3 – CARATERIZAÇÃO DA OBRA**

3.1 - Descrição sumária da obra

3.2 - Projeto de execução

3.3 - Condicionalismos Existentes no local e envolvente

3.4 - Materiais aplicados com Riscos Especiais e Medidas Preventivas

**4 – ACÇÕES PARA A MANUTENÇÃO/CONSERVAÇÃO DO EDIFICADO E PREVENÇÃO DE RISCOS**

4.1 - Plano de Monitorização Periódica

4.2 - Formação e Informação de Pessoal designado pelo Dono da Obra

4.3 - Plano de Emergência e Evacuação

4.4 - Trabalhos com riscos especiais e medidas preventivas

**APÊNDICE**

**ANEXOS**

# 1 – Introdução

A presente Compilação Técnica (CT) respeita à obra de "**INTERVENÇÃO NO LAGO DO JARDIM DO CORETO – TAVIRA**", tendo sido preparada atendendo ao estipulado nos números 1 e 2 do Artigo 16º do Decreto-Lei nº 273/2003, de 29 de Outubro, devendo conter todos os elementos tendo em conta a sua utilização futura, bem como trabalhos posteriores á sua conclusão, para preservar a segurança e saúde de quem os executar.

Tratando-se de intervenções durante um longo período (vida útil da obra), esta Compilação Técnica deverá incluir um conjunto de informação que será útil em qualquer momento posterior à conclusão da obra, permitindo prever e previr os riscos associados à sua utilização e às intervenções que venham a ser necessários.

Ao dono da obra compete-lhe posteriormente manter e actualizar a CT durante a vida útil da obra, nomeando para o efeito uma pessoa ou serviço que ficará responsável por esta CT. Sempre que a "propriedade" da obra seja transferida para outrem ou outra Entidade, os documentos de transferência (ou contratos) de "propriedade" deverão conter uma cláusula relativa à entrega da Compilação Técnica para o novo "proprietário".

## 1.1 - Organização da CT

A presente CT é constituída por um Documento Base e por um Apêndice, que inclui um conjunto de anexos. O documento base corresponde à presente CT iniciada na fase de projecto e apresentada no processo de concurso pelo Dono de obra. O apêndice deverá ser elaborado e mantido atualizado pela Entidade Executante de acordo com o que se especifica adiante.

O presente documento base está organizado em quatro partes: Introdução; Memória Descritiva; Caraterização da Obra; Ações para a manutenção/conservação do edificado e prevenção de riscos. Inclui também um conjunto de modelos referidos ao longo desta CT e que se apresentam no Anexo 1 deste documento que a Entidade Executante poderá utilizar como referência para o desenvolvimento dos seus próprios modelos, os quais deverão ter no mínimo a informação contida nos que são aqui apresentados, incluindo as posições para assinaturas para demonstração das ações implementadas.

### 1.2 - Adaptação da CT

Esta CT foi elaborada de forma a ter um caráter dinâmico e evolutivo durante a execução dos trabalhos da empreitada, devendo integrar os projetos, planos e registos de todas as medidas do âmbito da segurança e saúde/manutenção de equipamentos que tenham influência nas intervenções posteriores à conclusão da obra, nomeadamente, quanto às intervenções de conservação/manutenção.

Para a integração dos elementos que constituem as adaptações da CT, deverá a Entidade Executante constituir os anexos referidos no texto com uma numeração sequencial (cuja lista se apresenta no início do Apêndice a esta CT, e que deverá, se necessário, ser complementada com outros anexos a criar durante a execução dos trabalhos).

A manutenção atualizada da documentação da CT é responsabilidade da Entidade Executante.

Sempre que o volume de documentos a integrar num dado anexo justifique a criação de um arquivo próprio (dossier), deve a Entidade Executante preceder à sua preparação, identificação e organização nos moldes previstos e registar o facto no respetivo anexo.

Todos os arquivos do âmbito da CT deverão permanecer no Estaleiro arrumados de modo organizado em estantes durante toda a fase de construção. Caso seja necessário utilizar documentos noutros locais devem ser efectuadas cópias.

### 1.3 - Identificação dos Arquivos

A lombada da pasta de arquivo que seja criada no âmbito da CT deve ser diferente da do Plano de Segurança e de Saúde (documento apresentado em separado) e deverá identificar, objetivamente, o seu conteúdo. Seguem-se algumas regras para a identificação de documentos e arquivos:

*- Todos os documentos que devam ser assinados e/ou datados não poderão ser integrados nesta CT sem as correspondestes assinaturas e/ou datas respectivas.*

*- Todos os projetos, planos, procedimentos e registos deverão referenciar a Entidade Executante e a designação da empreitada.*

*- Cada projeto, plano ou registo pode ser composto por várias páginas, indicando-se o número de página/total de páginas do documento. Eventuais anexos dos documentos serão objeto do mesmo tipo de paginação.*

*- Dentro de cada pasta de arquivo os documentos serão organizados de acordo com os sistemas de codificação dos elementos estabelecidos pela Entidade Executante e por numeração sequencial no caso dos registos, atendendo às datas da sua realização.*

*- Em todas as pastas de arquivo ou seção das mesmas os documentos mais recentes são arquivados sobrepondo-se aos mais antigos (números maiores sobre números menores).*

*- Todos os documentos substituídos serão mantidos em arquivo, devendo ser mencionado, sobre os mesmos, a data da substituição e a referência do documento que os substituiu.*

*- No início de cada pasta haverá índice com o conteúdo da pasta. Quando estas forem organizadas por seções estará presente no início da pasta o índice das secções e dentro de cada secção, uma folha para averbamento do seu conteúdo.*

*- Nas pastas de registos existirá cópia atualizada do controlo de assinaturas e rubricas, onde estarão identificadas todos as pessoas autorizadas a assinar documentos do âmbito da CT (elementos da Entidade Executante e da fiscalização).*

### 1.4 - Alterações à CT

Qualquer dos intervenientes na execução da obra pode propor à Fiscalização as alterações à presente CT elaborada na fase de Projecto. As alterações apenas poderão ser ao nível de apresentação/forma dos modelos/fichas sendo obrigatório manter o seu conteúdo.

### 1.5 - Entrega da Compilação Técnica

Concluídos todos os trabalhos e ensaios da empreitada, a Entidade Executante entregará, no ato da Receção Provisória, à Fiscalização, e esta ao Dono de Obra, a CT organizada nos termos previstos. Este facto será registado no Auto de Receção Provisória, anexando-se a declaração, conforme o Modelo CT_01.0, devidamente preenchida e assinada por todos os elementos previstos. Deverá ser incluída uma cópia dessa declaração no Anexo 2.

Caso haja lugar à execução de trabalhos durante o prazo de garantia, a Entidade Executante obriga-se a elaborar e promover a integração dos elementos desenvolvidos na CT, sempre que se justifique.

### 1.6 - Controlo de Assinaturas e Rubricas

Todas as pessoas com tarefas de preparação, atualização e verificação de projetos, planos e/ou procedimentos, assim como de realização de verificação e respetivos registos, devem ser identificados no Registo de Controlo de Assinaturas e Rubricas, o qual será efectuado pela utilização do Modelo CT_02.0.

Esta lista deverá ser preparada no início da empreitada e atualizada sempre que se verifiquem novas atribuições de competências do tipo das referidas, a pessoas que nela não constem.

A Entidade Executante é responsável por manter o registo de Controlo de Assinaturas e Rubricas permanentemente actualizado.

A Entidade Executante arquivará no Anexo 2 o registo de controlo de assinaturas e rubricas.

## 2 – Memória Descritiva

### 2.1 - Objectivos deste documento

A presente CT referente à empreitada "**INTERVENÇÃO NO LAGO DO JARDIM DO CORETO – TAVIRA**" pretende responder ao exigido na legislação em vigor, com o objetivo de prevenir os riscos nas intervenções posteriores à conclusão da obra, identificando-se nomeadamente as seguintes intervenções:

1. Manutenção/reparação de gradeamento metálico;
2. Manutenção/reparação da impermeabilização.

### 2.2 - Ficha de realização da obra

No decurso da execução da obra, a Entidade Executante deverá enviar à Fiscalização a informação que lhe compete conforme referido na Ficha de Realização da Obra, Modelo CT_03.0 incluído no Anexo 3 do presente documento.

### 2.3 - Regulamentação aplicável

Na presente Compilação técnica aplicam-se todas as normas e regulamentos, em vigor, na área de SST (Segurança e Saúde no Trabalho) assim como toda a legislação técnica, nomeadamente o Decreto-Lei nº 273/2003, de 29 de Outubro.

## 3 – Caraterização da obra

### 3.1 - Descrição Sumária da Obra

A presente pretensão visa a reparação e impermeabilização do lago existente no Jardim do Coreto com o objetivo principal de anular o elevado consumo de água a ele associado, conforme peças desenhadas. É ainda objetivo deste projeto a manutenção da pintura do gradeamento exterior bem como a substituição dos repuxos existentes no contorno interior deste lago por se encontrarem danificados.

### 3.2 - Projeto de Execução

O projeto de Execução constitui um dos documentos mais importantes da CT, o qual servirá de referência para todas as intervenções posteriores à conclusão da obra.

A Entidade Executante deverá elaborar e atualizar um documento contendo uma lista organizada de todos os projetos, planos e estudos que foram elementos levados a concurso, assim como os compilados durante a execução da obra, de acordo com o Modelo CT_04 e Modelo CT_05.

Todos os projetos, planos ou estudos deverão ser devidamente assinados pelos seus autores e acompanhados dos respetivos termos de responsabilidade.

A Entidade Executante arquivará esse documento no Anexo 4 com toda a informação referida devidamente organizada e contendo índices adequados no início.

### 3.3 - Condicionalismos Existentes no local e Envolvente

A Entidade Executante deverá elaborar até à receção provisória da obra, documento contendo a identificação de todos os condicionalismos existentes ou executados na área consignada e que permanecem após a conclusão dos trabalhos, nomeadamente serviços afetados, (enterrados e/ou aéreos) e as principais caraterísticas dos terrenos tendo por base os estudos geológicos e ensaios geotécnicos confirmados durante a execução dos trabalhos à Entidade Executante.

Tal documento deverá, nos casos aplicáveis, ser acompanhado de plantas abrangendo toda a área consignada à Entidade Executante, onde este registará esses condicionalismos existentes.

A Entidade Executante arquivará esse documento no Anexo 5 com toda a informação referida devidamente organizada e contendo índices adequados no início.

### 3.4 - Materiais aplicados com Riscos Especiais e Medidas Preventivas

No Modelo CT_ 06.0 a Entidade Executante deverá listar os materiais aplicados em obra, nomeadamente com riscos para a segurança e saúde na fase de utilização/exploração, especificando as respetivas medidas preventivas.

Esta lista deverá ser objeto de análise pela Fiscalização e/ou o Coordenador de segurança da obra.

A lista deverá ser arquivada pela Entidade Executante no Anexo 6, juntamente com a eventual documentação técnica de suporte dos cuidados a ter com esses materiais.

## 4 – Ações para a Manutenção/Conservação do Edificado e Prevenção de Riscos

### 4.1 - Plano de Monitorização Periódica

O Plano de Monitorização Periódica pretende identificar as verificações/observações e efetuar durante a vida útil do produto executado ou seja dos materiais e equipamentos instalados, tendo em conta periodicidade definidas e registar os resultados do controlo, utilizando para tal o Modelo CT_07.0, Incluindo no Anexo 7 deste documento.

A Entidade Executante deverá ao longo da execução dos trabalhos analisar a ficha acima apresentada, complementando-a a outras fichas com materiais e equipamentos incorporados na obra, arquivando toda essa informação e a documentação técnica de suporte (especificações) no Anexo 7.

Após a conclusão da obra e durante a sua vida útil, o responsável pela conservação/manutenção do produto construído deverá arquivar no mesmo anexo, cópia das fichas de sistemas de segurança e proteção dos produtos instalados, conforme Modelo CT_ 08.0, com os registos de verificação/observação efetuados.

### 4.2 - Formação e Informação de Pessoal designado pelo Dono de Obra

Sempre que esteja previsto no caderno de encargos ou no projeto, a Entidade Executante deverá assegurar a formação e informação adequada ao pessoal designado pelo dono de obra a quem competirá a conservação/manutenção da obra e, em particular, tratando-se de equipamento instalado.

O Plano de Formação e Informação poderá incluir ações de diversos tipos, nomeadamente:

- Afixação nos locais adequados de informações gerais sobre o equipamento, realçando aspetos essenciais;
- Proporcionar a formação específica definida no caderno de encargos.

A Entidade Executante incluirá no Anexo 8 todos os documentos desenvolvidos no âmbito da Formação e Informação, nomeadamente calendarizações de ações, assim como os registos comprovativos da realização das mesmas.

### 4.3 - Plano de Emergência e Evacuação

Em todas as intervenções de conservação/manutenção deverá sempre prever-se um adequado Plano de Emergência e Evacuação, estabelecendo as medidas a aplicar em caso de acidente, o qual deve incluir, nomeadamente o seguinte:

- Afixação no local dos trabalhos de lista de telefones de emergência, nomeadamente Bombeiros, Polícia, Hospital, entidades concessionárias de serviços afetados, Serviços Camarários, Proteção Civil, ...
- Meios adequados à intervenção para os primeiros socorros;
- Identificação da pessoa com formação em prestação de primeiros socorros e respetivos meios disponibilizados a este para rápida comunicação;
- Deverá evitar-se trabalhadores isolados, sendo as equipas de trabalho constituídas no mínimo por 2 trabalhadores;
- Caminhos e sinalização adequada de acesso a todas as zonas de trabalhos para evacuação de sinistrados e todo o pessoal da intervenção em caso de ocorrência de catástrofe.

Os documentos preparados no âmbito do Plano de Emergência e Evacuação serão arquivados no Anexo 9.

Contactos de emergência



| Contactos de emergência | |
|---|---|
| **Identificação dos contactos** | **Nº de telefone** |
| **Nº nacional de Socorro** | **112** |
| **Bombeiros Municipais/proteção civil** | **281 322 122/3** |
| **GNR** | 281329030 |
| **PSP** | 281322022 |
| **Hospital distrital de Faro** | 289 891 100 |
| **Centro de Saúde** | 281 329 000 |
| **Centro de intoxicação** | **808 250 143** |
| **Serviços Municipalizados (água e esgotos) – Tavira Verde** | 281 380 620 |
| **EDP – Eletricidade (avarias)** | 800 506 506 |
| **Dono de obra** | 281 320 525 |
| **Fiscal de obra** | |
| **Diretor de obra** | |
| **Coordenador de segurança** | |
| **Companhia de seguros** | |

### 4.4 - Trabalhos com riscos especiais e medidas preventivas

Nas intervenções de conservação/manutenção do produto construído, o acesso e circulação de trabalhadores a certos locais ou elementos da obra pode acarretar riscos que exigem cuidados específicos de segurança que importa identificar de forma a prevenir os mesmos conforme Modelo CT_09.

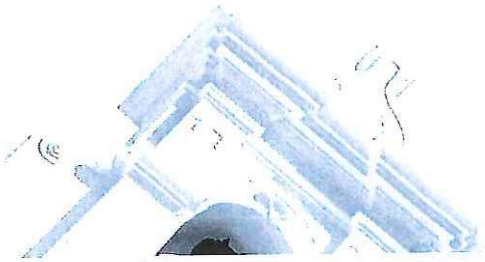
A empreitada apresenta riscos especiais, sendo de salientar os riscos rodoviários.

A Entidade Executante deverá incluir no Anexo 10 as fichas de segurança para os possíveis trabalhos de manutenção/conservação do edificado e que envolvam riscos especiais.

| Trabalhos | Riscos *mais elevados* | Medidas gerais de Prevenção |
|---|---|---|
| ***Trabalhos preparatórios*** | Queda, projeção e/ou desabamento de materiais<br>Queda de pessoas ao mesmo nível e em altura | Planeamento adequados dos trabalhos;<br>Formação dos trabalhadores;<br>Vedação e sinalização do perímetro de intervenção;<br>Utilização de equipamentos de trabalho adequados, nomeadamente contra quedas em altura. |
| ***Movimento de máquinas e equipamentos do estaleiro*** | *Esmagamento*<br>*Atropelamento*<br>*Colisão de viaturas* | - Definição de zonas de circuitos próprios para circulação de viaturas, quando possível (viaturas de transporte de terras);<br>- Máquinas e viaturas devem estar equipados com luz intermitente e aviso sonoro de marcha – atrás;<br>- Definição de distância de segurança a respeitar pelos trabalhadores relativamente aos "braços da escavadora e equipamentos similares";<br>- Garantir manutenções e inspeções regulares de acordo com o equipamento e instruções do fabricante. |

**Sem prejuízo de todo o clausulado anterior, a presente Compilação Técnica deve ser adequada a cada caso, apresentando-se a seguir alguns Modelos Tipo que importa verificar conforme o tipo de empreitada, para além de outros que devem ser considerados durante a elaboração do projeto.**

# APÊNDICE



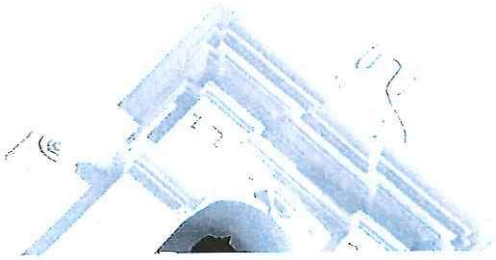
município tavira

## Lista de Anexos

| Anexo n.º | Descrição |
|---|---|
| 1 | Lista de Modelos e Fichas |
| 2 | Recepção/Entrega/Distribuição da CT pela Entidade Executante/Adjudicatário |
| 3 | Ficha de realização da Obra |
| 4 | Projecto de execução |
| 5 | Condicionalismos existentes no local e envolvente |
| 6 | Materais Aplicados com riscos especiais e medidas preventivas |
| 7 | Plano de Monitorização Periódica |
| 8 | Registo de Formação e informação do Pessoal designado pelo Dono de obra |
| 9 | Plano de Emergência e Evacuação |
| 10 | Trabalhos com riscos especiais e medidas preventivas |
| | |
| | |
| | |
| | |
| | |
| | |
| | |

# ANEXO 1

# LISTA DE MODELOS E FICHAS



município tavira

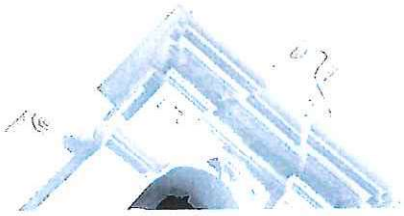
## Lista de Modelos e Fichas

| Modelo n.º | Descrição |
|---|---|
| CT_ 01.1 | Registo de Entrega / Recepção / Distribuição da Compilação Técnica |
| CT_ 02.1 | Controlo de Assinaturas e Rubricas |
| CT_ 03.1 | Envolventes e Características da Edificação |
| CT_04.1 | Identificações |
| CT_05.1 | Identificação das Telas Finais e Projectos de Execução |
| CT_06.1 | Materiais e Produtos Incorporados na Edificação |
| CT_07.1 | Equipamentos Instalados na Edificação |
| CT_08.1 | Sistemas de Segurança e de Protecção Instalados |
| CT_09.1 | Procedimentos de Segurança para Trabalhos com Riscos Especiais |
| | |
| | |
| | |
| | |
| | |
| | |
| | |
| | |
| | |
| | |
| | |
| | |
| | |
| | |
| | |
| | |

# ANEXO 2

# RECEÇÃO E ENTREGA DA CT PELA ENTIDADE EXECUTANTE

Registo de entrega/recepção/distribuição da Compilação Técnica CT_01.1



município tavira

# Registo de Entrega / Recepção / Distribuição da Compilação Técnica

**Empreitada:** .....

Para efeitos de cumprimento do art.º 16º do Dec-lei 273/2003 de 29 de Outubro declaro sob compromisso que:

- Entreguei a Compilação Técnica de acordo com a legislação em vigor.

**Responsáveis, da entidade executante, pela entrega da Compilação Técnica**

| Nome | Função | Assinatura | Data |
|---|---|---|---|
| | | | __/__/__ |
| | | | __/__/__ |
| | | | __/__/__ |
| | | | __/__/__ |

- Recebi a Compilação Técnica da Obra supra referida.

**Responsáveis do Dono de Obra no acto de recepção da Compilação Técnica**

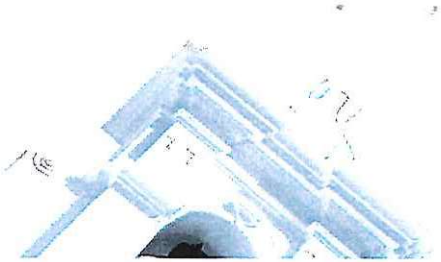
| Nome | Função | Assinatura | Data |
|---|---|---|---|
| | | | __/__/__ |
| | | | __/__/__ |
| | | | __/__/__ |
| | | | __/__/__ |

**REGISTO DE DISTRIBUIÇÃO DA CT**

| Cópia n.º | Destinatário | Responsável | Área de Afectação | Assinatura | Data |
|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | __/__/__ |
| | | | | | __/__/__ |
| | | | | | __/__/__ |

Os destinatários da presente Compilação Técnica comprometem-se a manter a mesma actualizada, com os elementos relevantes em todas as intervenções de conservação/manutenção.

Controlo de Assinaturas e Rubricas CT_02.1



município tavira

## Controlo de Assinaturas e Rubricas

**Empreitada:** _____

**Entidade executante:** _____

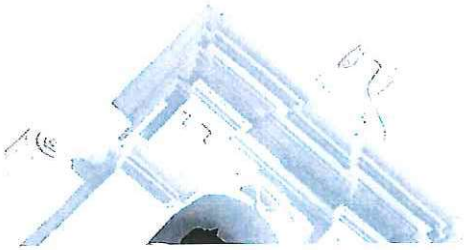
**Fiscalização:** _____

**Coordenação de Segurança:** _____

| Nº | Nome | Entidade | Função | Documentos que pode assinar | Assinatura | Rubrica | Data |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | | | __/__/__ |
| | | | | | | | __/__/__ |
| | | | | | | | __/__/__ |
| | | | | | | | __/__/__ |
| | | | | | | | __/__/__ |
| | | | | | | | __/__/__ |
| | | | | | | | __/__/__ |
| | | | | | | | __/__/__ |
| | | | | | | | __/__/__ |
| | | | | | | | __/__/__ |
| | | | | | | | __/__/__ |

# ANEXO 3

# FICHA DE REALIZAÇÃO DA OBRA



município tavira

# Envolventes e Características da Edificação

| | |
|---|---|
| Empreitada: | 00-Emp/14 - xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx |
| Data: | 00-00-2014 |

## Caracterização Sumária do Terreno

Descrição das principais características dos terrenos, tendo por base os estudos geológicos e geotécnicos elaborados na fase de projecto e confirmados durante a execução dos trabalhos.

Esta descrição deverá, nos casos aplicáveis, ser acompanhado de plantas reduzidas (formato A4 ou A3, desde que legíveis) por áreas devidamente identificadas, abrangendo toda a área consignada.

Nesta descrição deverão ser incluídas, sempre que possível, as respectivas tensões admissíveis desses terrenos que tenham sido determinadas.

Nas plantas deverão, também, ser assinalados os condicionalismos existentes (serviços afectados, enterrados ou

## Características da Edificação

Neste item descreve-se sinteticamente a construção, devendo serem evidenciados os seguintes aspectos:
- Descrição geral do edifício;
- Fundações;
- Estruturas;
- Coberturas;
- Paredes envolventes;
- Revestimentos;
- Sistemas de gestão energética e ambiental;
- Equipamentos instalados;
- Sistemas de comunicações e telecomunicações.

## EXEMPLOS

### Descrição Geral do Edifício

Nº do lote 3 Área de implantação do edifício 1263.0 m2

Utilização dominante do edifício: [X] Habitação multifamiliar [ ] Habitação unifamiliar [ ] Outra _____

Nº total de pisos 5 Nº de pisos acima do solo 4 Nº de pisos abaixo do solo 1 Nº total de ascensores 2

Nº total de fogos 6 Nº de fogos por tipologia: T0 _____ T1 _____ T2 3 T3 3 T4 _____ >= T5 _____

Outros tipos de utilização e respectivas localizações:

| Tipo de utilização | Piso(s) |
|---|---|
| Estacionamento | |
| Comércio | |

Serviços acessórios:

| Descrição | Área útil (m2) | Piso |
|---|---|---|
| Casa do porteiro | | |
| Sala de condóminos | | |
| Arrumos gerais do condomínio | 4.8 | |

Nº de lugares de estacionamento reservado aos moradores:

Colectivo em garagem _____ Colectivo à superfície _____ Garagens privadas 6 Outro _____ , qual? _____

Condições de acesso a pessoas com mobilidade condicionada:

Altura máxima dos ressaltos existentes no percurso entre a rua de acesso e a entrada no edifício 12.0 cm

Características da(s) rampa(s) de acesso:

Inclinação máxima 5.0 % Largura mínima 135.0 cm Guardas (S/N) S Comprimento máx. entre patamares de descanso 5.0 m

Entrada no edifício e percurso até à entrada no fogo:

Altura máxima do painel de campainhas 120.0 cm Largura mínima da porta de entrada 90.0 cm

Largura mínima das portas entre espaços comuns (incluindo portas corta-fogo) 90.0 cm

Altura dos botões de chamada do ascensor 120.0 cm Dimensão interior do ascensor 100.0 x 120.0 cm e largura mínima da porta 80.0 cm

Meios mecânicos alternativos à subida de escadas ou degraus Ascensor

Outras instalações/equipamentos de apoio à mobilidade (ex.: avisadores sonoros, etc.): _____

### Fundações / Estruturas

Tipos de fundações: [X] Sapatas [ ] Estacas [ ] Outro _____

Breve descrição da solução:

Sapatas isoladas e lintéis de fundação.

Tipos de estruturas: [X] Betão armado [ ] Metálica [ ] Mistas [ ] Madeira [ ] Alvenaria [ ] Outro _____

Breve descrição da solução:

Estrura reticulada de betão armado e lajes maciças.

## Coberturas

Tipos de coberturas: [ ] Terraço [ ] Inclinada [X] Outro Plana

Breve descrição de todos os elementos constituintes, incluindo estrutura, revestimentos, isolamento térmico e respectiva espessura:

A cobertura é constituída por uma camada de forma com pendente, impermeabilização com duas camadas de telas asfálticas, aglomerado negro de cortiça, manta de protecção e lajetas de betão vibrado.

Breve descrição do sistema de drenagem de águas pluviais:

Águas recolhidas pelos ralos existentes na cobertura e varandas e encaminhadas para os tubos de queda sendo posteriormente recolhidas no tecto do rés -do-chão e encaminhadas para o colector público.

## Sistemas de Gestão Energética e Ambiental

Controlo térmico de espaços comuns: [ ] Aquecimento [ ] Ar condicionado [X] Sistemas passivos [ ] Outros _____

Ventilação de espaços comuns: [X] Natural [ ] Mecânica,nos seguintes espaços _____

Iluminação em espaços comuns: [X] Natural [X] Artificial, com accionamento [X] Semi-automático (c/temporizador) [X] Automático (c/temporizador)

Evacuação de lixos: [ ] Recolha selectiva [ ] Conduta(s) de recolha [X] Contentor(es) [ ] Compartimento/depósito de contentores

Ductos: [X] Água [X] Águas residuais [X] Gás [X] Electricidade [ ] _____ [ ] _____

Outros: [ ] Colectores solares p/ aquecimento de água [ ] _____ [ ] _____

## Sistemas de Comunicações e Telecomunicações

Breve descrição do sistema de distribuição de sinal áudio:

Incluído na distribuição de vídeo, de acordo com a norma ITED.

Breve descrição do sistema de distribuição de sinal vídeo:

Distribuição, a partir da caixa distribuidora existente em cada habitação, para as tomadas de cada compartimento.

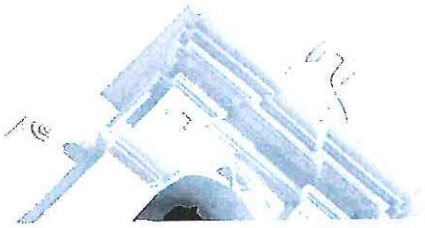
Breve descrição do sistema de comunicação de dados:

Distribuição, a partir da caixa distribuidora existente em cada habitação, para as tomadas de cada compartimento.

**ITED:** Infra-Estruturas de Telecomunicações em Edifícios

# ANEXO 4

# PROJETO DE EXECUÇÃO



município tavira

## Identificações

| Identificação da empreitada: | |
|---|---|
| Localização: | Tavira |

| Caracterização da empreitada: | |
|---|---|

Tipo:

| | |
|---|---|
| Nova construção | ☐ |
| Conceção / construção | ☐ |
| Conservação | ☐ |
| Reabilitação | ☐ |

Utilização da edificação:

| | |
|---|---|
| Habitação | ☐ |
| Infra-estrutura | ☐ |
| Comércio / serviços / indústria | ☐ |
| Reabilitação | ☐ |

Datas de execução:

| | |
|---|---|
| Início | DD / MM / AA |
| Fim | DD / MM / AA |

| | |
|---|---|
| Prazo de garantia: | |
| Descrição (sintética) da empreitada / trabalhos executados: | |

| Identificação dos intervenientes: | |
|---|---|

AUTORE(S) DO PROJECTO DE ARQUITECTURA:

| | | |
|---|---|---|
| Nome: | | |
| Ordem / associação profissional: | | N.º: |
| Empresa: | | |
| Endereço: | | |

PROJECTISTAS DE FUNDAÇÕES E ESTRUTURA:

| | | |
|---|---|---|
| Nome: | | |
| Ordem / associação profissional: | | N.º: |
| Empresa: | | |
| Endereço: | | |

PROJECTISTAS DE ARQUITECTURA PAISAGISTA:

| | | |
|---|---|---|
| Nome: | | |
| Ordem / associação profissional: | | N.º: |
| Empresa: | | |
| Endereço: | | |

PROJECTISTAS DE INSTALAÇÃO DA REDE DE ÁGUAS:

| | | |
|---|---|---|
| Nome: | | |
| Ordem / associação profissional: | | N.º: |
| Empresa: | | |
| Endereço: | | |

PROJECTISTAS DE INSTALAÇÃO DA REDE DE ESGOTOS:

| | | |
|---|---|---|
| Nome: | | |
| Ordem / associação profissional: | | N.º: |
| Empresa: | | |
| Endereço: | | |

PROJECTISTAS DE INSTALAÇÃO DA REDE DE ÁGUAS PLUVIAIS:

| | | |
|---|---|---|
| Nome: | | |
| Ordem / associação profissional: | | N.º: |
| Empresa: | | |
| Endereço: | | |

PROJECTISTAS DE AQUECIMENTO, VENTILAÇÃO E AR CONDICIONADO:

| | | |
|---|---|---|
| Nome: | | |
| Ordem / associação profissional: | | N.º: |
| Empresa: | | |
| Endereço: | | |

PROJECTISTAS DE INSTALAÇÕES ELÉCTRICAS:

| | | |
|---|---|---|
| Nome: | | |
| Ordem / associação profissional: | | N.º: |
| Empresa: | | |
| Endereço: | | |

PROJECTISTAS DE INSTALAÇÕES ELECTROMECÂNICAS DE TRANSPORTE DE PESSOAS:

| | | |
|---|---|---|
| Nome: | | |
| Ordem / associação profissional: | | N.º: |
| Empresa: | | |
| Endereço: | | |

PROJECTISTAS DE INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS DE GÁS COMBUSTÍVEL CANALIZADO:

| | | |
|---|---|---|
| Nome: | | |
| Ordem / associação profissional: | | N.º: |
| Empresa: | | |
| Endereço: | | |

PROJECTISTAS DE SEGURANÇA, CONTRA RISCO DE INCÊNDIOS:

| | | |
|---|---|---|
| Nome: | | |
| Ordem / associação profissional: | | N.º: |
| Empresa: | | |
| Endereço: | | |

PROJECTISTAS DE INFRA-ESTRUTURAS DE TELECOMUNICAÇÕES:

| | | |
|---|---|---|
| Nome: | | |
| Ordem / associação profissional: | | N.º: |
| Empresa: | | |
| Endereço: | | |

PROJECTISTAS DE COMPORTAMENTO TÉRMICO:

| | | |
|---|---|---|
| Nome: | | |
| Ordem / associação profissional: | | N.º: |
| Empresa: | | |
| Endereço: | | |

PROJECTISTAS DE CONDICIONAMENTO ACÚSTICO:

| | | |
|---|---|---|
| Nome: | | |
| Ordem / associação profissional: | | N.º: |
| Empresa: | | |
| Endereço: | | |

OUTROS PROJECTISTAS:

| | | |
|---|---|---|
| Nome: | | |
| Intervenção: | | |
| Ordem / associação profissional: | | N.º: |
| Empresa: | | |
| Endereço: | | |

COORDENADOR DE SEGURANÇA EM PROJECTO:

| | |
|---|---|
| Nome: | |
| Empresa: | |
| Endereço: | |

ENTIDADE EXECUTANTE:

| | |
|---|---|
| Nome: | |
| Endereço: | |
| Alvará: | |

DIRECTOR TÉCNICO DA OBRA:

| | |
|---|---|
| Nome: | |
| Empresa: | |
| Endereço: | |

COORDENADOR DE SEGURANÇA EM OBRA:

| | |
|---|---|
| Nome: | |
| Empresa: | |
| Endereço: | |

FISCALIZAÇÃO DA OBRA:

| | |
|---|---|
| Nome: | |
| Empresa: | |
| Endereço: | |

RESPONSÁVEL PELA FISALIZAÇÃO DA OBRA:

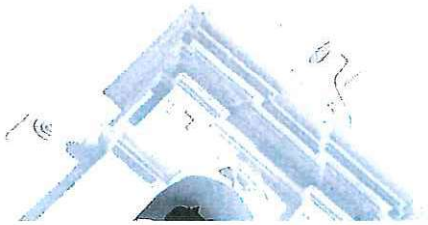
| | |
|---|---|
| Nome: | |
| Empresa: | |
| Endereço: | |

SUBEMPREITEIROS:

| | |
|---|---|
| Actividade: | |
| Empresa: | |
| Endereço: | |
| Alvará: | |

SUBEMPREITEIROS:

| | |
|---|---|
| Actividade: | |
| Empresa: | |
| Endereço: | |
| Alvará: | |



município tavira

# Identificação das Telas Finais e Projetos de Execução

| | |
|---|---|
| **Empreitada:** | 00-Emp/14 - xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx |
| **Data:** | 00-00-2014 |

| | | | CD | Papel |
|---|---|---|---|---|
| **1. Projeto de Arquitectura** | | | | |
| Peças escritas | | | | |
| Peças desenhadas | | | | |
| Plantas | | Escala | | |
| Cortes | | Escala | | |
| Alçados | | Escala | | |
| Mapas | | Escala | | |
| Pormenores | | Escala | | |
| Outros | | Escala | | |
| **2. Projeto de Fundações e Estrutura** | | | | |
| Peças escritas | | | | |
| Peças desenhadas | | | | |
| Plantas | | Escala | | |
| Cortes | | Escala | | |
| Mapas | | Escala | | |
| Pormenores | | Escala | | |
| Outros | | Escala | | |
| **3. Projeto de Arquitetura Paisagista** | | | | |
| Peças escritas | | | | |
| Peças desenhadas | | | | |
| Plantas | | Escala | | |
| Cortes | | Escala | | |
| Mapas | | Escala | | |
| Pormenores | | Escala | | |
| Outros | | Escala | | |
| **4. Projeto de Instalação da Rede de Águas** | | | | |
| Peças escritas | | | | |
| Peças desenhadas | | | | |
| Plantas | | Escala | | |
| Cortes | | Escala | | |
| Mapas | | Escala | | |
| Pormenores | | Escala | | |
| Outros | | Escala | | |

| 5. Projeto de Instalação da Rede de Esgotos | | | | |
|---|---|---|---|---|
| Peças escritas | | | | |
| Peças desenhadas | | | | |
| Plantas | Escala | | | |
| Cortes | Escala | | | |
| Mapas | Escala | | | |
| Pormenores | Escala | | | |
| Outros | Escala | | | |
| **6. Projeto de Aquecimento, Ventilação e Ar Condicionado** | | | | |
| Peças escritas | | | | |
| Peças desenhadas | | | | |
| Plantas | Escala | | | |
| Cortes | Escala | | | |
| Mapas | Escala | | | |
| Pormenores | Escala | | | |
| Outros | Escala | | | |
| **7. Projeto de Instalações Elétricas e Segurança** | | | | |
| Peças escritas | | | | |
| Peças desenhadas | | | | |
| Plantas | Escala | | | |
| Cortes | Escala | | | |
| Mapas | Escala | | | |
| Pormenores | Escala | | | |
| Outros | Escala | | | |
| **8. Projeto de Instalações Eletromecânicas de Transporte de Pessoas** | | | | |
| Peças escritas | | | | |
| Peças desenhadas | | | | |
| Plantas | Escala | | | |
| Cortes | Escala | | | |
| Mapas | Escala | | | |
| Pormenores | Escala | | | |
| Outros | Escala | | | |
| **9. Projecto de Instalações e Equipamentos de Drenagem de Águas Residuais Domésticas, Pluviais e de Lavagem e Freáticas** | | | | |
| Peças escritas | | | | |
| Peças desenhadas | | | | |
| Plantas | Escala | | | |
| Cortes | Escala | | | |
| Mapas | Escala | | | |
| Pormenores | Escala | | | |
| Outros | Escala | | | |

| 10. Projecto de Instalações e Equipamentos de Gás Combustível Canalizado | | | | |
|---|---|---|---|---|
| Peças escritas | | | | |
| Peças desenhadas | | | | |
| Plantas | Escala | | | |
| Cortes | Escala | | | |
| Mapas | Escala | | | |
| Pormenores | Escala | | | |
| Outros | Escala | | | |
| **11. Projeto da Rede de Incêndios** | | | | |
| Peças escritas | | | | |
| Peças desenhadas | | | | |
| Plantas | Escala | | | |
| Cortes | Escala | | | |
| Mapas | Escala | | | |
| Pormenores | Escala | | | |
| Outros | Escala | | | |
| **12. Projeto de Segurança** | | | | |
| Peças escritas | | | | |
| Peças desenhadas | | | | |
| Plantas | Escala | | | |
| Cortes | Escala | | | |
| Mapas | Escala | | | |
| Pormenores | Escala | | | |
| Outros | Escala | | | |
| **13. Projeto de Infra-Estruturas de Telecomunicações em Edifícos (ITED)** | | | | |
| Peças escritas | | | | |
| Peças desenhadas | | | | |
| Plantas | Escala | | | |
| Cortes | Escala | | | |
| Mapas | Escala | | | |
| Pormenores | Escala | | | |
| Outros | Escala | | | |
| **14. Projeto de Comportamento Térmico** | | | | |
| Peças escritas | | | | |
| Peças desenhadas | | | | |
| Plantas | Escala | | | |
| Cortes | Escala | | | |
| Mapas | Escala | | | |
| Pormenores | Escala | | | |
| Outros | Escala | | | |

| 15. Projeto de Condicionamento Acústico | | | | |
|---|---|---|---|---|
| Peças escritas | | | | |
| Peças desenhadas | | | | |
| Plantas | Escala | | | |
| Cortes | Escala | | | |
| Mapas | Escala | | | |
| Pormenores | Escala | | | |
| Outros | Escala | | | |
| **16. Outros Projetos** | | | | |
| Peças escritas | | | | |
| Peças desenhadas | | | | |
| Plantas | Escala | | | |
| Cortes | Escala | | | |
| Mapas | Escala | | | |
| Pormenores | Escala | | | |
| Outros | Escala | | | |

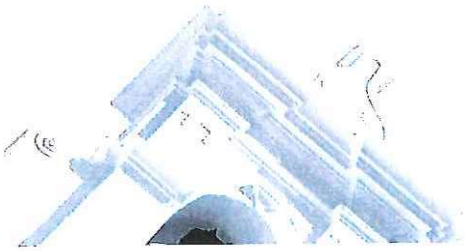
# ANEXO 5

# CONDICIONALISMOS EXISTENTES

# NO LOCAL E ENVOLVENTE

# ANEXO 6

# MATERIAIS APLICADOS COM RISCOS ESPECIAIS E MEDIDAS PREVENTIVAS



município tavira

# Materiais e Produtos Incorporados na Edificação

| | |
|---|---|
| Empreitada: | 00-Emp/14 - xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx |
| Data: | 00-00-2014 |

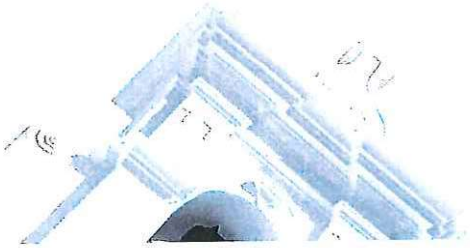
Neste item devem ser referenciados os diversos materiais e produtos incorporados na edificação que sejam relevantes, agrupados por especialidade (por exemplo, tintas, vernizes, tectos falsos, etc.).

**EXEMPLO**

| Material | Tipo | Local de aplicação | Fabricante | Recomendações de Segurança |
|---|---|---|---|---|
| Vernizes | Verniz EPOXI de dois componentes | Gradeamento das varandas | | |
| " | | | | |
| Tintas | Tinta de esmalte | Portas interiores | | |
| " | | | | |
| Pavimentos | Granito em mosaico colado | Pico de corredores | | |
| " | | | | |
| Gesso | Gesso projectado | Paredes das escadas | | |
| " | Gesso cartonado pintado | Tecto do átrio de entrada | | |
| " | | | | |

# ANEXO 7

# PLANO DE MONITORIZAÇÃO PERIÓDICA



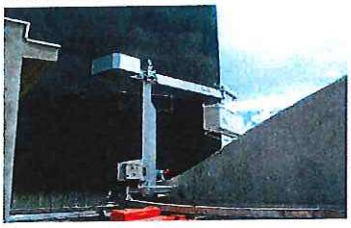
município tavira

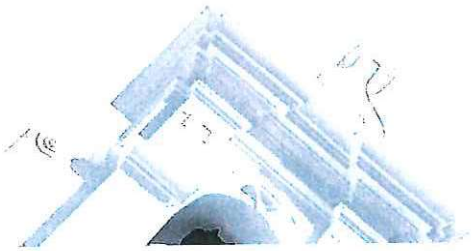
# Equipamentos Instalados na Edificação

| | |
|---|---|
| Empreitada: | 00-Emp/14 - xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx |
| Data: | 00-00-2014 |

Neste item devem ser referenciados os diversos equipamentos instalados que sejam relevantes, agrupados por especialidade (por exemplo, ascensores, plataformas motorizadas suspensas, etc.).

**EXEMPLO**

| | |
|---|---|
| **Equipamento:** | Plataforma motorizada suspensa |
| **Localização:** | Cobertura do edifício |
| **Características:**  | Efectua os seguintes movimentos junto à fachada:<br>◦ **Verticais:** de subida e descida;<br>◦ **Perpendiculares:** de aproximação ou afastamento;<br>◦ **Horizontais:** ao longo do perímetro do edifício, através de deslocação sobre carris simplesmente apoiados na cobertura não afectando o sistema de impermeabilização desta. |
| **Empresa instaladora:** | XPTO |
| **Endereço:** | ..... |
| **Documentação:** | Manual de instruções e certificado de garantia |
| **Plano de manutenção:** | Ver no contrato com a empresa instaladora |



município tavira

# Sistemas de Segurança e de Protecção Instalados

| | |
|---|---|
| Empreitada: | 00-Emp/14 - xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx |
| Data: | 00-00-2014 |

## SISTEMAS DE SEGURANÇA E DE PROTECÇÃO INSTALADOS

Neste item deverão ser referidos os sistemas de segurança e de protecção que foram instalados na edificação, com destaque para os sistemas de protecção contra incêndio e sistemas de protecção contra intrusão.

**EXEMPLOS**

### Sistemas de Protecção Contra Incêndios

Meios de detecção e alarme: ☐ Automáticos Locais: _____

☐ Dispositivos de accionamento manual Locais: _____

Meios de extinção: ☐ Extintores ☐ Redes de incêndio armadas ☐ Colunas secas ☐ Colunas húmidas ☐ Sprinklers ☐ _____

Outros equipamentos/dispositivos: ☐ Controlo de fumos ☐ Iluminação de emergência ☐ Bloqueio automático de ascensores

☐ Sinalização dos caminhos de evacuação ☐ Portas corta-fogo ☐ Elevador p/ uso prioritário dos bombeiros ☐ _____

### Sistemas de Segurança Contra a Intrusão

Breve descrição dos dispositivos de segurança contra intrusão, incluindo controlo de acessos e sistema de alarme:

A porta principal encontra -se equipada com um sistema de vídeo -porteiro, com controlo de acesso garantido através de introdução de código ou chave.

# ANEXO 8

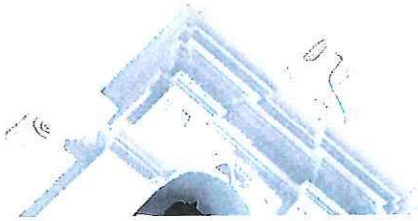
# REGISTO DE FORMAÇÃO E INFORMAÇÃO DO PESSOAL DESIGNADO PELO DONO DE OBRA

# ANEXO 9

# PLANO DE EMERGÊNCIA E EVACUAÇÃO

# ANEXO 10

# TRABALHOS COM RISCOS ESPECIAIS E MEDIDAS PREVENTIVAS



município tavira

## Procedimentos de Segurança para Trabalhos com Riscos

Neste item deverão estar referenciados os procedimentos de segurança a adoptar em determinados trabalhos que envolvem risco especial.

| | |
|---|---|
| Empreitada: | 00-Emp/14 - xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx |
| Data: | 00-00-2014 |

**Designação do Trabalho:**

| Perigos mais Frequentes: | Causas Principais: |
|---|---|
| | |

**Medidas de Prevenção :**

**Equipamentos de Protecção Individual:**

**Equipamentos de Apoio Recomendados:**

| Elaborado : | Verificado : | Aprovado: |
|---|---|---|
| | | |